Território
Casa Comum

Morfologias e Dinâmicas do Território

Território
Casa Comum

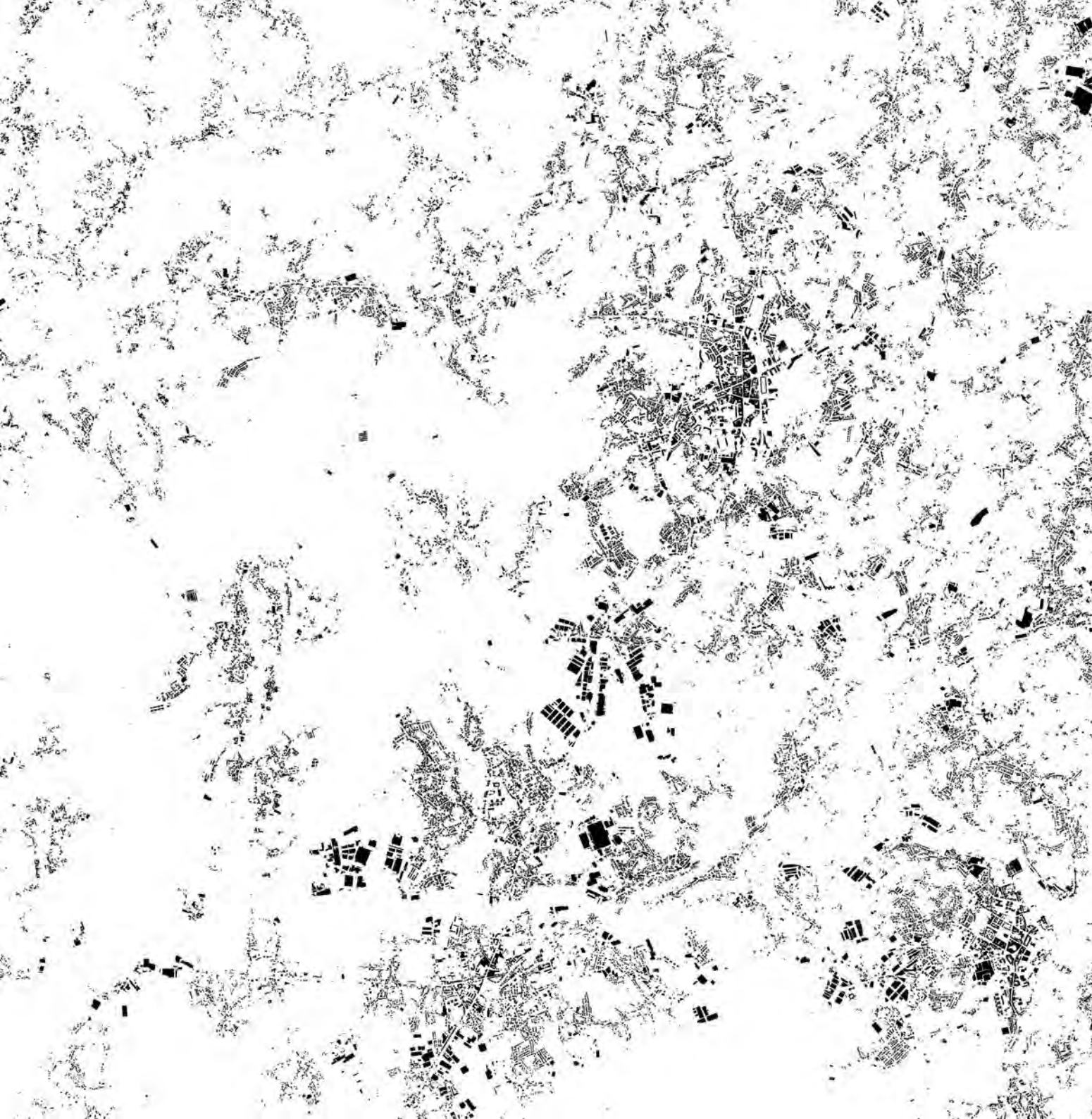
Catálogo de Exposição
Julho 2015 - Fevereiro 2016
Casa do Território - C.M.V.N. Famalicão

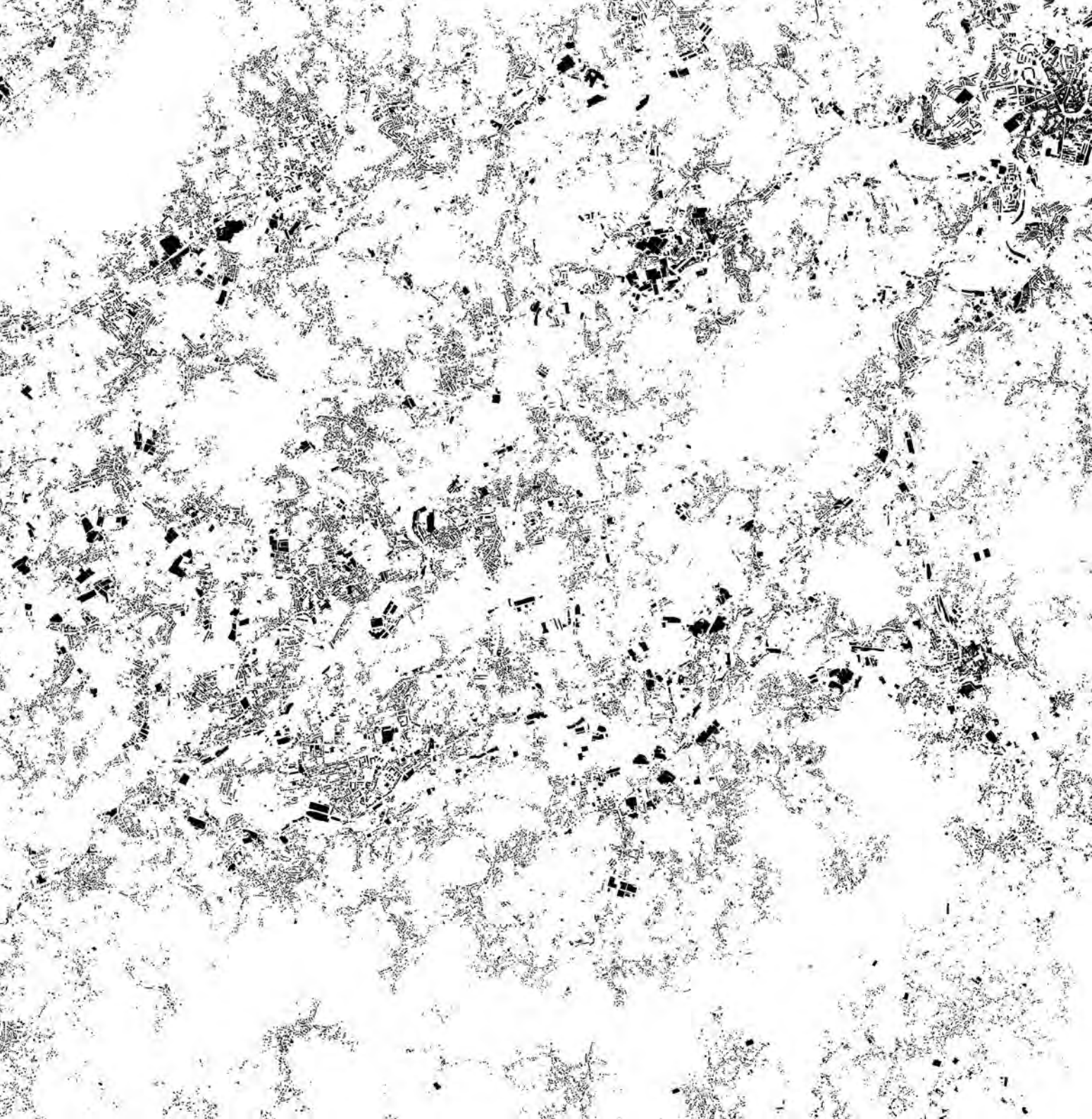
Morfologias e Dinâmicas do Território

U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

O território pode exprimir-se em termos estatísticos [...], mas não poderá ser reduzido ao quantitativo. Enquanto projecto, o território é semantizado. É "discursável". Tem um nome.

André Corboz, 1983





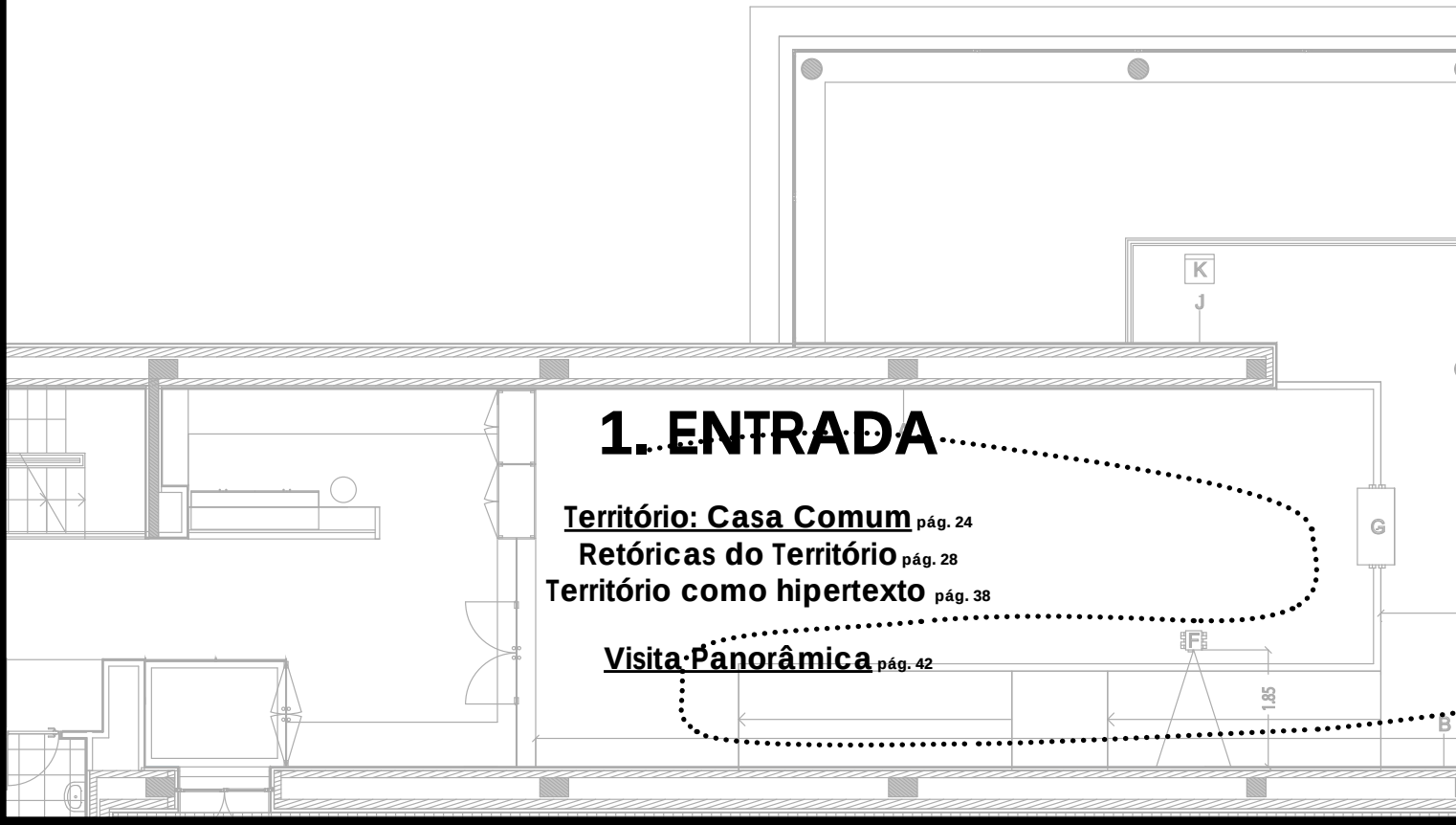
SUMÁRIO

Paulo Cunha
Presidente da CMVNF pág. 11

Francisca Magalhães
Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística CMVNF pág. 13

Manuel Fernandes de Sá
MDT, CEAU, FAUP pág. 15

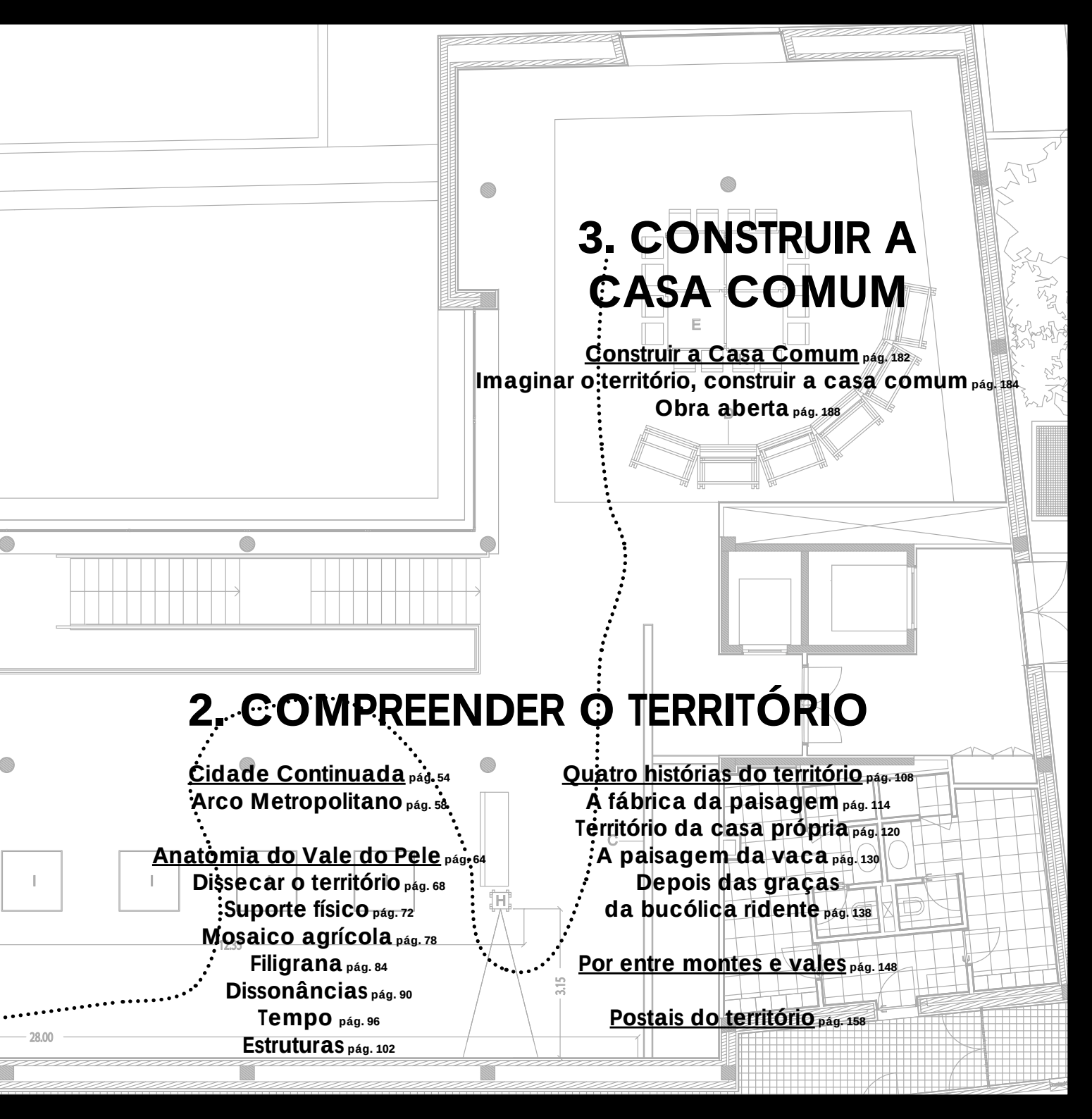
A nossa casa precisa de uma realidade pág. 17



1. ENTRADA

Território: Casa Comum pág. 24
Retóricas do Território pág. 28
Território como hipertexto pág. 38

Visita Panorâmica pág. 42



3. CONSTRUIR A CASA COMUM

Construir a Casa Comum pág. 182
Imaginar o território, construir a casa comum pág. 184
Obra aberta pág. 188

2. COMPREENDER O TERRITÓRIO

Cidade Continuada pág. 54
Arco Metropolitano pág. 58

Anatomia do Vale do Pele pág. 64
Dissecar o território pág. 68
Suporte físico pág. 72
Mosaico agrícola pág. 78
Filigrana pág. 84
Dissonâncias pág. 90
Tempo pág. 96
Estruturas pág. 102

Quatro histórias do território pág. 108
A fábrica da paisagem pág. 114
Território da casa própria pág. 120
A paisagem da vaca pág. 130
Depois das graças
da bucólica ridente pág. 138

Por entre montes e vales pág. 148

Postais do território pág. 158

Paulo Cunha
Presidente da Câmara Municipal de V.N.Famalicão

Um dos resultados mais visíveis da elaboração do Plano Estratégico para o período 2014-2025 foi a convocatória colectiva dos Famalicenses para um novo modelo de governança, onde cada um teve uma palavra a dizer sobre o futuro do concelho, e em conjunto assumimos Famalicão como uma "comunidade tecno-industrial global, num território verde multifuncional".

Um território de saber fazer, industrial e empreendedor, conectado, urbano-rural, de fortes relações de interconhecimento geradoras de dinâmicas comunitárias, redes de parcerias, são alguns dos valores que devem constituir-se como referenciais das nossas acções e determinantes na construção do nosso território, porque é no campo relacional que se vê a força dos territórios.

A Casa do Território de Vila Nova de Famalicão, situada no Parque da Devesa, é o espaço que acolhe e permite dar continuidade a esta estratégia. Lugar de encontro, de participação, de interpretação e de acolhimento de diferentes representações do território que permitem a consolidação dos valores colectivos a defender e, a cada momento, a construção da nossa identidade.

A exposição e as actividades desenvolvidas em torno do tema Território: Casa Comum dão aqui um contributo fundamental. Desenvolvidas por uma equipa de excelência, que se posiciona na vanguarda da pesquisa científica internacional, vêm elevar o padrão de qualidade e de conhecimento que queremos para este equipamento, para que se possa constituir como um ícone da cidade e da região, que apele à imaginação e ao talento de todos os segmentos da população.

Agradeço, assim, a todos os que promoveram e apoiaram este projecto, destacando o grupo MDT, a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP).

Desejo, sinceramente, que este projecto resulte em mais um contributo útil, que reflecte um trabalho do território para um território em contínua construção e que se apresenta como algo variável e um repositório de valores comuns.

Francisca Magalhães
Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística CMVNF

Quando somos chamados a enfrentar os desafios que as dinâmicas da transformação acelerada do território nos colocam, chegamos à conclusão que, do território, pouco sabemos!

A investigação realizada pelo grupo Morfologias e Dinâmicas do Território (MDT), da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, focada em Vila Nova de Famalicão, ajudou-nos a compreender melhor o território que temos. A sua abordagem introduz novos modos de representação destes territórios que se baseiam numa leitura mais fina que, para além de identificar os principais materiais e componentes que o constituem, reconhece as suas histórias procurando identificar o que somos hoje e os desafios que teremos que enfrentar no futuro próximo.

Encaramos, desde o início, esta parceria como uma experiência de partilha de conhecimento que alia a investigação à prática. De facto, o projeto não se esgota no material expositivo; lança-nos o desafio de partirmos para o território, visitarmos as indústrias, as vacarias, as casas, os campos, as estufas, as moagens e, mais do que tudo isto, a falarmos com as pessoas. Leva-nos, também, a debater e a questionar as visões pré-estabelecidas.

De facto, esta exposição tem a proeza de agitar consciências e, mais do que nos apresentar receitas, leva-nos a questioná-las.

Pensamos que este é o ponto de partida para poderemos encontrar novas orientações para uma actuação que, em cada intervenção, deverá adequar os critérios gerais às especificidades de cada local e programa em concreto. Assim, para planearmos e gerirmos o território, critérios abstractos, como zonamentos, densidades, índices, poderão ser menos úteis do que outras exigências mais concretas e qualitativas, tais como: a dotação de boas condições de acessibilidade, a garantia de adequada integração paisagística, a existência de boas condições para o exercício das actividades, a contribuição do projecto e da arquitectura para a valorização do espaço público e ambiente.

Com esta experiência estamos em condições de afirmar que é com conhecimento de causa, e trabalhando em conjunto com os principais actores de transformação do território, que conseguiremos construir uma narrativa que sirva de referencial para gerir melhor a nossa *Casa*, defendendo os valores fundamentais para alcance do bem *Comum*, contribuindo de uma forma decisiva para a construção de uma visão partilhada de futuro.

Manuel Fernandes de Sá
Coordenador do Grupo MDT do CEAU da FAUP

O Grupo Morfologias e Dinâmicas do Território (MDT) do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto congratula-se com o convite da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão para participar num processo de investigação cuja expressão mais visível se concretiza na exposição "Território: Casa Comum" que será complementada por um conjunto de actividades paralelas que visam contribuir para um melhor conhecimento da realidade local e para uma dinamização consciente da capacidade de intervenção da população sobre o seu território.

Este projecto é o mais recente episódio de um longo processo iniciado nos anos oitenta e que tem incidido sobre as questões relacionadas com as morfologias, padrões de assentamento e dinâmicas urbanas observadas no Noroeste Português e em particular no Vale do Ave do qual Famalicão constitui um exemplo paradigmático. O modelo de povoamento difuso predominante nesta área tem lógicas de formação e de transformação que se reflectem nas suas características morfológicas, dinâmicas e formas de relacionamento urbano e territorial, que lhe conferem uma identidade própria cuja especificidade se pretende analisar, interpretar e caracterizar.

Procura-se que esta exposição contribua para envolver a população numa ampla discussão sobre o seu território, sobretudo numa fase em que as lógicas de transformação dominantes estão em franca evolução, colocando novos desafios à cultura urbanística e às formas de produção do espaço urbano.

É essencial incentivar o debate e a discussão dos munícipes sobre o território de forma a ir construindo progressivamente uma capacidade de intervenção consciente e fundamentada sobre esta realidade.

O MDT pretende promover a aproximação e compreensão activa da realidade, ultrapassando limitações meramente teorizantes e procurando formas de intervenção directa no meio social em que se insere e que tem por objectivo estudar.

A nossa casa precisa de uma realidade

Desde os idos anos de 1980, o grupo de investigação Morfologias e Dinâmicas do Território procura perceber, a partir dos materiais do território, as muitas caras da urbanização. As que não se encaixam nos manuais e referenciais clássicos ou tradicionais, as que alteram os princípios e os pressupostos que nos auxiliam, ou sossegam, no acto de compreender ou no momento de actuar e as que, por essa mesma razão, exigem de quem as estuda uma abertura à diferença.

O povoamento difuso do Noroeste Peninsular encontrou, portanto, interlocutores à altura das suas contradições e, sobretudo, disponíveis para lidar com as suas permanentes contrariedades e discrepâncias relativamente aos valores reconhecidos, consensualizados e aceites para o que muitos outros entendem ser a *boa forma urbana*.

Reconhecem a possibilidade da diversidade envolvidos pelas evidências da *realidade emergente*... emergente nos livros enquanto matéria crítica e pertinente, já que, na verdade, não surgiu de forma abrupta, mas, sim, de um passado longo e de um espalhar continuado da edificação e da urbanização... E procuram, desde então, alcançar a partir do seu estudo novos níveis de compreensão. A dita *realidade*, contudo, revela, permanentemente, novos semblantes e foge sistematicamente ao registo de uma simples e acabada representação.

Os estudos multiplicam-se mas uma enunciação do difuso continua, ainda hoje, por fixar. Na verdade, já não se crê na sua fixação mas, antes, numa permanente aprendizagem, progressivamente reveladora, que assenta na construção de sucessivos retratos ou imagens, nem sempre em continuidade e muitas vezes antagonistas. Imagens que são de uma época mas reconhecem as múltiplas épocas da sua materialização, que assumem um momento mas reflectem a evolução decorrente de múltiplas conjunturas, que são presente mas são, também por isso, leituras do passado. Imagens que são, sobretudo, a construção de um futuro.

A exposição a que este catálogo se refere apresenta-nos, assim, como um novo retrato. Um retrato possível mas, sobretudo, um retrato que procura auto-reconhecer-se entre as gentes que habitam um certo território, os famalicenses, que embora desconhecedores ou distantes das longas e inconclusivas discussões académicas, contribuem quotidianamente para a manutenção dos valores, da memória e da tradição local enquanto colaboram, permanentemente, na actualização e transfiguração dessa mesma *realidade* que, não sendo facilmente enunciável, é a sua.

A realidade não existe

Que a *realidade* só existe quando a observamos não é uma novidade para a ciência, mas a presunção de um ideal conformado e a persistência na conservação de princípios obsoletos e circunscritos, como se se tratasse de enquadramentos universais, de conceitos ultrapassados e de instrumentos condicionados a um modelo não exclusivo de ocupação urbana, parecem querer negar essa evidência. Continuamos a aspirar à *urbis* circunscrita da *polis* grega, rigorosamente organizada e

hierarquizada, em vez de aceitarmos uma versão contemporânea da *civitas* romana que, como propõe Massimo Cacciari[1], inclui todos os cidadãos que confluem para um território que lhes é comum e, portanto, para as áreas onde se disseminam os valores partilhados de uma certa forma de urbanidade.

Na verdade, aquilo que a cada momento designamos por *realidade* corresponde, sempre, a uma representação parcial. Uma interpretação que se constitui a partir de uma redução do existente, artificialmente autonomizada da complexidade efectiva de um lugar, de um sítio, de uma paisagem ou de um cenário de vida da sociedade que o habita ou frequenta. Neste processo de simplificação, a complexidade existente – estratificada, multidimensional, fluida e plural – expõe-se à observação e admite a formação de um ponto de vista, ou múltiplos, consoante o observador, ou os observadores, conforme a posição de onde se constrói uma perspectiva e considerando a narrativa que se escolhe destacar.

A observação é, pois, sempre condicionada a uma procura predeterminada e, portanto, a um pré-conceito, mais ou menos informado, que se estabelece como o referencial da selecção produzida.

A realidade é uma imagem

Se a *realidade* é o reflexo do observador e dos seus pré-conceitos, o problema do referencial que este operacionaliza – por vezes demasiado centrado em ideais que, efectivamente, não existem – é determinante para o reconhecimento e para a aceitação dos valores específicos de determinados territórios, menos fotogénicos para a história anterior do urbanismo e menos claros para a materialização dos pressupostos que densificam a urbanística.

O enaltecimento exclusivo de um modelo de urbanização concentrada, feita de aglomerados consolidados com ruas de traçados claramente delimitados e edifícios que as faceiam, parques e jardins desenhados e logradouros murados sempre nas traseiras... contribui para a consolidação de um imaginário que caracteriza e distingue a qualidade de uma *realidade urbana* que existe de forma inexpugnável, autónoma e confinada, apenas, nos manuais de geografia dos primeiros anos de escolaridade. Porém, por estar lá, sem reservas nem ressalvas que apontem para outras possibilidades mais complexas, transforma-se num referencial aceite para o que se entende ser uma cidade, num ponto de partida para o que venha a reconhecer-se como aceitável e, portanto, numa configuração de um ideal de urbanidade que se baseia numa condição absoluta de qualidade. Uma *boa forma urbana* sem restrições nem excepções que vinga mesmo quando a *realidade* que verdadeiramente se conhece não está conforme com aquela que se regista ou divulga nesses compêndios.

Estabelece-se assim um desfasamento entre um registo no papel, que se lê, e outro no território, que se percorre. Este afastamento condiciona a capacidade de legitimar como uma entidade urbana efectiva o espaço invisível[2], porque não explicado, que, de facto, se conhece profundamente e diariamente se experiencia.

A nossa casa precisa de uma realidade

A construção da *nossa casa*, o reconhecimento de uma *realidade* a partir do que não parece existir mas nos é familiar, precisa de uma imagem, talvez dinâmica e multifacetada, que considere o presente e que integre, para além da dimensão objectiva do espaço físico, a dimensão subjectiva e existencial do espaço vivido. A *nossa casa* corresponde a um território determinado e a morfologias concretas, resulta da soma dos lugares e dos trajectos, ou seja, do espaço de reconhecimento e de intimidade ligado à vida quotidiana. A *realidade da casa* exige uma representação que nasce da compreensão do existente, da procura dos seus significados e da consciência das qualidades essenciais do que existe, tomado de *per se* e não da analogia com qualquer outro modelo ou paradigma aceite.

A *nossa casa* precisa, então, de uma operação de desconstrução através da interpretação do seu ser e do seu estar. Uma decomposição que garanta, como consequência, a reconstrução da magnitude do que já é familiar enquanto imagem explícita de uma *realidade* susceptível de se tornar colectiva e, portanto, enquanto representação de uma entidade territorial que reconhece uma ordem física, social e cultural que a caracteriza e a distingue. Uma entidade que é, paradoxalmente, o resultado de uma descoberta que decorre do acolhimento de uma identidade particular, essencial e distintiva, e que revela algo que, sendo anteriormente rejeitado, era, por isso, tido como inexistente.

A concretização da casa colectiva rejeita a invisibilidade. Repudia o desfazamento que decorre, na verdade, da incapacidade de reconhecer a sua identidade como uma *realidade* possível: não se identifica o que se vê por não corresponder a uma referência aceite e, portanto, não se designa e, consequentemente, considera-se que não é ou que não existe. Como tal, a realização da casa consente no estabelecimento de um quadro de significação que não é automático mas é explicativo e reverte o que é, ou parece ser, estranho para a esfera do conhecimento, ou seja, traduz uma percepção complexa de um existente oficialmente não concretizado para uma representação legível e inteligível.

Assim, neste novo enquadramento, a *nossa casa*, ela mesma com as suas especificidades, constituir-se-á como mais um território, uma territorialidade ou uma forma de territorialização possível.

A realidade da nossa casa exige uma nova perspectiva

Os múltiplos territórios de vida da sociedade contemporânea reivindicam, como tudo o que se quer realmente conhecer, a abertura e a disponibilidade para admitir novos olhares que decorrem de novas construções mentais que substituem as visões exíguas e equívocas anteriores.

O território da *nossa casa* – o território da casa comum – exige um modo de olhar a *realidade* que, procurando observar as várias vertentes que constituem um todo inalcançável, selecciona e autonomiza as problemáticas, os problemas e os pontos de vista específicos que permitem adjectivar cada uma das suas dimensões específicas. A palavra "território" admite uma polissemia de sentidos decorrente da extensa importância conceptual que a contemporaneidade lhe impôs e, por essa razão, subentende uma significação que não é unívoca nem corresponde a um único campo de objectivação, introduzindo múltiplas dificuldades na sua interpretação, mas o território que nos é comum permite reduzir

o campo de acção, a distância crítica entre o observador e o espaço observado, e, consequentemente, ajusta o olhar ao âmbito específico da sua enunciação, facilitando uma leitura ou várias leituras através de perspectivas inusitadas, mas pertinentes e experienciadas.

A perspectiva, ou o modo de olhar, constitui-se como um instrumento que está ao serviço de uma interpretação e, como tal, supõe a reciprocidade entre a *realidade* e a sua representação, estabelecendo conexões que tornam o referencial da observação intrínseco à representação do objecto observado.

Assim, perante a complexidade, perante a condição fluida e difusa das múltiplas formas de territorialização, construir um novo modo de olhar reconhece-se como uma tarefa necessária, porque se acredita, como Edgar Morin, que "*o problema crucial é o do princípio organizador do conhecimento, e o que é vital hoje não é apenas aprender, não é apenas reaprender, não é apenas desaprender, mas sim reorganizar o nosso sistema mental para reaprender a aprender*"[3].

O olhar apreende uma identidade que, assim, se revela e realiza

O modo de olhar é revelador dos atributos materiais ou imateriais que determinam as regras que subjazem à construção de sentido da identidade. Reconhece, então, a dimensão de compreensão atribuída aos valores próprios – as qualidades essenciais e intrínsecas que determinam e tornam específico um certo território ou a paisagem resultante da sua construção – e revela o comum da *casa* através da observação, traduzindo-a numa representação mediada de uma r*ealidade*.

Essa mediação pressupõe a concretização do instrumento, do referencial ou do modo de olhar, operacionalizando os princípios essenciais e pertinentes que organizem a observação, permitindo o reconhecimento de uma especificidade e a percepção do seu sistema de valores. Os valores, por sua vez, próprios de uma determinada situação, estabelecem-se em função de lógicas ou de atributos que são factores determinantes da caracterização da identidade.

Entre a variedade de manifestações, a diversidade de processos e a miríade de formas, o olhar selecciona em função de um princípio orientador que institui o procedimento, de um ponto de fuga que revela a essência de uma perspectiva, e, consequentemente, de uma operação de decomposição que destaca os atributos que determinam a *realidade* de uma identidade territorial. Neste processo de dissecação evidenciam-se, então, as estruturas e as texturas da *nossa casa*, enquanto argumentos primeiros de legibilidade. Através da interpretação destes conceitos que se propõem, explica-se uma materialização ou uma combinação específica de valores ordinários mas essenciais, que, conjuntamente, condicionam e são condicionadas pelo contexto e determinam a matéria que constitui o comum reconhecido por um colectivo.

Estrutura, textura e contexto oferecem-se, então, como dispositivos que orientam a interpretação, que fundamentam o reconhecimento dos seus valores e que garantem, então, a legibilidade e, particularmente, a inteligibilidade de um qualquer território que se reconhece como *casa comum*[4]. Através deles se reconhecem os valores intrínsecos à configuração de uma identidade – os elementos que organizam e que ocupam o espaço[5] – e os valores extrínsecos, próprios de um enquadramento relacional que influenciam inequivocamente a sua materialização.

Estrutura, textura e contexto compreendem-se, analiticamente, de modo independente, porém, a operação de redução que permite

manipular a complexidade de modo a tornar apreensível uma *realidade* pertinente admite, paradoxalmente, a autonomia e a dependência ou sobreposição dos três critérios de significação.

A *realidade da nossa casa* exige, então, uma tomada de decisão, a resolução deliberada de ultrapassar as dificuldades, combater as anteriores ausências de argumentação e as decorrentes invisibilidades, ordenando as premissas que antecedem a observação e que determinam a composição que produz uma imagem da *casa* que é, também, uma imagem dos espaços de vida dos seus habitantes.

O território da casa comum

O território da casa comum reinventa e customiza os referenciais, mas, sobretudo, acredita na diferença e aceita a complexidade. Considera as múltiplas interferências, a aceleração da transformação da *realidade* e a instabilidade da imagem que desta se obtém como condições intrínsecas da sua concretização.

Ler e compreender o território apresentam-se como um acto criativo por si só e, sobretudo, pressupõem que ler bem o território comum permite fazer bem a *nossa casa*, permite compreender os seus valores específicos e, em sintonia com eles, torna possível trabalhar habilmente sobre uma imagem que é de todos.

A construção da dimensão colectiva, através de uma exposição que transpõe a(s) imagem(ens) e a identidade da *casa* produzindo uma *realidade* possível – o retrato auto-referenciado que se mencionou no início desta enunciação –, metamorfoseia a dimensão do comum, revelando, sob o olhar que se expõe, uma excepcionalidade, uma identidade única que, sendo apreendida como ordinária, não é, certamente, genérica. **TC**

1 CACCIARI, Massimo (2004) – *La ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.

2 O espaço invisível, tal como a sociedade invisível, subentende "a multiplicidade de realidades inéditas e o desaparecimento de blocos explicativos" (INNERARITY, Daniel (2004) – *A Sociedade Invisível*. Lisboa: Editorial Teorema, 2009, p. 64).

3 MORIN, Edgar (1977) – *O Método. 1. A natureza da Natureza*. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa-América, (1977-1984), p. 24.

4 SIEVERTS, Thomas (1997) – *Cities Without Cities. An Interpretation of the Zwischenstadt*. London & New York: Spon Press, 2003.

5 Fernando Távora afirma que "a expressão «organizar espaço», à escala do homem, tem para nós um sentido diferente daquele que poderia ter, por exemplo, a expressão «ocupar espaço». Vemos na palavra «organizar» um desejo, uma manifestação de vontade, um sentido que a palavra «ocupar» não possui" (TÁVORA, Fernando (1962) – *Da organização do espaço*. Porto: FAUP publicações, 1996, p. 14).

1

ENTRADA

Território: Ca

asa Comum

Território: Casa Comum

Compreender o território implica conhecê-lo, mas implica sobretudo inventá-lo. Ficcionar a realidade é condição sem a qual essa realidade permanece opaca e indiscernível, sem sabermos aquilo que verdadeiramente nos interessa decidir colectivamente e que está ao alcance da nossa acção. Esses são os assuntos que constroem o território enquanto questão essencialmente política e, por isso, sujeita a debate e a deliberação.

O território não é algo predefinido ou estável. A ideia de território vai-se construindo pelo conjunto de acções, leituras, representações, discursos e debates colectivamente produzidos em torno daquilo que se (re)conhece como qualquer coisa de comum e que confere sentido à realidade.

A Casa do Território acolhe estes modos de ver, experiências e ensaios de conhecimento do real "territorializável" que se quer dar a ver nas suas muitas formas. Dar a ver é uma condição para tornar público, para organizar uma visão do mundo e expô-la ao juízo dos outros. Sem isso, a sociedade é invisível e o território uma abstracção.

Partindo do princípio e da convicção que o território que habitamos pode ser entendido e vivido enquanto casa comum – enquanto espaço de vida e relação de um grupo social que aí se inscreve –, então esta casa deverá ser resultado da construção colectiva de um imaginário e de projectos comuns sobre o que somos enquanto sociedade e sobre as coisas e os lugares que podemos e devemos partilhar. Uma casa em construção.

A metáfora da casa comum implica entender a relação sociedade/território de modo dinâmico e reflexivo; nem uma coisa nem outra são *objectos* ou *totalidades* discretas, ou *sujeitos* de uma relação de tipo mecanicista. Para tal, a narrativa simplificada, baseada em sistemas de causa e efeito e encadeamentos simples e sequenciais, terá que se desdobrar em episódios, que depois se podem relacionar entre si. Cada um conterá dimensões pertinentes para que se entenda a complexidade do jogo e dos seus actores e, ao mesmo tempo, se exponham as matérias que dão corpo à consciência da partilha, das coisas comuns e da sua regulação.

Será um sistema de textos, um hipertexto.

ALTO
FLORESTA
ECONO
CRISE
BANCA
TIVA
FOGO
MADEIRA
IMOBILIÁRIO
URBANIZAÇÃO EXTENSIVA
SAGRADO
SIMULTANEIDADE
DIFUSÃO
TRANSGÉNICO
FÁBRICAS
CASAS
RUA DA ESTRADA
LOGÍSTICA
RUA
AUTOMÓVEL
SERVIÇOS
COMÉRCIO
HORTA
MINIFÚNDIO
SUPORTE BIOFÍSICO
RIO

Retóricas do território

"… a retórica é útil porque a verdade e a justiça são por natureza mais fortes que os seus contrários. De sorte que, se os juízos se não fizerem como convém, a verdade e a justiça serão necessariamente vencidas pelos seus contrários, e isso é digno de censura. Além disso, nem mesmo que tivéssemos a ciência mais exacta nos seria fácil persuadir com ela certos auditórios"

Aristóteles (384-322 a.C.), Retórica

Território é uma daquelas palavras que, sendo extremamente familiar, parece significar também coisas óbvias e bastante consensuais; por isso se pensa que a palavra território é auto-explicativa. De facto não é assim.

Questionando o conjunto de factos e assuntos de que se fala quando se fala de território, imediatamente somos inundados por uma infinitude de significações, explicações, polémicas e contradições. Verifica-se isto tanto nos diversos campos científicos que se ocupam do território e sobre ele constroem elaboradas formas de análise e problematização, como na mais banal conversa de café acerca de assuntos da actualidade.

A problematização do entramado das questões que se articulam ao nível territorial ultrapassa o modo de construir conhecimento nas ciências "duras" e a aparente objectividade que as caracteriza. O território constrói-se socialmente; resulta da acção constante da sociedade, dos seus actores e da sua estabilidade ou convulsão. O território é uma construção social também porque a sua representação – o modo como é ficcionada a sua "realidade", como é difundida, convencionada, representada, narrada, etc. – é igualmente social. Por exemplo, o facto territorial "rede de estradas" é uma construção tecno-social enquanto facto e enquanto sistema de pensamento e de debate acerca de: estradas, sua importância, utilidade, vantagens, desvantagens, modos de usar, etc. Numa palavra, modos de problematização onde cabem os mais diversos factos e assuntos que os expõem e relacionam.

Esses modos de problematização serão sempre compósitos, não só porque a análise territorial articula uma enorme diversidade de temáticas que terão distintos modos de argumentação, como também porque inclui informação e conhecimento que varia entre a ciência e a tecnologia, a estética, a ideologia, as normativas legais, o senso comum, etc., etc. Seria impossível encontrar um operador meta-argumentativo que fosse capaz de organizar este labirinto.

Uma vez que os campos de organização e de produção de conhecimento científico tendem para a fragmentação – tendência que decorre do duplo processo de aprofundamento e especialização da organização do trabalho científico –, vão-se quebrando também confinamentos disciplinares que podem ter já sido bastante estáveis e contínuos no tempo, mas que agora se articulam e recombinam, multiplicando os modos de construir e legitimar "território" do ponto de vista "científico".

Por isso, se é fácil entender e provar que a divisão do trabalho científico entre as várias disciplinas é um facto da maior pertinência,

para explicar o que é a realidade em ciência, será igualmente fácil entender a cacofonia resultante da extrema diversidade dos assuntos e argumentos que podem adjectivar-se como territoriais; além disso, o somatório do que se sabe acerca de cada assunto especializado não produz as sínteses que caracterizam o "território".

Por aqui se poderá entender como, por uma espécie de ritual de exorcismo do caos, se repete tanto o desígnio da "articulação" a propósito do território e dos estudos sobre o território. Percebe-se a importância da articulação num objecto científico tão sistémico como o território – onde as coisas têm lugar e interagem mutuamente –, mas não é nada fácil chegar a grandes consensos e convicções sobre quais são as causalidades pertinentes de entre todas as que se podem verificar e demonstrar, que são muitas e nada lineares.

Por ser assim, é fácil explicar como, a propósito do território, se debatem e cruzam retóricas (como construir a produção de sentido, o discurso claro, fundamentado e persuasivo) e pragmáticas (com que consequências práticas) tão distintas, seja na construção de conhecimento, na representação ou na comunicação.

Destas possibilidades de aceder ao real, podemos assinalar pelo menos três, que nos podem esclarecer acerca da polissemias e instabilidade do território, e, sobretudo, acerca da importância de reflectirmos como é que as nossas formas de construção do conhecimento delimitam os conteúdos desse conhecimento, a produção de sentido, os modos de objectivar e argumentar, de fazer prova da verdade dos "factos": são elas a retórica científica, a retórica normativa e a retórica narrativa.

A retórica científica

Na linha moderna dos fundamentos do conhecimento científico, como diria Descartes nas Regras para a Direcção do Espírito, o que conta "*não é o que pensa outrem ou o que nós conjecturamos, mas o que podemos ver por intuição com clareza e evidência, ou o que podemos deduzir com certeza*".

O pensamento científico constrói-se contra o senso comum, a opinião, ou a crença. Parte de uma distinção clara entre o científico e o não científico, considerado ideológico, político, primitivo, atrasado, etc.

Esta concepção idealista da ciência, dos cientistas e das prática científicas admitiria que:

- A ciência e o cientista são "exteriores" ao jogo da sociedade; o saber científico está confinado e por isso fortemente institucionalizado; as instituições legitimam a qualificação e a reconhecibilidade entre pares.

- Os procedimentos de discussão estão claramente regulados pela epistemologia e submetem-se à argumentação e à prova para aferir a verificação ou a falsificação; os enunciados circulam e são verificáveis segundo os procedimentos convencionados no campo dos especialistas.

- As regras do jogo envolvem uma historicidade e o conhecimento dos enunciados precedentes (constantes numa bibliografia, por exemplo). Os processos de verificação/falsidade organizam-se neste ambiente diacrónico e as novas teses terão que fazer dupla prova de objectividade por referência a elas próprias e em relação ao paradigma anterior.[1]

No que diz respeito ao território, tais características são difíceis de sustentar, desde logo a sua definição científica como objecto de estudo. Como já se desenvolveu acima e é facilmente constatável na epistemologia da

Geografia, o território não é mais do que a construção de um conhecimento territorializado, referido a um âmbito espacial ou a uma distribuição no espaço geográfico. O território apresenta-se como um eco-sistema onde a simultaneidade e a co-presença implicam uma forte interactividade.

É fácil demonstrar cientificamente as interacções entre clima, topografia, geomorfologia, botânica, etc., configuradoras da Geografia Física de um território e do seu sistema biofísico. No âmbito das Ciências Naturais, a construção dos objectos científicos é mais comparável e equivalente, e as inter-relações mais claras, se bem que inseridas em sistemas muito complexos e instáveis.

A partir do momento em que o jogo da sociedade entra em cena na "produção" do território[2], a retórica científica entra em grande instabilidade, não apenas em matéria de construção do próprio conhecimento e da sua clareza teórica, conceptual e metodológica, mas também e sobretudo no que concerne à legitimação daquilo que é "verdadeiro" e que, para além disso, é relevante ou prioritário, independentemente da opinião de cada um dos especialistas. A natureza técnica (ciência aplicada) da análise territorial pode até com facilidade resvalar para um contexto puramente tecnocrático, perdendo-se os fundamentos científicos ou a discussão política, a favor da suposta autoridade técnica de certos assuntos (o CO_2, por exemplo) e instrumentos de produção de conhecimento e de representação do território – pense-se em todo o tipo de mapas com cartografias de "indicadores", desde mapas de declives até taxas de desemprego, e o tipo de conclusões que daí se retira para dizer o que é o território.

Uma crise de legitimidade que não possa ser tramitada no estrito campo científico-técnico (saber se é mais importante a biodiversidade ou a rede eléctrica) só pode ser resolvida politicamente – o que possa ser dito sobre aquilo que é objectivamente verdadeiro num registo puramente científico pode ser muito diferente se questionarmos se isso mesmo é justo, necessário ou prioritário. A acção sobre o território depende em grande medida desse tipo de questões.

A sobre-abundância de factos científicos, a coexistência de problemáticas e retóricas de cientificidade – desde os campos disciplinares das ciências naturais aos das ciências sociais – e os sistemas explicativos de relacionamento entre questões que são articuladas nas análises territoriais são mais que suficientes para não confiar demasiado na objectividade dos assuntos científicos do e sobre o território, nem, muito menos, eleger as "Ciências do Território" como produção absoluta de verdade.

Repescando Bruno Latour[3], os *"matter-of-concern"* – as polémicas, os assuntos, as matérias em discussão – em torno do território revelam-se mais claros do que a ilusão dos *"matter-of-fact"* – as matérias de facto – do discurso tecno-científico, exactamente pela razão de que o território não pode ser pensável como simples ocorrência mais ou menos abundante de factos.

Num processo de deliberação onde se confrontam desígnios e grupos sociais distintos e com interesses mais ou menos contraditórios, que deliberação nos pode fornecer um parecer técnico agronómico que legitima a excepcionalidade de um território enquanto "Reserva Agrícola Nacional"? Porque se trata desse tipo de argumentos, como confrontá-los com outros e suas igualmente justas razões? Não é possível operacionalizar os nexos entre tecnocracia e democracia propondo uma despolitização que equivaleria à neutralização do território enquanto produto social.

Os (pseudo)conceitos de território vivem

na teia de relações que os exprimem. Por isso, ao questionar-se o significado móvel do território, questione-se também para que serve e o que transporta o discurso e a representação técnica sobre o território, quem são os interlocutores, qual é o contexto, quais os conflitos que se escondem por trás das palavras ou das imagens e que inquietações sociais ou individuais arrastam consigo; quem é convocado no discurso (quem é excluído?) e com que razões.

A retórica normativa

Diferentemente da atitude analítica própria do conhecimento científico – investigar o que é a realidade – a visão normativa foca-se naquilo que a realidade *deve ser*. A atitude normativa regula, prescreve, permite, obriga, proíbe; não interessa uma qualquer dimensão da realidade mas aquelas que fazem parte de um programa prévio, de uma intenção, de uma estratégia.

A verdade é que, apesar desta instabilidade, território é um facto constitutivo da própria ideia de organização social: o estabelecimento de regras colectivas sobre como usar uma determinada extensão de terra, a água de um rio, a manutenção de um caminho, a delimitação e a regulação de uma fronteira, etc., são exemplos dessa regulação socio-territorial. Numa democracia, o território é constitutivo da *res publica* – um conjunto de bens e serviços colectivos partilhados e umas regras de partilha que incluem o direito público e o privado.

Território pode assim ser entendido como uma *tecnologia política*[4] composta por sistemas legais, debates políticos, teorias, conceitos, práticas, instrumentos e procedimentos de medida e representação, técnicas de (tele) detecção, cartografia, sistemas de informação geográfica, bases de dados..., ao serviços de formações sociais e sistemas de poder e de governo/administração mais ou menos justos e transparentes.

A retórica normativa supõe uma autoridade e uma relação hierárquica binária e de superioridade entre quem regula e quem ou o quê é regulado.

No caso do território, uma boa parte da retórica normativa com importância real reside no sistema legal que está contido na lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

A quantidade, a dispersão e o ritmo de produção legal em matéria de legislação que incide directa ou indirectamente no território é tal que o sistema tende a ficar opaco e, por isso, ineficiente. Como os sistemas de regulação supõem atitudes coercivas e sancionatórias, a relação entre reguladores e regulados tende a crispar-se na proporção directa dessa opacidade, da burocracia, da lentidão, da rigidez, da instabilidade ou da dispersão e sobreposição. No caso da produção de figuras legais de excepção como os projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN), de formato tipicamente liberal e ética capitalista, as coisas agravam-se porque colidem com o enunciado da ética do interesse público inerente à legislação que rege.

Uma fundamentação técnica vertida numa norma corresponde a uma dupla blindagem do processo de legitimação: o que a norma prescreve é legitimado pela racionalidade técnica mesmo que essa racionalidade seja discutível ou até, entretanto, falsificada. É muito comum na legislação urbanística as normas resistirem para lá da falência do que lhes deu origem, ou seja, do enunciado, do articulado e dos pressupostos contidos na formulação da coisa/ocorrência a que a norma se aplica. Esta rigidez ou desfasamento é paradoxal face à dinâmica da sociedade e, por

isso, às próprias razões do território enquanto construção social.

Pense-se igualmente nas questões de escala que definem a própria realidade territorial: questões genericamente colocadas ao nível global como o CO_2, o aquecimento global ou a biodiversidade, tomam realidades e âmbitos de discussão totalmente distintos consoante mude a escala e o contexto. Não se trata de saber qual é a escala geográfica pertinente para verificar quanto de CO_2 sai do escape de um automóvel; trata-se de saber o que é que legitima as normas de uso desse automóvel (argumentadas com o carbono) num determinado território e contexto social, e qual o grau de democraticidade dessa normativa. Portajar uma rua argumentando com a desincentivo do uso do automóvel por questões de qualidade do ar pode significar manter o privilégio de circulação automóvel para os que podem pagar e para quem essa taxa é mais que residual, e castigar os que não possuem os mesmos meios, mas para quem o uso do automóvel nessas circunstâncias é igualmente importante ou até mais. Quando o universalismo que é próprio do conhecimento técnico se conjuga com outro suposto universalismo – aquele que, através da transposição de regulamentos, copia regulamentos de um país para outro, por exemplo, dando como implícito que uma e outra sociedade medem a questão pela mesma bitola – o resultado pode ser desastroso.

Porque assim é, persistem e avolumam-se as polémicas, pondo em causa a própria legitimidade do sistema legal, por serem considerados desadequados, errados e injustos os cenários e as fundamentações que a própria lei contém e donde derivam modos de ver e prescrever. Pode argumentar-se que essa situação decorre da conflitualidade dos interesses e da sua forte visibilidade na esfera pública. No entanto, verifica-se com facilidade que também o consenso não existe no campo tecno-científico; as categorias "urbano", "rural" e "natural", as mesmas que abundam nas leis e nos planos, constituem verdadeiras arenas de polémica tecno-científica que ameaçam mesmo a sua existência enquanto conceitos; serão mais plataformas discursivas para medir distâncias e argumentar desacordos.

A verdade é que a tradição regulamentar na abordagem dos temas do território acabou por produzir inércias que se somam a outras que também não têm origem científica – fundamentos liberais das políticas do território ou das políticas urbanas, ou modas como a dos centros históricos, por exemplo. Tudo isso lançou uma enorme confusão em saber de que é que trata verdadeiramente o planeamento territorial e a regulação do uso do solo. Qualquer que seja a resposta, ou se percebe o entorno social que torna este ou aquele desígnio mais relevante e prioritário – e se isso é "planeável" – ou não valerá simplesmente a pena continuar a insistir nas mesmas coisas, nos mesmos procedimentos, na ilusão de que o Estado continua a ter a mesma margem de manobra e os mesmos meios que tinha nos anos de ouro do planeamento. Não tem e é muito discutível admitir que uma ideologia liberal cada vez mais estremada possa usar o aparato legal herdado das democracias correspondentes ao modelo de Estado Social.

A retórica narrativa

A retórica narrativa admite uma pluralidade infinita de jogos de linguagem e de estratégias de argumentação e de produção de sentido.

O relato constrói a realidade expondo um fio narrativo, juntando argumentos e ponderações à medida que esse fio se vai deslaçando, acrescentando razões e critérios de valoração que tentam aprofundar o sulco onde o caudal discursivo corre, evitando fugas e derivas marginais.

A palavra de um poeta, um ditado popular, uma evidência científica, um recurso técnico de ilustração – um mapa, um gráfico estatístico – uma frase de senso comum, um princípio de ética, estética ou moral…, tudo é válido se funcionar na lógica da coerência total do discurso e da retórica da argumentação. Como nos antibióticos, a retórica narrativa deve ser de largo espectro.

A regra do jogo é afinar pela audiência e vice-versa; atingir níveis crescentes de empatia e de verdadeira retórica enquanto arte do convencimento: "*diz-se o que se deve dizer para ser escutado, o que há que escutar para se poder falar, o que deve ser jogado para poder ser objecto de um relato*"[5].

Por oposição à frieza e tecnicismo da retórica tecno-científica, a narrativa é "quente"; desenvolve-se como uma história que se conta e que serve de modelo para aquilo que se devia pensar ou fazer.

As técnicas do *storytelling* têm vindo a ganhar terreno no planeamento, sendo até aconselhadas e praticadas para ultrapassar sucessivas falências no modo habitual de pensar, planear e projectar as coisas[6]. Para que haja "história", os princípios técnicos, as situações genéricas, os diagnósticos abstractos…, são contextualizados em situações, espaços e temporalidades precisas, designando os actores e os seus interesses; existe um enredo persuasivo que captura a diversidade dos factos e os alinha num processo de construção coerente de sentido: um "todo". Os métodos do *storytelling* tanto podem ser considerados como modelos, técnicas ou procedimentos para a análise e para construção de equações sobre a realidade e as expectativas, como podem ser tomados como meio operacional, instrumental, sobretudo em contextos pouco burocratizados em muito focados num determinado colectivo/território. Nestes métodos ou práticas, está em causa:

- Traçar estratégias de convergência entre os diversos actores envolvidos, trabalhando imaginários partilhados e distribuindo papéis e responsabilidades. Nesse caso, não só se trata do que é ou foi – averiguar o que se passou para se verificar uma determinada situação –, mas também do que deverá ser e do que se deve fazer para que assim seja.

- Dar forma aos colectivos interessados numa determinada questão e identificar líderes, posicionamentos, redes e sistemas de poder, conflitos e processos de discussão.

- Aproximar culturas e idiossincrasias – as dos técnicos do planeamento e do urbanismo, desde logo – acerca da forma de problematizar o território e fazê-las convergir para um cenário partilhado.

- Em suma, explicitar o processo político da discussão, da legitimação e da decisão que aproxima os campos entre quem planeia e executa, e os seus destinatários. Participação e envolvimento são duas palavras bastante correntes nesta história.

A finalidade é ultrapassar a ilusão técnica da neutralidade sobre o território e o planeamento do território. O planeamento é um lugar feito de conflitos (e não de consensos) fundado nas relações sociais. Não é neutro,

não é um simples saber técnico e uma prática de gestão. O planeamento é o lugar onde o poder se exerce e por isso não pode ser posicionado como simples mediador ou negociador externo entre vários interesses. O planeamento tem que ser conceptualizado "dentro" dos conflitos. O que é bom para uns pode ser péssimo para outros. Não existe nada necessariamente bom ou mau na óptica do "interesse público", que não possa ser validado dentro das circunstâncias e das relações sociais.

Síntese

Analisar território é mergulhar a fundo na própria sociedade, no seu potencial de relação e de conflitualidade, na contingência e na permanente instabilidade. Contra a ilusão da clareza e neutralidade dos factos e das "matérias de facto" (os indicadores, as variáveis, os dados, as quantidades, o que dizem "falar por si") e das relações entre os factos (os sistemas causais simples, as racionalidades mais ou menos fechadas nas suas circunstâncias), interessa expor e avaliar com clareza as "matérias em discussão", ou seja, os contextos em que os factos emergem e tomam forma através do modo como são percebidos e debatidos, quem e como debate e com que razões[7].

Basta pensar como, falando de vacarias e de factos – número de cabeças de gado, quantidade de dejectos produzidos, ph do solo, preços do leite, etc. –, os assuntos mudam de figura consoante se discute a poluição do solo e da água, o rendimento e o emprego gerado pela actividade de produção de leite num determinado território, a modificação da paisagem ou outra qualquer malha ou manifestação pontual deste inextricável assunto-rede-de-assuntos. À problematização a partir de lado nenhum ou de qualquer abstracção como a da sustentabilidade, impõem-se problematizações que incluam os seus "pontos de vista" para se saber o que é que se vê e como se explica o que se vê de lá.

Ao invés de ser uma definição clara, estática e universal, território possui uma historicidade mais ou menos problemática ou conflituosa, uma variação enorme de afloramentos através dos quais se manifesta. Território – parecendo que sempre existiu – é impossível de definir à partida, de modo absoluto; é um processo em contínua construção; decorre de um *processo de territorialização* aberto e que vai acolhendo sucessivos significados e regras de jogo.

Percebe-se claramente que a territorialidade de uma bacia hidrográfica será completamente diferente se se tiver o entendimento do próprio conceito de bacia como sistema de drenagem e escoamento, se for construído um sistema de rega e de regras de uso da água, um sistema de barragens, normas de captação, uso e rejeição de águas, se aumentarem a pressão e a conflitualidade sobre o uso público e privado da água, etc. As micro e as macro-territorialidades, através das quais estas diferentes questões se equacionam, mudam: variam as instâncias políticas administrativas, os actores e os interesses em presença, os modos e as escalas de regulação consideradas pertinentes, e assim sucessivamente; ou seja, muda a formulação territorial das questões e não será de esperar que uma determinada formulação para uma problemática ou grupo de problemáticas seja adequado para outras.

O território é uma construção social, como explica Henri Lefebvre[8], com o que tudo isso implica de consenso e conflito, negociação, poder, legitimação, imposição ou aceitação. As próprias componentes biofísicas do terri-

tório – a sua Geografia Física, como normalmente se diz – são realidades aparentemente "naturais" que só emergem porque estão envolvidas em questões sociais e assim são entendidas – é o que facilmente se pode explicar com a noção de "recurso natural" e com os problemas (geo)políticos e jurídicos que daí resultam em termos de posse, apropriação, uso, etc., individual e colectivo. Como nota Foucault[9], *regere* (governar, dominar) é o étimo latino de região, e *vincere* (território conquistado), de província, tal como *campo* também pode ser de batalha.

Território, poder e propriedade são inseparáveis. Quando a propósito disso se diz que algo está em processo de "*desterritorialização*", o que isso significa de facto é que está a mudar o modo como essa questão era territorialmente entendida (porque, por exemplo, a presença de algo no *território virtual* da Internet está a aumentar; porque alguma coisa cujo entendimento era claro ao nível local, é agora função de dinâmicas globais que aí têm implicações incontornáveis).

Território pode assim ser entendido como produto de uma *tecnologia política*[10], como já foi desenvolvido atrás.

Por isso, para além de se questionar o que é, território devem também entender-se as suas componentes instrumentais e operacionais, questionando "*para que serve ou a quem serve*" – desde os grandes desígnios colectivos planetários, agora muito em voga, até aos pequenos e grandes interesses privados locais e regionais. Esta concepção construtivista de território aconselha a não fechar demasiado qualquer conceito de território em racionalidades tecno-científicas absolutas porque lhe faltariam as razões sociais que tornam esta ou aquela dimensão territorial (e o respectivo modo de argumentação) numa questão pouco ou muito prioritária ou consensual, ou bem ou mal colocada.

Às concepções auto-explicativas e fechadas de território e lugar contrapõem-se outros modos de conceptualização do real onde "território" e "lugar" correspondem a dimensões espaciais essenciais e úteis para a inteligibilidade desse real. De infinitas possibilidades, fronteiras, conteúdos e escalas que conformam o território, resultarão múltiplos significados considerados objectivos, tecnicamente resolúveis e politicamente legitimáveis. O inverso (razão da crise de muitas formas de pensar e regular o território) seria autonomizar a análise e a regulação do território em esferas tecno-políticas e sistemas legais que reproduzem um conjunto heteróclito de conhecimento científico aplicado, ideologias dominantes, princípios morais, éticos ou estéticos, modas, mundos mais que perfeitos, etc., que se vai alimentando a si mesmo, independentemente da evolução das coisas e das próprias possibilidades do sistema político-administrativo do planeamento garantir e regular aquilo que diz que garante e regula.

Para além disso, do ponto de vista estritamente tecno-científico, a evolução permanente do conhecimento levará a graus sucessivos de conhecimento da complexidade e à tentação de preencher constantemente o edifício tecno-político do planeamento com esses mundos. A resultante só pode ser o somatório puro das coisas especializadas (hiper)reguladas pela peneira fina do seu conhecimento – facilmente uma racionalidade especializada entrará em rota de colisão com outra – ou, e ao mesmo tempo, o enunciado genérico de tudo articulado com tudo – como no caso do princípio da sustentabilidade -, seguindo uma velha tendência em que era do planeamento territorial aquilo que se podia articular territorialmente – espacializar – a partir das lógicas sectoriais. Por isso se diz que o rever-

so da performance de um SIG (Sistema de Informação Geográfica) com a sua capacidade infinita de acumular, cruzar e representar "indicadores espacializados", é a sua possível transformação num *dispositivo de construção de desconhecimento em alta definição* – um verdadeiro processo de fetichização estatística e cartográfica que colapsa por excesso de informação sem quadros teóricos e conceptuais robustos, semeada de princípios ideológicos os mais diversos, atravessada por racionalidades científicas que não são transferíveis de um tipo de variáveis para outros, informada por sistemas simplistas de cadeias de racionalidade, etc. Numa palavra, a mais difícil opacidade porque cheia de simulacros de clarificação que, aparentemente, respondem a todas as perguntas, razões e contradições.

A desestabilização dos suportes técno-científicos para o conhecimento e regulação do território vai a par e passo com a profunda metamorfose do Estado enquanto garante das coisas e do interesse público e do funcionamento do Estado de Direito.

Na época de ouro do Estado Social, do crescimento económico contínuo em períodos longos, do elevado poder de regulação e legitimidade política do Estado e da administração pública, do planeamento simplificado, de uma certa estabilidade dos cenários e grandes objectivos do planeamento, etc. – tempos modernos, no verdadeiro sentido da expressão – viviam-se tempos de certezas e previsões seguras, quer as que eram formuladas pelo aparelho tecno-científico, quer as que eram garantidas pela estabilidade do próprio Estado-Nação, pelo funcionamento da democracia e pela garantia da soberania.

Hoje parece estar tudo ao contrário: a relação directamente proporcional entre o aprofundamento do conhecimento, o aprofundar das especializações e a multiplicação das polémicas (o não consenso no desenho das soluções, o que modifica drasticamente o papel da ciência e da tecnologia retirando-lhe o monopólio de instância absoluta de legitimação, de produção de verdade, racionalidade, etc., acima dos conflitos e subjectividades sociais) acompanha a crescente fragilidade e instabilidade do Estado-Nação e da economia em ambiente de liberalismo global.

Mesmo que nada tivesse mudado, a deriva liberal perturba profundamente a ética pública do planeamento e a sua acção e legitimidade. A crise financeira do Estado será o acelerador e a vertigem de tudo mercantilizar e fazer depender da iniciativa privada acabará também por fazer do mercado o regulador único da *utilidade* do "território".

É a consciência cívica da "casa comum" – a representação e a acção através da qual se definem modos de partilhar a esfera pública – que designa a territorialidade e o grau de conflito em torno das coisas pensadas territorialmente. Como o território não pode ser pensado apenas como um "objecto" mas como uma resultante mais ou menos instável de acções continuadas "sobre o território" – um processo e não uma coisa -, também facilmente se compreenderá a facilidade com que oscilamos entre uma visão sistémica e articulada de território, e a súbita fragmentação em representações truncadas, focadas ou divididas em colagens e elementos soltos – processual, múltiplo, heterogéneo e conflitual são, entre outros, adjectivos constitutivos de qualquer ideia de território.

Contra as visões artificialmente articuladas de território reunindo os mais variados nexos e causalidades, se perceberá facilmente que, em sociedades complexas sujeitas a dinâmicas e pressões as mais variadas, só funcionarão configurações de território que nunca poderão corresponder a um todo (que não existe), mas

a modos de selecção e a formulações possíveis que encontrarão nos campos científico-técnicos e nas arenas sociais os seus modos cruzados de legitimação; projectos de território – *obras abertas* – e não territórios absolutos. A cartografia – um suporte de representação e de comunicação daquilo que é o território – corresponderá, produzindo formas de visibilidade que são equivalentes a regimes de enunciação da verdade/objectividade dessas formulações possíveis. **AD**

1 Cf. LYOTARD, Jean-François – *La condition postmoderne – rapport sur le savoir*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.

2 LEFEBVRE, Henri – *La Production de l'espace, L'Homme et la Societé*. Paris: Anthropos, 1974.

3 LATOUR, Bruno – *Reassembling the Social – an introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press, 2005.

4 ELDEN, Stuart – *The Birth of Territory*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

5 LYOTARD, Jean-François – *La condition postmoderne – rapport sur le savoir*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979, p.20.

6 Cf. HULST, Merlijn van – *Storytelling, a model of and a model for planning*. Planning Theory, vol. 11, New York: Sage, 2012.

7 LATOUR, Bruno – *What is the style of Matters of Concern?*. Amsterdam: Van Gorcum, , http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/97-SPINOZA-GB.pdf, 2008.
LATOUR, Bruno - *Why Has Critique Run Out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern*, Special issue on the 'Future of Critique'. Critical Inquiry, p. 225-248, http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/89-CRITICAL-INQUIRY-GB.pdf, 2004.

8 LEFEBVRE, Henri – Op. Cit., 1974.

9 FOUCAULT, Michel, "*Questions on Geography*", in Colin Gordon, Ed. (1980) Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972–1977. New York: Pantheon, 63–77. http://iris.nyit.edu/~rcody/Thesis/Readings/Foucault%20-%20Geography.pdf, 1988.

10 ELDEN, Stuart, Op. Cit., 2013.

Território como hipertexto

Um hipertexto é um tipo de escrita não sequencial composta por uma série de blocos de texto que funcionam como unidades de informação ou lexias, dotadas de coerência própria, conectadas por ligações que possibilitam ao leitor seguir vários caminhos na demanda pela informação e pela construção de sentido. Ao contrário do texto, trata-se de uma estrutura aberta, não linear e não hierarquizada, sem princípio, meio ou fim.

"*Permitam-me introduzir a palavra 'hipertexto' para designar um corpo de material escrito ou pictórico interligado de um modo tão complexo que não poderia ser apresentado ou representado de forma conveniente em papel. Pode conter sumários ou mapas dos seus conteúdos e suas inter-relações; pode conter anotações, adições e notas de rodapé de especialistas que o tenham examinado. (...) Um sistema deste tipo poderia crescer indefinidamente à medida que fosse integrando outros dados escritas. A sua estrutura interna deveria para isso ser concebida de modo a admitir o aumento, mudança e combinações complexas de informação.*"[1]

Dito assim, pode pensar-se que se trata de uma máquina infernal de produção de informação desorganizada, caótica e potencialmente bloqueadora pela vertigem que causa o dilúvio de informação que aí se contém. Não tem que ser assim. Uma vulgar enciclopédia que organiza assuntos por ordem alfabética (cada entrada seria uma *lexia*) – e que em cada um desses assuntos pode conter texto, imagem, gráficos, etc. e remissões para outras entradas para aí complementar a informação sobre assuntos correlacionados… – é uma construção estruturada sobre o conhecimento do mundo. Cabe ao leitor organizar a sua "navegação" – como se diz a propósito das trajectórias de consulta de informação na internet – e decidir metodologias de pesquisa e de legitimação da construção do conhecimento assim construído.

Remetendo para Jorge Luís Borges e para o seu conto "*O jardim dos caminhos que se bifurcam*"[2], é exactamente disso que se trata. A ilusão do território como "texto" claro, fechado, estruturado, com os seus personagens e narrativas sequenciadas e estruturadas – coisa que tem tanto de cómodo como de mistificação – dá lugar a uma híper-espacialidade geográfica, isto é, entendida em múltiplas dimensões com seus temas, nexos causais, explicações ou critérios de objectivação. A frequência de metáforas como o *palimpsesto* (a sobreposição de várias escritas e registos num pergaminho usado muitas vezes) ou as *camadas* (*layers*, em linguagem de desenho assistido por computador) remetem já para essa necessidade de desdobrar sentidos e interpretações para ultrapassar bloqueamentos de conhecimento resultantes de certas linearidades excessivamente simplificadas a propósito do território, com a desculpa de que simplificar é condição necessária para generalizar e universalizar. Esta herança do modelo cientificizante e técnico do moderno acabou por ser vítima de si próprio e da ilusão de assim poder "conhecer para prever", leia-se, regular e planear. A simplificação enquanto estratégia de fuga à complexidade acabou por colapsar, como se sabe.

Vencido o medo das bifurcações e dos

labirintos, a leitura hipertextual do território (ou o território enquanto hipertexto) permite a abertura suficiente para problematizar as questões territoriais sem cair em fixismos deterministas, causalidades mal explicadas, simplificações grosseiras e versões únicas (grandes *narrativas,* como diria Lyotard[3] a propósito das grandes crenças científicas que a própria evolução do conhecimento científico abateu).

Imaginemos um percurso simples pelo (hiper)texto do território e seus acontecimentos: ao longo de uma estrada a fábrica do lado direito dá lugar a uma correnteza de casas, a última das quais tem um restaurante no rés-do-chão que se prolonga por uma esplanada quase até ao asfalto. Do outro lado, sucedem-se hortas, um campo de milho, um terreno aparentemente abandonado, uma escola e um entroncamento precedido de uma placa que indica a ligação a uma auto-estrada, o nome de um lugar e a localização próxima de um super-mercado. No lugar do passeio, ora existente ora ausente, existem postes de electricidade, tampas de saneamento e caixas de visita às redes de telecomunicações e água canalizada. Passam camiões, peões e automóveis; há um semáforo e uma passadeira; o sinal verde para os peões não teve reacção por parte de alguém que o esperava mas que entretanto se alheou numa conversa ao telemóvel…

O enumeramento dos factos podia estender-se indefinidamente neste pequeno exercício de observação do quotidiano, subjectividade e semiologia banal. Porém, a questão é muito simples. Aceder ao conhecimento do território significa entender o jogo das formas, das relações, das funcionalidades, das interacções… dos sentidos das coisas que frequentemente parecem simplesmente justapor-se. É necessário saber do jogo das palavras que denominam essas coisas e dos mundos que aí se contêm. Quem está a falar ao telemóvel ou quem, depois do sinal, mudou de direcção para aceder à auto-estrada, está de facto a experimentar várias dimensões do espaço-tempo que co-existem; uma casa com um restaurante no rés-do-chão é extremamente eficiente em muitas questões da gestão familiar de uma unidade de restauração; um restaurante à beira da estrada goza das vantagens da forte visibilidade que oferece a um fluxo constante de potenciais clientes que passam; a horta junto a uma casa é com certeza uma solução interessante para auto-abastecimento de certos alimentos; um campo de milho não produz menos por estar junto a uma estrada ou escola; a fábrica, mesmo que implique tráfego de veículos pesados, pode até ter essa serventia pelas traseiras ou diminuir a conflitualidade dispondo na área de implantação de terreno para movimentação, estacionamento e manobra de veículos; uma escola junto a uma fábrica pode ser muito prático para quem é operária(o) dessa fábrica e tem um filho na dita escola, etc., etc. Para quem vê o mundo através de conceitos genéricos como rural, urbano, industrial, agrícola, natural, e coisas que tais, este texto parece um pesadelo.

No entanto, isto funciona (claro que qualquer coisa pode sempre melhorar…) e, para além das formas, volumes, usos que nos é dado ver, existem complexos sistemas sócio-técnicos que explicam essas funcionalidades:

"Trata-se de uma lógica de conexão: as redes (fluidos, energia, informação, transportes,...) constituem sistemas de dispositivos que são suficientes para qualquer assentamento humano – minúsculo, gigantesco, singular e isolado ou agregado em unidades inumeráveis – a eles se

ligar para poder funcionar. Estamos assim nos antípodas das lógicas locais de articulação do espaço construído fundamentadas na interligação dos elementos construídos entre eles e com o seu contexto natural e cultural."[4]

O território continua a ser uma casa comum, mas as sociabilidades dependentes da vizinhança, da proximidade, do afastamento, da distância, da aglomeração,…, vão dando lugar ao primado da relação, da boa vizinhança ou da diminuição do eventual conflito por proximidade de certas funções, e da maior ou menor facilidade em matéria de acessibilidade, de facilidade de chegar, de contactar, de ter acesso a. Quanto maior for a complexidade da organização social e quanto mais intensos e diversificados forem os sistemas de próteses tecnológicas que percorrem o território e que servem de suporte ao movimento de pessoas, de informação, de mercadorias, de energia…, maior a facilidade de conexão e (inter)relação entre qualquer ponto do território-rede.

A urbanização extensiva é o território da *sociedade hipertexto*[5]: diferentemente dos velhos conceitos, o espaço dos lugares deu lugar à rede de *sites* (conteúdos, funcionalidades, percepções e modos de aceder) e suas múltiplas conexões. Sem ligações ou conteúdos, ou com conteúdos e ligações frágeis ou demasiado subjectivos, os lugares não existem como coisa visível e relevante para o comum. Como explica David Kolb[6], a poética do lugar (ou o desencantamento de Marc Augè com os seus *não-lugares*[7]) com o seu imaginário fixado por relatos mais ou menos etnográficos, mitificados, literários, românticos, freudianos ou culturalistas (Norberg-Schulz ou Gaston Bachelard), dá lugar à ideia de lugar como construção permanente que deriva da dinâmica da sociedade, usos, permanências ou transformações.

Cada lugar-unidade-de-informação é como um nó de uma teia de relações de sentido que estrutura os caminhos possíveis e que a qualquer altura pode incorporar nova informação. À medida que se vai desvendando essa teia ao longo de sucessivos afloramentos e percursos que os conectam, é a própria realidade que se manifesta na pluralidade de situações e contradições que a caracteriza. Esta formulação é válida quer para a análise quer enquanto guia para acção ou para a regulação. Pense-se, por exemplo, em coisas aparentemente simples como a horta ou o campo de milho de que falávamos atrás. A primeira é mais confinável na esfera doméstica e local a que pertence; o segundo faz parte de um complicado sistema que explica a turbulência na fileira de produção do leite e derivados e não passa de uma manifestação local de um complexo mecanismo onde entra a política agrícola da EU, a globalização dos mercados, os interesses das empresas que desenvolvem sementes híbridas e transgénicas, a segurança alimentar, etc., etc. Claro que a horta e o campo de milho podem perfeitamente partilhar (ou não) a mesma rede de água de rega ou o mesmo freático de onde se bombeia água. A qualidade do solo agrícola onde se localizam pode, de repente, tornar-se um factor secundaríssimo para se saber se ali o milho vai continuar a ser produzido ou não; entretanto a construção de uma casa numa parcela agrícola abandonada, pode significar o início de uma horta e de um pomar com uma produtividade que nunca aquele solo teve; no entanto, à face da lei, o melhor solo agrícola, classificado e protegido, foi abandonado; no segundo caso, o lote passou de rural a urbano mas intensificou-se a produção agrícola.

O mosaico de situações e relações através das quais podemos organizar as questões acerca do território ganha maior definição e visibilidade à medida que – da teia possível de relações – se destacam aquelas que, num determinado contexto, são consideradas as mais pertinentes para os desígnios colectivos. É a isso que Bruno Latour chama a *construção do comum* na sua demanda política para a re-invenção da *res-publica*[8]: denominar qualquer coisa como "social" ou "territorial", para denominar algo que não está explicitado nas suas relações e conteúdos, é como pensar que o *social* ou o *territorial* estão estáveis e bem definidos, quando, de facto, são processos em permanente construção, conflito e deliberação. **AD**

1 NELSON, Theodor Holm – "*A File Structure for The Complex, The Changing and the Indeterminate*", ACM '65 Proceedings of the 1965 20th national conference, p.96, 1965.
(a palavra "hyperlink" foi criada em 1965 (ou 1964) por Ted Nelson e pelo seu assistente Calvin Curtin no início do projecto XANADU)

2 BORGES, Jorge Luis – *El jardín de senderos que se bifurcan*. Buenos Aires: SUR, 1941.

3 LYOTARD, Jean-François – *La condition postmoderne*. Paris: Ed. Minuit, 1979.

4 CHOAY, Françoise – *Une mutation à l'œuvre*. Techniques, territoires et sociétés. Paris: Ministère de l'Équipement, des transports et du logement, 1998, p. 43-50.

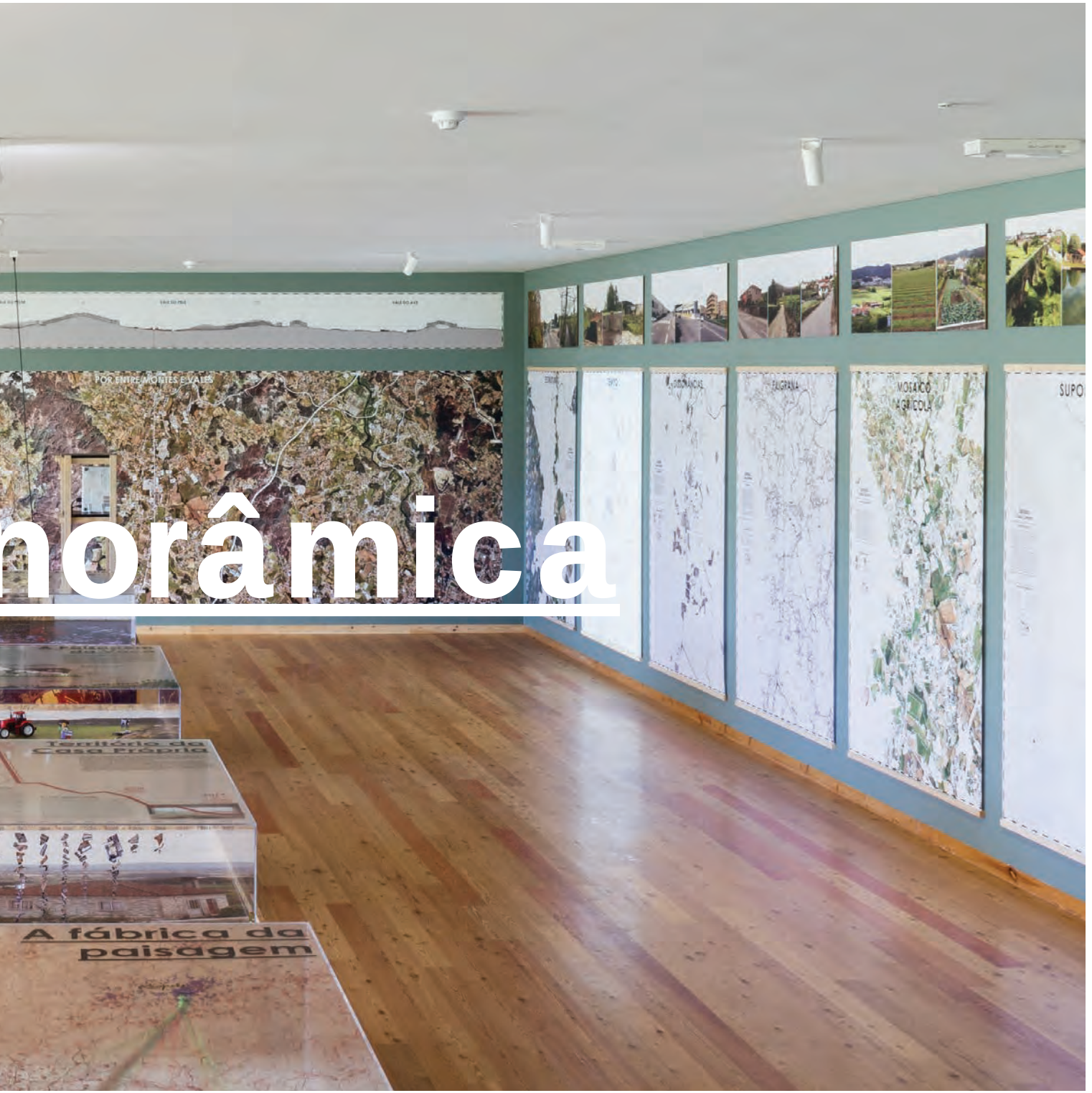
5 ASCHER, François – *Multimobility, Multispeed Cities: A Challenge for Architects, Town Planners, and Politicians*. Forum of Design for the Public Realm; Places Journal, Vol. 19 Issue 1, https://placesjournal.org/about-places--journal/, 2007.

6 KOLB, David – *Sprawling Places*. Athens: GA, University of Georgia Press. Hypertext version: DOI= http://www.dkolb.org/sprawlingplaces, 2008.

7 AUGÈ, Marc – *Non-lieux*. Paris: Ed. Verso, 1995.

8 LATOUR, Bruno – *Reassembling the Social – an introduction to actor-network--theory*. New York: Oxford University Press, http://dss-edit.com/plu/Latour_Reassembling.pdf, 2005.

Construir a
asa Comun
Visita pa


norâmica
POR ENTRE MONTES E VALES
MOSAICO AGRÍCOLA
Território da Casa Própria
A fábrica da paisagem

Visita panorâmica

Expor de um modo tridimensional um determinado objecto nunca é um exercício linear. Há um modo proposto para percorrer a informação que se quer partilhar mas admite-se e, neste caso, deseja-se que a fruição possa ser feita de um modo livre, adaptando-se aos interesses de cada visitante. Fazendo uma leitura panorâmica sobre o espaço da exposição, interessa no entanto estabelecer uma ordem com uma sequência de base que é proposta que, como em qualquer assunto que se transmite, se pode dividir em três: uma introdução, o seu desenvolvimento e o lançamento de conclusões.

Esta exposição marca uma novidade e um desafio à actividade do MDT: a divulgação da sua prática de investigação fora de um âmbito académico ou técnico e a sua comunicação a um público generalizado que, seguindo o mote auto imposto, se espera poder produzir contributos a partir do seu entendimento próprio sobre esta "Casa Comum".

Para usar uma referência da cultura popular, o filme "The Matrix" fala sobre um mundo distópico onde os Homens estão em estado vegetativo ligados a máquinas. O mundo é- lhes "implantado" como uma representação virtual gerada por um código informático. Aqueles que não estão ligados conseguem ler a realidade virtual não pelos seus sentidos mas pela capacidade de interpretar este código, a "Matrix", que lhes surge como uma veloz e infinita cascata de caractéres verdes luminosos.

"*I don't even see the code*" (Já nem vejo o código), afirma no filme um letrado nesta linguagem perante a estranheza do personagem principal, incapaz de a decifrar.

Também os códigos de representação e comunicação entre pares se tornam ilegíveis fora de um círculo restrito. O desenho do dispositivo expositivo, no seu todo, procura sair do código e encontrar uma linguagem comum que permita comunicar de forma ampla, mas também oferecer ao grupo de investigação um reflexo do seu trabalho visto de fora.

A título de exemplo, foi importante que a cartografia se exprimisse como um mapa: se é certo que ambos os termos são muitas vezes usados com o mesmo significado, a verdade é que um recai sobre as técnicas de representação e o outro sobre a sua comunicação. Numa definição curta, "cartografia é a ciência ou arte de desenhar mapas".

Quando se faz um mapa estabelece-se sempre um limite ou um enquadramento, faz-se uma selecção consciente da realidade que se quer descrever e cada registo gráfico tem um significado que se torna explícito numa legenda. Além disso, sobretudo quando é concebido para estar exposto numa parede, um mapa deve parecer um mapa. A referência aos mapas de escola primária, na sua materialiade e na sua expressão gráfica, feita nesta exposição permite uma relação de familiaridade com o visitante por fazer parte de um imaginário comum. De igual modo, fará parte desse imaginário o facto de a realidade representada se referir ao tempo da sua produção e que inevitavelmente está condenada à obsolescência.

1. Introdução

O espaço de entrada, elevado sobre as restantes salas, cumpre esse propósito de, por um lado, dar a perceber a estrutura da exposição e, por outro, e porque o objecto exposto assim o pede, traçar a possibilidade de uma infinidade de ligações entre os temas desenvolvidos. "Visita panorâmica" é o nome dado a uma peça disposta na guarda deste espaço sobrelevado onde se representa em perspectiva cónica a totalidade dos elementos expostos, como num painel de um miradouro onde se repete a imagem da vista. Uma espécie de realidade aumentada:

- Percebe-se que existe um mapa de entrada, onde ao longo de 12 metros de extensão estão representadas todas as construções desde Vila do Conde a Celorico de Basto a preto sobre fundo branco. Nesse mapa à escala 1:6000, que surge quase abstracto e ornamental como um papel de parede, pontua-se o sítio da exposição no território ("estamos aqui") e o enquadramento rectangular da área estudada e descrita que surgirá na parede de fundo a uma escala mais aproximada (escala 1:2000).

- Desse enquadramento, e à mesma escala, propõe-se 6 mapas contendo vistas diferentes de uma área territorial menor dele recortadas.

- Por outro lado, e na parede oposta a este "papel de parede", um outro mapa a que chamamos "hipertexto", o território aparece representado não segundo as convenções cartográficas mas como uma nuvem de imagens e de temas. Como imagem, imagine-se a página de resultado de busca de imagens num motor de pesquisa da internet sobre um determinado assunto e das relações que se podem ler nessas imagens, aparentemente desconexas. A cidade como hipertexto, tal como proposto por Andre Corboz, François Ascher ou David Kolb, serve de mote quer para um olhar sobre o território, quer para a deriva no percurso da exposição por parte do visitante.

2. Uma sala de mapas como gabinete de curiosidades

As salas de mapas são dispositivos expositivos onde, pela colecção de cartografia, se representa (e se dá a conhecer aos outros) o conhecimento que se tem sobre um determinado território. As primeiras salas de mapas conhecidas datam dos séculos XV a XVII, época em que a construção da representação do planeta acelerou consideravelmente. Estas galerias, como por exemplo as do *Palazzo Vecchio* em Florença, ostentam, como um tesouro, não necessariamente a posse material ou a posse de territórios, mas sobretudo o conhecimento, ele mesmo, que se tem sobre a realidade e a capacidade de a compreender e representar. E o que se representa, agora como então, depende tanto da quantidade de informação e da capacidade técnica como da intenção ou narrativa que se quer impor sobre a realidade. Agora como então, o encantamento, o deslumbre e a ficção (usados com a devida prudência) são instrumentos descritivos tão válidos como qualquer outro de carácter aparentemente tecnocientífico. Com o advento das representações por satélite e a crescente facilidade de acesso em plataformas como o Google Maps ou outros sistemas de informação geográfica (SIG), as imagens que nos chegam dos cantos mais remotos da Terra são cada vez mais nítidas e a tentação de as confundir com a própria realidade é grande.

Nesta exposição, a produção de novos mapas foi feita pela combinação de um razoável domínio das ferramentas técnicas com a desconfiança sobre elas mesmas: um

dos perigos dos SIG é a produção de cartografia rigorosa e exaustiva de indicadores ou "dados" estatísticos feita de modo quase automático, sem a reflexão devida sobre como se constroem os "dados" e que realidades podem eles desvendar.

Falar sobre Famalicão, ou uma sua parte escolhida para trazer para esta exposição, não terá, à partida, o carácter heróico das explorações da Era das Descobertas . No entanto, podemos traçar alguns paralelismos entre as "grandes" e, por oposição, as "pequenas" descobertas: as "morfologias e dinâmicas do território" (que dão o nome a este grupo de investigação académica), particularmente a urbanização difusa do Vale do Ave, são o seu objecto de estudo e planeamento desde há várias décadas. O conhecimento sobre o território resulta de um trabalho longo e ponderado de manipulação e produção de cartografia e de incontáveis incursões ao terreno para recolha de dados quantificáveis e "cartografáveis". Tal como nas Descobertas, o acaso, também chamado "achamento", ocorre com frequência – sobretudo para o observador treinado. As fotografias e outras histórias exóticas que se recolhem nestas incursões são coleccionadas e interpretadas, servindo tanto para ilustrar o que se conhece, como para instigar novas investigações sobre aquilo que não se conhece.

Um livro conhecido do geógrafo Yves Lacoste diz no próprio título que a Geografia (literalmente, a escrita da terra) "*serve sobretudo para fazer a guerra*"[1], enfatizando o poder da informação cartográfica no domínio do território. Não é esta a missão que nos move. Aquilo que hoje se chama planeamento ou urbanismo está cheio de acções gratuitas de imposição de regras que não tiveram outra genética senão a do poder, incluindo o tecnocrático. A cartografia, suposta técnica neutra de representação, isenta de ideologias, era o instrumento de legitimação dessa realidade forjada resgatada ao caos do mundo. Antes de regular, interessa-nos, sobretudo, entender.

As salas de mapas mais comuns e tecnologicamente mais desenvolvidas do nosso tempo são as chamadas Sala de Comando, de acesso reservado a pessoas com poder para intervir sobre o território. Estão instaladas nos serviços, civis e militares, que administram uma determinada área e oferecem em tempo real uma representação de um determinado aspecto específico que carece de permanente vigilância e, eventualmente, intervenção imediata, seja a ruptura de uma conduta de água ou a mobilização táctica de forças armadas. Bruno Latour[2] chama a esta perspectiva "oligóptica", ou seja, que tem a capacidade de ver (ou de dar a ver) muito sobre uma realidade restrita, isolando outros tipos de informação – aos serviços municipais de águas, por exemplo, interessará pouco representar os percursos dos transportes públicos.

Esta sala de mapas instalada na Casa do Território oscila, muitas vezes sobrepondo-se, entre os dois níveis de representação oferecendo ora uma visão panóptica, ora representações de realidades particulares, "invisíveis", que se refletem na construção do território como um todo. Espelha-se aquilo que se conhece sobre o território mas também se dá a ver um processo de aquisição e construção de conhecimento em curso. Por isso, esta sala de mapas procura ser também um gabinete de curiosidades ou de maravilhamento. À informação recolhida e exposta nas paredes junta-se outra tanta, tratada em vitrinas, como um ensaio de representação tridimensional de episódios particulares (ou histórias) escolhidos não pela sua capacidade de descreverem a totalidade das dinâmicas do território, mas por serem temas que naquele momento

estavam em debate no seio do grupo de investigação e que faziam parte de preocupações recorrentemente manifestas na esfera pública: a evolução da indústria local e a intensificação da globalização; as dúvidas sobre a desregulação do sector leiteiro; a crise do sector imobiliário; a incompreensão da simultaneidade de ocorrências em determinados lugares. Aquilo que se chama "território", para além de uma superfície delimitada por uma fronteira (uma definição simplista e comum), é, sobretudo, uma infinitude de possibilidades de territorializar questões sociais, nomeando-as, localizando-as, desenvolvendo modos de problematizar e relacionar assuntos e factos que dizem respeito a essa sociedade.

Dois outros elementos "avulsos" habitam esta parte da exposição como mais duas histórias possíveis: uma versão comentada nos nossos dias do filme "Famalicão", de 1940, de Manoel de Oliveira e uma colecção de 50 postais. O texto sobreposto ao texto original do filme de Manoel de Oliveira é um exercício de desmontagem da visão do mundo que o documentário propunha na sua época: uma ruralidade idílica, uma certa ideia de progresso e racionalidade económica, umas pinceladas pitorescas, uma hierarquia social, um código de imagens, um relato sobre ordem, progresso, tradição e modernidade.

Os postais estão expostos num escaparate, como num posto de turismo ou loja de *souvenirs*, para consulta e colecção pelos visitantes. Os postais, seguindo as convenções de dimensão e conteúdo habituais (uma imagem e espaço para texto no verso), funcionam, um a um, como unidades independentes de informação mas que podem ser combinadas, relacionadas e ordenadas de formas múltiplas, cumprindo de modo mais claro a leitura hipertextual que se propõe sobre os conteúdos que descrevem um território.

3. Construir a Casa Comum

Este momento funciona, dentro da exposição, se não como um espaço de fecho ou de conclusões, certamente como um espaço destacado das restantes peças expostas. É composto por um conjunto de mesas, cadeiras e estruturas verticais semelhantes a biombos. Trata-se de um local de encontro e de discussão onde se espera materializar o propósito da exposição: o de produzir um discurso colectivo acerca do território que se habita e assim construir um "comum", uma representação ou uma identidade partilhada. A reunião nesta mesa, informal ou organizada de acordo com o programa paralelo desta exposição, deverá ser acompanhada de registos gráficos, desenhados e escritos, a afixar e expor nas estruturas verticais.

As mesas e as estruturas verticais são compostas por perfis de madeira e painéis em estado bruto, e os espaços deixados por preencher nestas peças verticais, antes de qualquer apropriação pelo público, relacionam-se com a imagem de um estaleiro de construção.

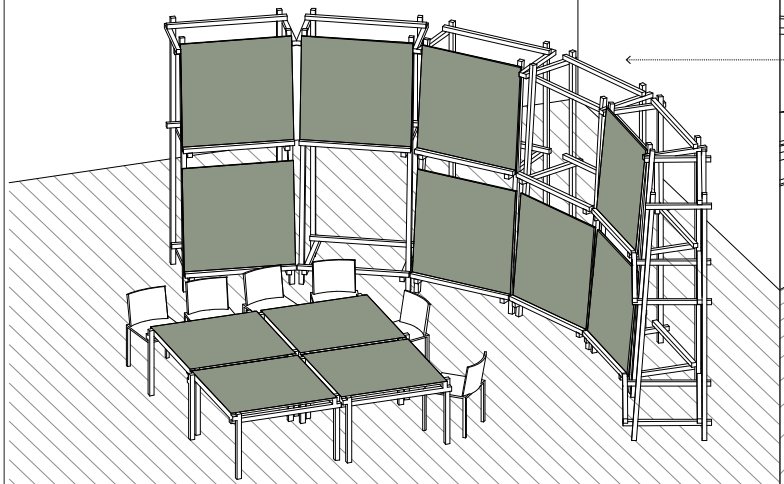
Os tampos das mesas e os painéis de exposição têm a mesma dimensão e são permutáveis. Funcionam como um tabuleiro de jogo cujo resultado é exibido no final. **IPM**

1 LACOSTE, Yves – *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: Maspero, 1976.

2 LATOUR, Bruno – *Paris: Invisible City*. http://www.bruno-latour.fr/virtual/index.html, 1998.

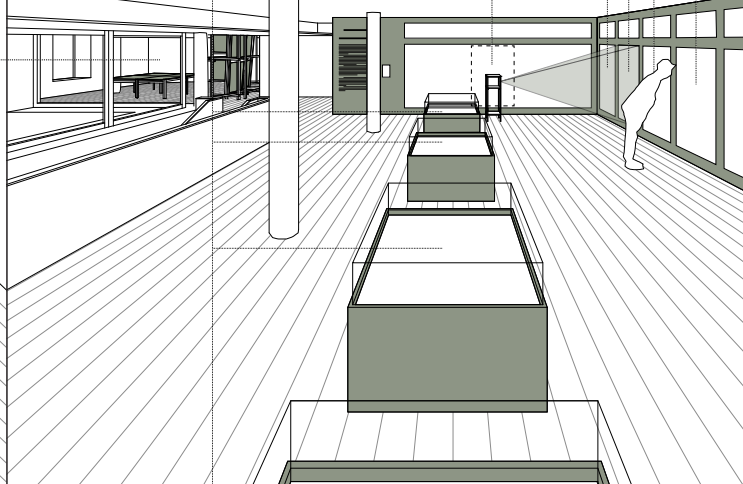
VISITA PAN

CONSTRUIR A CASA COMUM

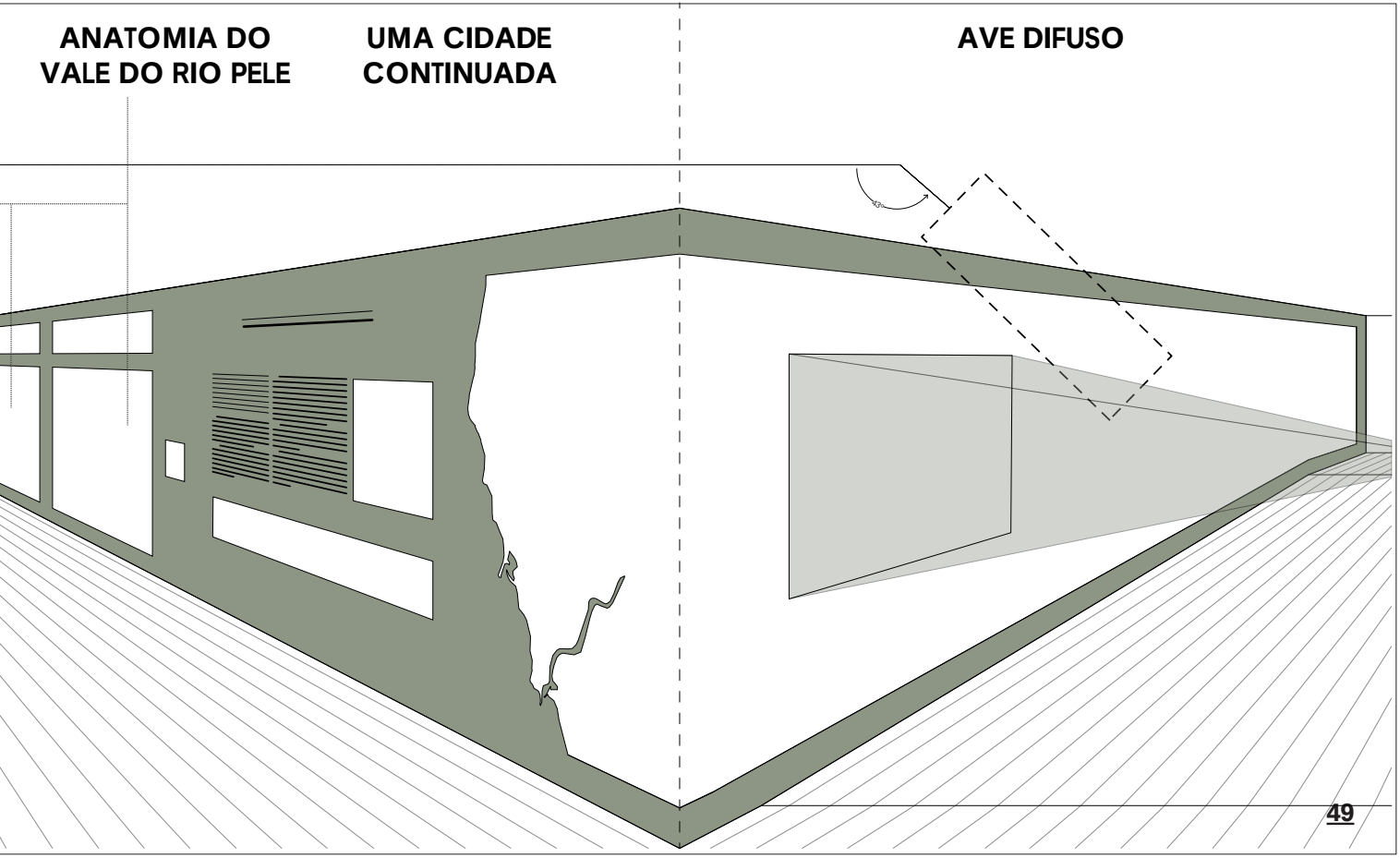


QUATRO HISTÓRIAS DO TERRITÓRIO

POR ENTRE MONTES E VALES



ORÂMICA


ANATOMIA DO
VALE DO RIO PELE
UMA CIDADE
CONTINUADA
AVE DIFUSO

2

COMPREENDER O TERRITÓRIO

Cidade C

ontinuada

Cidade continuada

"São seus habitantes de fecundíssima propagação e larga vida; e até nos tempos que a natureza constitue estéreis, são aqui fecundas as mulheres (...). Basta dizer, que da gente innumeravel, que não póde sustentar este Paiz, se tem povoado o mundo, e com especialidade o Brasil, e as Minas, e que he mais a gente, que a terra, onde não há parte alguma, em que se não ouça tanger algum sino, e cantar hum galo. Parece toda a Província huma Cidade continuada."

João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 1762, p.48 (a propósito do Entre-Douro-e-Minho)

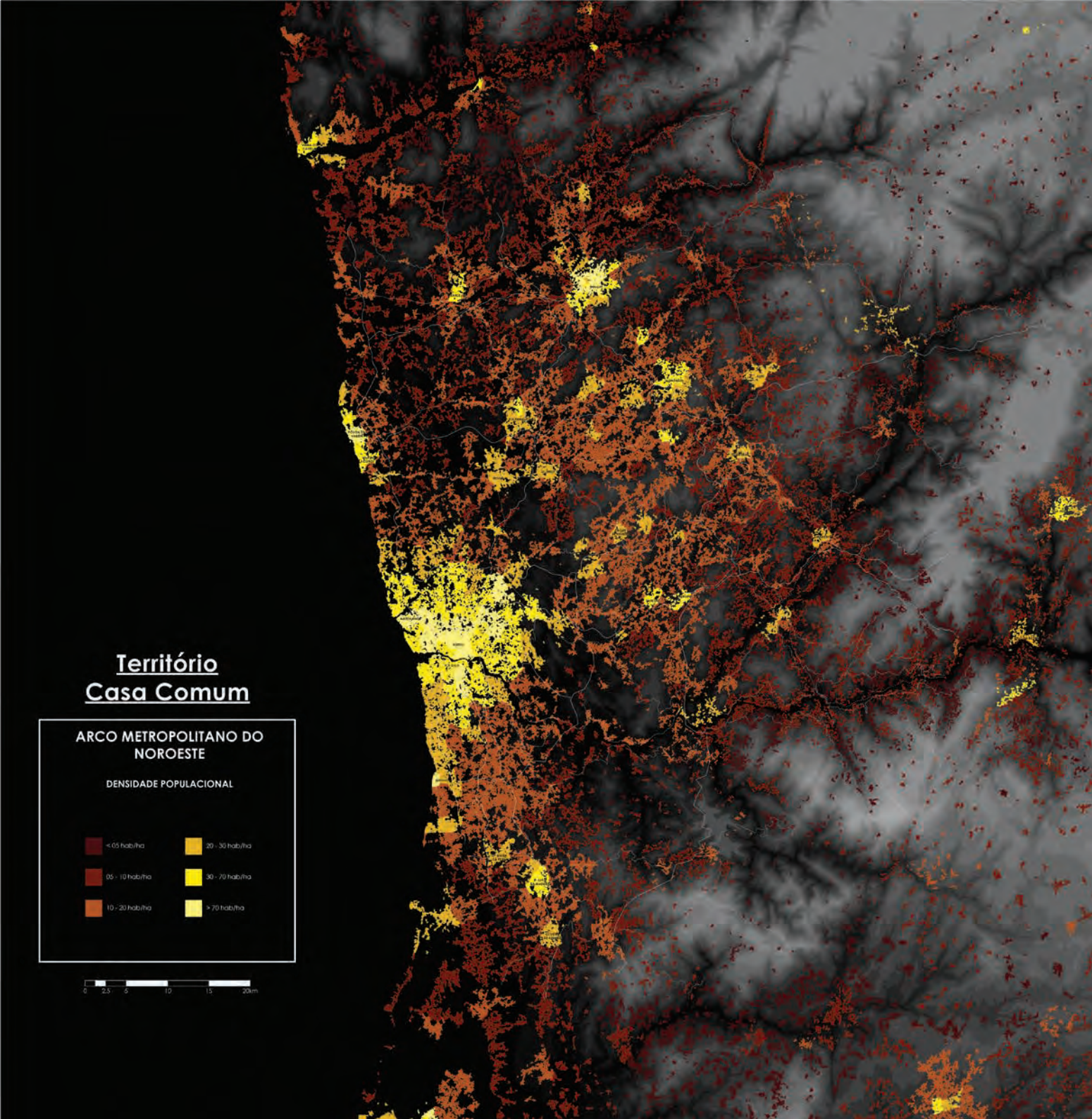
A ocupação difusa do Vale do Ave encontra as suas origens em tempos remotos. Como construção social em permanente mudança, aquilo a que se chama o território é uma equação instável que ora integra o tempo longo e a permanência das condições e dos materiais biofísicos – formação geológica, clima, fauna, flora, … – ora conhece convulsões súbitas que acompanham a transformação dos modos de organização social, da economia ou das tecnologias.

O Século XVI trouxe dos novos mundos plantas como o milho ou a batata que revolucionaram os sistemas de culturas agrícolas. A rega, a combinação de culturas ao longo do ano e o uso intensivo de fertilizantes, que obrigou à estabulação do gado e ao corte de matos para fabricar estrume, produziram uma nova fisionomia de paisagem, multiplicaram o socalco até ao quase impossível e permitiram um povoamento denso e disperso, centrado na exploração familiar camponesa.

A industrialização e, sobretudo, a maquinofactura, que se intensificou a partir de finais do Século XIX, instalou-se nestas terras, fazendo-se acompanhar de uma contínua renovação das tecnologias e suportes infra-estruturais. O tempo acelerou e os ciclos de inovação sucedem-se e produzem rupturas nunca vistas como as da cibernética e das telecomunicações. A facilidade dos transportes e comunicações – de pessoas, bens, informação e energia – e a mercantilização de quase todos os bens e serviços, alargaram o mundo, perturbaram a legibilidade das questões e âmbitos locais, multiplicaram as possibilidades e soluções de organizar e localizar o que quer que seja.

O resultado é uma ocupação urbana que se estende de forma continuada por extensas áreas do Noroeste nacional – a urbanização extensiva – marcada pela mistura de formas construídas, usos e tempos, desafiando os modelos urbanos convencionais e a própria dicotomia cidade/campo.

Por isso é importante cartografar as formas de produzir, distribuir e consumir – na indústria, nos serviços ou na agricultura – a organização social, os estilos de vida e as suas múltiplas marcas territoriais. A cidade continuada é hoje a metáfora dessa geografia, uma espécie de dupla metamorfose dos modelos convencionais da urbanidade e da ruralidade que, ao invés de suscitar nostalgias de tempos perdidos e falsos paraísos, nos deve aguçar o engenho para entender este tempo e estas paragens.


Território
Casa Comum
ARCO METROPOLITANO DO NOROESTE
DENSIDADE POPULACIONAL
< 05 hab/ha
05 - 10 hab/ha
10 - 20 hab/ha
20 - 30 hab/ha
30 - 70 hab/ha
> 70 hab/ha
0
2,5
5
10
15
20km

Arco Metropolitano

Arco Metropolitano do Porto é uma expressão que consta no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2007) para designar a conurbação que se estende, *grosso modo*, entre Viana do Castelo e Aveiro e progride para Este até às barreiras montanhosas do Gerês, Cabreira, Alvão, Marão (a norte do rio Douro), e Montemuro, Arada e Freita (a sul). No conjunto serão 3 a 3,5 milhões de habitantes consoante se desça mais ou menos para a NUTS III Baixo Vouga, ou se suba para a NUTS III Minho. A grande parte deste povoamento quase contínuo, embora com densidades muito variadas, ocupa os fundos de vale e meias encostas até cerca dos 200/250 metros, coincidindo com a ocupação rural da velha "ribeira" do Entre-Douro-e-Minho espalhada por veigas e socalcos e incontáveis lugares, quintas, casais, freguesias por onde se dispersavam as casas, os campos e os caminhos. A norte do Douro, os vales dos principais rios, de orientação NE/SO e seus afluentes, definem os traços gerais desse território, intercalando com as linhas de festo que dividem as bacias hidrográficas. Nesses altos e encostas mais ou menos escarpadas, situava-se o "monte", o Minho dos cultivos pobres, do gado miúdo, dos matos e bouças e do povoamento concentrado e rarefeito. É o "teclado" minhoto de que fala a geografia clássica e que se desenvolve em anfiteatro aberto ao mar, dos altos das serras até à planície costeira.

É nesta região que se estende a nova geografia da "cidade continuada", uma região agora intensamente urbanizada e, definitivamente, ilegível se insistirmos em usar a dicotomia urbano/rural ou cidade/campo. Claro que a rede das antigas cidades e vilas está clarissimamente marcada neste imenso território de cerca de 6800 Km², mas estamos muito longe do panorama anterior a 1960, quando o recorte dos aglomerados urbanos era bastante nítido, apesar da sua dimensão muito reduzida, e a descontinuidade com os campos e o povoamento rural mais clara.

No Médio Ave, onde se localiza Vila Nova de Famalicão, a situação matizava-se com a presença das grandes fábricas, o seu poder de fixação de população e a maior densidade demográfica e construtiva mas, mesmo assim, a vila ou a cidade eram, definitivamente, o lugar onde se localizavam as instituições públicas, o comércio e os serviços menos banais, as feiras e os mercados, os correios…, em suma, as funções de referência da centralidade urbana, o lugar do Estado e das suas instituições, o lugar das profissões e das actividades mais distintas. A questão é que, exceptuando o município do Porto, não era aí que vivia a maioria da população. À medida que a motorização foi progredindo – desde os serviços colectivos de transporte de camionagem até ao veículo privado – e a cobertura infra-estrutural do território se foi alargando (sobretudo a rede eléctrica e a de telecomunicações), o sistema foi ganhando fluidez e variedade de padrões de localização e mistura de actividades. A intensificação da industrialização e da terciarização e o recuo muito rápido da agricultura como fonte de rendimento acabaram por esvaziar de sentido a convencional dicotomia rural/urbano. A modernização aconteceu tardiamente na

agricultura, com uma geografia bastante fragmentada e escala reduzida.

De fora da geografia que associa a urbanização e a industrialização difusas – do Entre-Douro-e-Vouga ao Médio Cávado – ficam a conurbação metropolitana do Porto e uma extensa faixa que percorre a transição para a montanha. Na aglomeração metropolitana, a intensidade da edificação e das grandes infra-estruturas regionais e nacionais (auto-estradas, aeroporto, porto) é maior, e são evidentes os traços de capitalidade regional, direccionalidade e cosmopolitismo. O núcleo duro da aglomeração metropolitana é claramente rótula de relação de uma economia regional duplamente extrovertida que importa e exporta a maior parte daquilo que processa. Na faixa de transição, o défice de criação de emprego não fixa população que, por isso, continua a emigrar. Aí, as vilas, sedes de concelho, são os únicos focos de resistência ao esvaziamento.

Estamos agora perante esta grande composição territorial de escala alargada por onde se espalha a urbanização extensiva cuja cartografia é tão diferente daquela que ainda hoje encontramos com bastante frequência e onde a urbanização aparece enquanto sistema de cidades representadas por círculos de raio variável consoante a dimensão demográfica que se atribui às ditas.

Esta urbanização sem lugares, como escrevia Melvin Webber em 1964 – *The Urban Place and the Nonplace Urban Realm,* na versão original; sem lugares nem limites, na tradução francesa[1] –, perturba ainda o pensamento sobre as "cidades" que insiste em entendê-las como algo confinado a um lugar com um nome, com uma determinada forma, um centro e um limite.

A metamorfose do micro-espaço da cidade para o macro-espaço do urbano parece um salto para o abismo. No pensamento de muitos, nem se percebe o que é, nem se percebe para que serve. Mesmo supondo vencida a dicotomia cidade/campo (a que imagina a figura circular da cidade inscrita num fundo vago de ruralidade também chamado território), continua a ser mais fácil levar ao limite a ideia auto-contida da cidade-corpo e olhar para este mapa como uma caótica colagem de cidades naufragadas que cresceram por anéis sucessivos em volta de um centro original até coalescerem numa imensa constelação. Por sua vez, essa constelação pode ser redesenhada noutro tipo de peças que agora tomam nomes diversos como sistema, eixo, área metropolitana, quadrilátero, etc., tentando, por critérios de coesão funcional, por semelhança de padrão de urbanização, por proximidade, por simples acomodação a novas geometrias estatísticas como as NUTS III, ou por um qualquer cruzamento entre estes critérios, reagrupar a amálgama em unidades geográficas discretas e assim inventar novos limites e nexos. O exercício tem evoluído até à formalização de Associações de Municípios em busca de um acerto entre a fluidez das dinâmicas sociais e das relações e uma sua precipitação e estabilização em territorialidades fixas, talvez novas geografias político-administrativas logo desmentidas pela ausência de legitimidade representativa, de meios e competências, e sobreposição/multiplicação de tutelas e níveis de governação. As bacias hidrográficas, que no passado explicavam homogenias espaciais, corredores de circulação, relações de interdependência na geografia rural de então e algumas marcações urbanas em pontos estratégicos dessas espacialidades e sociabilidades, ainda servem de base a muitas destas novas leituras "territoriais" da urbanização (Vale do Ave, do Sousa, do Cávado, do Lima). Foi nesses

mesmos quadros sócio-geográficos que no Século XIX se desenvolveu uma industrialização sem fractura como aquela que vem sendo estudada na Terceira Itália dos Distritos Industriais e das Áreas Sistema[2]. Resumidamente, a passagem da manufactura artesanal para a maquinofactura e a industrialização em massa fez-se *in situ,* sem êxodo rural, e, com o tempo, enraizou saberes e culturas empresariais e operárias que perduraram e que foram evoluindo até a coerência desses sistemas de produção em torno da rede densa de transacções entre sub-sectores e empresas de uma determinada fileira produtiva (têtxil/vestuário, calçado, madeira, etc.) se ter perturbado pela progressiva inserção, de modo mais ou menos descaracterizador, no magma instável da globalização. Este processo ajuda a explicar contrastes profundos entre empresas e sectores aparentemente próximos, e a complexidade geográfica das transacções inter-empresas ora inscritas em redes de proximidade, ora relacionadas com outros continentes e latitudes. Resumidamente, o aprofundamento dos estudos sobre o modelo sócio-territorial da Terceira Itália, mudou o entendimento de muitas questões sobre a urbanização e sobre a macro e a micro-economia industrial. Em termos urbanos, explicava-se de modo positivo:

- a urbanização em extensão pontuada por uma rede densa de aglomerações urbanas mais ou menos antigas de pequena e média dimensão,
- um suporte viário denso, infra-estruturado, organizado pelo traçado dos principais eixos viários e complementado por uma rede capilar de vias de menor importância,
- um padrão disperso de localização industrial dominantemente constituído por empresas familiares de pequena e média dimensão,
- um sistema dinâmico e flexível de redes e relações inter-empresas fortemente internacionalizadas e dinâmicas constituindo, no seu conjunto, "meios inovadores" facilitadores da difusão de informação e do enriquecimento das culturas técnicas, empresariais e comerciais e da constituição de parcerias institucionais para a formação profissional e para o desenvolvimento de produto, processo de produção, certificação, serviços avançados, etc.,
- a persistência de uma matriz rural anterior ao processo de industrialização, visível na paisagem e em traços culturais de vida em sociedade, cada vez mais diluída pela dinâmica de urbanização extensiva e pela industrialização – o "campo urbanizado" – mas importante na diferenciação de identidades e estilos de vida.

Nas palavras de Boeri e Lanzani, seria um "mosaico sistémico que tanto pode ser visto como uma rede interconectada e figura de conjunto, como adição progressiva e casuística de elementos parciais, de labirinto de lugares dotados de uma exclusiva coerência interna que surgem como sequência de fragmentos urbanos"[3]. Em matéria de teoria económica, a cidade difusa passou a ser o lugar da "industrialização flexível", modelo de sucesso do *made in Italy,* superação para a crise do modelo fordista de Milão ou de Turim, e variante europeia das *silicon landscapes* da Califórnia onde os sistemas produtivos e de inovação jogavam na indústria da electrónica, da informática e, genericamente, das indústrias emergentes; e outro modo, a dispersão urbana também aí dominava[4].

Hoje, nestes e noutros contextos, a instabilidade e a diversidade dos modos de organização social e das suas geografias já não permite perceber a relação convencional sociedade/território da mesma forma, com a mesma estabilidade e clareza. Da pré-modernidade com as suas sociedades situadas, os tempos lentos da mudança e as paisagens

estáveis, evoluímos agora numa hiper--modernidade em mudança acelerada, aberta às influências externas e à confusão crescente entre o local e o global. Os principais actores sociais, do Estado às empresas e outras organizações, lêem as vantagens, as desvantagens ou as oportunidades "territoriais" de forma distinta, e a intensificação da cobertura geográfica dos sistemas sócio-técnicos (redes e sistemas sócio-técnicos que suportam a mobilidade de pessoas, mercadorias, informação, energia…) provoca indiferença locativa e discriminação em doses e efeitos difíceis de generalizar e comparar.

Genericamente diminui o atrito territorial que antes transformava a distância em custos insuportáveis, mas também é verdade que as pequenas variações sobre um pano de fundo mais ou menos genérico, produzem, muitas vezes, as grandes diferenças. A Metapolis de F. Ascher consitui um modo de perceber o efeito da urbanização em mosaicos territoriais extensos e diversos, multinucleados, misturados, aparentemente fragmentados do ponto de vista morfológico mas intensamente interconectados por fluxos, movimentos e relações materiais e imateriais[5].

Que fazer com este quadro analítico e com a grande escala da urbanização tocando todos os lugares e posições sociais?

Do lado do urbanismo e do ordenamento do território – dois enunciados distintos para o conhecimento e a acção ao nível dos micro e dos macro-territórios – a resposta aproxima--se do resultado de uma rota de colisão. O urbanismo vai alargando o âmbito territorial da cidade, tentando encontrar a nova escala e os novos limites da cidade ou área metropolitana sem prescindir da coerência do "todo", da "cidade-corpo" conceptualmente inteligível no interior desse sistema. De facto, está a transpor quadros conceptuais e acções que provavelmente fazem todo o sentido na pequena escala mas não se adaptam à grande através de processos simples de ampliação ou de transposição de metáforas/conceitos. O ordenamento do território (para quem a rede e o sistema urbano eram apenas um sistema vertebrador de distribuição de funções aglomeradas posicionadas numa rede hierárquica de especializações e dependências), reconhecendo a extensão e a presença ubíqua da urbanização, procura captar os saberes e as práticas do urbanismo. Ambos lamentam o desconfinamento da cidade e procuram a "contenção" dos limites e das expansões, tal como procuram evitar a contaminação de usos entre zonamentos especializados. Por dificuldades acrescidas de articulação sectorial, os domínios do ordenamento do território e do planeamento regional entram em deriva, cada um procurando fazer valer as suas lógicas próprias e esperando que a eficiência do conjunto resulte desse somatório: a água e os recursos hídricos; o transporte, a mobilidade e as infra-estruturas; a energia; a floresta, etc., etc. As esperanças infundadas na articulação sectorial estendem-se também à articulação de escala territorial através da "cascata dos planos".

Provavelmente esta escala de representação da urbanização extensiva servirá para constatar isso mesmo, a adequação dos grandes sistemas infra-estruturais acima referidos, e, em traços gerais, as características dos sistemas biofísicos. Em quase tudo o resto persistem os desacertos: entre planos e políticas municipais e planos e políticas nacionais/sectoriais, perde-se a autonomia de pensar/agir à escala supramunicipal ou regional, como se queira, porque essa é escala que não coincide nem com o mapa político nem com o sentimento de pertença do cidadão.

Resta, e não é pouco, a elasticidade que

esta cartografia permite pela facilidade com que perde a escala fixa e faz variar indicadores e representações conforme a escala que se julgar mais adequada e praticável para a resolução de uma questão, seja a qualidade da água numa rede hidrográfica, seja uma série de situações pontuais localizadas algures mas com efeitos globais ao nível dessa rede. A cartografia digital aboliu as barreiras das escalas fixas e da rigidez dos grafismos e convenções de representação associadas a essas escalas.

Ter a representação da extensão e da diversidade do urbano acaba por ser fundamental para perceber lógicas relacionais e sistémicas e sair das limitações das cidades "fechadas" nos seus universos forçadamente estabilizados e auto-contidos. Só com essa agilidade é que nos poderemos aproximar mais claramente das questões ditas multiescalares (que são quase todas) para termos mais segurança nas intervenções (quase todas de pequena escala). **AD**

1 WEBBER, Melvin M. - *L'Urbain sans lieu ni bornes*. Paris: Editions de l'Aube, 1996.

2 BAGNASCO, Arnaldo – *Tre Italie: la problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino, 1977.
BECATTINI, Giacomo – *Mercato e forze locali: il distretto industriale*. Bologna: Il Mulino, 1987.
FUÀ, Giorgio; ZACCHIA, C. – *Industrializzazione senza fratture*. Bologna: Il Mulino, 1983.
GAROFOLI, Gioacchino; MAZZONI, Ricardo - S*istemi produttivi locali. Struttura e trasformazione*. Milano: Ed. Franco Angeli, 1994.
GAROFOLI, Gioacchino – "Requiem per la Terza Italia? Sistemi territoriali di piccola impresa e transizione postindustriale", in GAROFOLI, G. e MAZZONI, R. (ed.), *Sistemi produttivi locali: struttura e trasformazione*. Milano: FrancoAngeli, 1994.
INDOVINA, Francesco (ed.) – *La città diffusa*. Venezia: Daest-Iuav, 1990.
BOERI, Stefano; LANZANI, Arturo, MARINI, Edoardo, *Il territorio che cambia*. Milano: Segesta, 1993.

3 BOEIRI, Stefano, LANZANI, Arturo – "Gli Orizzonti della Città Difusa", in *Casabella,* 588, 1992. p. 44-59.
DOMINGUES, Álvaro – "*Formes i Escales d' Urbanització ocuments d'Analisi Geografica*", 33, 1998. p. 43-53. (tradução em INFORGEO, nº 14, Lisboa, Ed Colibri, 43 -64 file:///C:/Users/Cliente/Downloads/INFORGEO_14_

4 HALL, Peter; MARKUSEN, Ann – *Silicon Landscapes*. Boston, London and Sydney: Unwin Hyman Pub., 1985.

5 ASCHER, François – *Metapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.
ASCHER, François – *La Société hypermoderne; ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs*. Paris, Éditions de l'Aube, 2001.

S. Caetano
A 29
Porto (Arrábida)
V. N. de Gaia
Espinho
A 29
Porto (Arrábida)
A1
Lisboa - portagem

Anatomia d

Vale do Pele

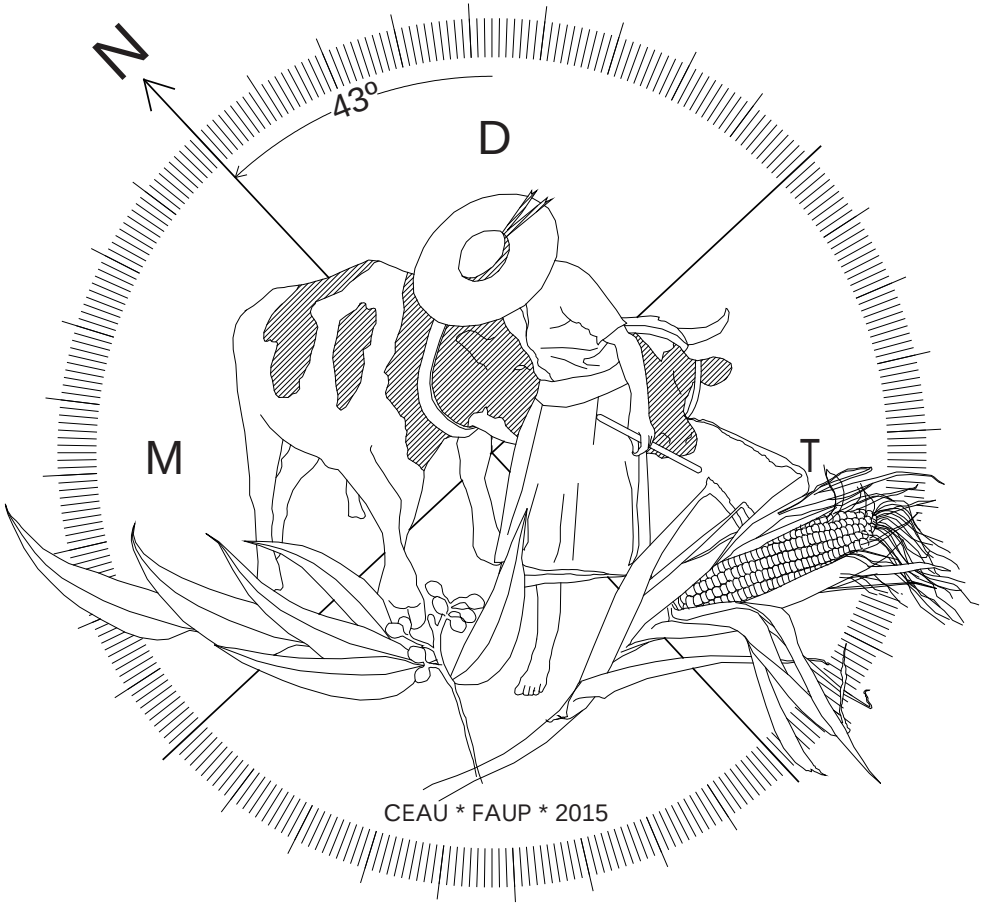
Anatomia do Vale do Pele

A realidade é coisa aparentemente simples: contínua sucessão de fenómenos, cada um com as suas próprias causas e efeitos, numa rede sem fim. A complexidade resulta do modo como olhamos essa realidade, sempre através de grelhas de análise que a procuram domesticar, simplificando-a, e de modelos preconcebidos que visam conferir-lhe sentido. As dificuldades surgem quando a realidade e os modelos de referência não coincidem. Diz-se então que as coisas são caóticas e irracionais; a maior parte das vezes estão apenas por explicar.

A cidade continuada desafia os modelos convencionais. Por isso lhe faltam também padrões de referência que guiem a análise e compreensão deste território. Em busca do reconhecimento de princípios que possam orientar uma leitura inteligível da cidade continuada, propõe-se um exercício de decomposição, a partir do Vale do Rio Pele, que serve aqui de exemplo.

Como em anatomia, a análise faz-se por dissecação. Partindo da fotografia aérea, seleccionam-se apenas alguns elementos, correspondentes a determinados temas ou registos: estruturas, tempo, dissonâncias, filigrana, mosaico agrícola, suporte físico. Cada um destes temas permite-nos identificar certas lógicas que guiam o modo como os diferentes materiais da urbanização se localizam no espaço e se relacionam entre si. Estes materiais e sistemas de interacção co-habitam o mesmo território e organizam modos de leitura desta paisagem, conferindo-lhes legibilidade e sentido.

Sobre cada mapa, três fotografias, de três pontos da área cartografada ilustram o modo como estas realidades surgem aos olhos de quem, todos os dias, atravessa o Vale do Pele.


N
43º
D
M
T
CEAU * FAUP * 2015

Dissecar o território

Anatomia[1]
s.f. (do grego ανατομία, dissecar)

-Arte de dissecar as partes dos corpos organizados para lhes estudar a estrutura.
-Ramo da medicina que estuda a forma e a estrutura do corpo humano e das suas partes constituintes.
-Análise [figurado].
-Conformação do corpo.

"*Anatomia é o estudo da estrutura do corpo.*"[2]
Tendo por base a prática da dissecação – da qual herda o nome – analisa a forma, constituição e posição de cada um dos elementos que compõem o corpo, assim como o modo como estes se relacionam entre si, organizando-se nos diferentes sistemas que asseguram o funcionamento do organismo.

O uso do termo *anatomia* enquanto metáfora para a análise do território comporta riscos e não deverá ser feito sem o necessário cuidado e as devidas ressalvas. É que, aqui, não é possível falar de *corpo* enquanto entidade unitária, ordenada e claramente delimitada; tal como não é possível falar de *sistema* enquanto estrutura destinada a cumprir determinada função, resultante da combinação de um conjunto de elementos específicos e articulados de acordo com relações, regras e protocolos precisos e invariáveis.

De facto, as metáforas médicas têm longa tradição no seio da teoria do urbanismo, e nem sempre com os melhores resultados. Pelo menos desde Cerdà[3] – autor que cunhou o termo *urbanização* e definiu a disciplina a ele associado – a estrutura urbana é recorrentemente comparada a um *organismo,* composto por múltiplos elementos e pelo conjunto de relações, regras, lógicas e dinâmicas que asseguram o seu funcionamento. E, à semelhança do corpo humano ou da máquina, também este sistema teria um estado de equilíbrio ideal, a perseguir. No entanto, tal como demonstra Françoise Choay[4], no discurso da teoria do urbanismo, este estado ideal corresponde sempre à descrição de uma cidade utópica criada por cada autor. Estas cidades utópicas estabelecem-se, assim, ao mesmo tempo como modelo de referência para a análise e avaliação dos espaços urbanos existentes – o afastamento em relação ao modelo é considerado como uma patologia – e como guia para toda a regulação ou intervenção – o objectivo da acção é transformar a realidade aproximando-a do modelo seleccionado.

Desta forma, e por analogia com as ciências médicas, o urbanismo forma-se como disciplina que se dedica em simultâneo à análise e à prescrição, tomando por referente para ambas modelos ideais utópicos, dos quais são extraídos todos os princípios, procedimentos, regras e exemplos que determinam a acção. Uma acção que surge, assim, aparentemente assente em decisões técnicas de validade indiscutível, esvaziando o aspecto político das escolhas ligadas ao desenho e planeamento do espaço urbano.

A *cidade continuada* afasta-se de todos os modelos ideais propostos pela disciplina e, por isso, aqui, as supostas capacidades terapêuticas de tais modelos falham repetidamente. Importa, por isso, afastar o paralelismo com as ideias de corpo ou acção medicinal.

Da noção de anatomia interessa reter o processo de análise – uma análise pormeno-

rizada, precisa e sistemática, essencialmente focada no aspecto morfológico e na relação entre as partes, que se afasta da descrição diagramática de um sistema funcional. A dissecação é a base da análise anatómica. Assenta no corte meticuloso do objecto em estudo, com vista à identificação, separação e observação dos seus componentes. Estes componentes são então representados através de ilustrações de grande detalhe técnico, mas com um registo gráfico de fácil apreensão, próximo da imagem hiper-realista, onde determinadas características são apagadas, simplificadas ou enfatizadas, como meio de facilitar a compreensão dos fenómenos que se pretende descrever. Em geral, não se procura aqui uma imagem única que apresente o objecto em toda a sua complexidade. Ao contrário, os elementos previamente isolados são associados em conjuntos lógicos. A descrição do objecto faz-se pela sequência de representações parciais que apresentam, de forma facilmente compreensível – diferentes conjuntos/ partes/ sistemas/ camadas que constituem o objecto cuja complexidade dificulta uma leitura unitária.

A análise de um fragmento do Vale do Pele, apresentado na exposição, segue princípios similares. Procura-se expor algumas das lógicas subjacentes à construção deste território, oferecer novas leituras que possam informar o modo como ele é percebido, tanto por quem o percorre como por quem nele intervém, em busca de novos imaginários e da construção de novas identidades. E isso não é possível através de cartografias baseadas em símbolos convencionais abstractos (linhas de diferentes cores e espessuras representando vias de distintas hierarquias, círculos representando núcleos urbanos, etc.), que anulam a referência aos espaços em si mesmos – tal como anulam a referência à multiplicidade de usos que eles permitem e aos inúmeros significados que encerram – substituindo-os por meros diagramas funcionais unívocos.

Por isso, os mapas que se apresentam na exposição tomam por base a fotografia aérea da área, apresentada em alta resolução (escala 1/2000, aproximadamente), onde é possível identificar de modo imediato os diferentes espaços e elementos aí existentes – ruas, edifícios, árvores, automóveis, muros, etc. –, assim como as suas formas e materiais específicos. Não há nesta escolha nenhuma procura por uma representação absoluta da realidade tal como ela é, como no mapa descrito por Borges em *Sobre o rigor na ciência*[5]. O uso da fotografia visa apenas uma referência mais directa à realidade percebida e, por isso, mais facilmente apreensível.

O uso da fotografia é complementada por outros registos gráficos, mais próximos da representação cartográfica corrente. Estes tanto visam representar componentes não perceptíveis no ortofotomapa – curvas de nível, parcelamento, rede hidrográfica – como sublinhar e uniformizar a representação de determinados elementos, tornando-os mais evidentes ou reforçando o seu carácter de conjunto –, como é o caso do Rio Pele, da rede viária no mapa *Filigrana,* ou da linha que contorna os elementos recortados nos mapas *Filigrana* e *Dissonâncias*.

Tal como em *anatomia*, também aqui a análise assenta no corte, separação e classificação de diferentes componentes que compõem este território, depois reagrupados em conjuntos que se espera serem capazes de oferecer *descrições pertinentes*[6] de determinadas lógicas de associação e processos de produção do espaço em estudo. O processo desenvolveu-se num jogo entre a prática do desenho e mecanismos de selecção automática com base nos atributos dos vários elementos carto-

grafados – algo que resultou numa constante interacção entre diferentes programas informáticos de tratamento de imagem, de Desenho Assistido por Computador (CAD) e Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Elementos como, por exemplo, as peças do mapa *Mosaico Agrícola* ou a mancha florestal de *Estruturas* foram recortados manualmente a partir do ortofotomapa. A selecção dos elementos e do limite preciso por onde os cortar seguiu a leitura – sempre subjectiva – das uniformidades de cor e textura das fotografias, complementada pelo conhecimento do local ganho pelas repetidas incursões no terreno. De modo similar, elementos como a divisão das parcelas são desenhados sobre o ortofotomapa e, nesse sentido, não descrevem uma divisão fundiária, mas antes a partição dos terrenos tal como ela surge aos olhos do observador.

Por outro lado, componentes como as curvas de nível ou a rede hidrográfica são retirados da cartografia municipal, tal como os edifícios de *Filigrana* são recortados da fotografia aérea de modo automático, usando os limites do edificado presentes na cartografia. No entanto, mesmo neste caso, o processo não é completamente mecânico ou objectivo: na orografia divide-se claramente as áreas localizadas acima e abaixo da cota 200 m por se ter verificado que, nesta área, essa linha corresponde aproximadamente à passagem de um mosaico de áreas agrícolas e edificadas para uma mancha florestal sensivelmente contínua; na rede hidrográfica, destacam-se as linhas de água visíveis no local e capazes de estruturar a leitura dos espaços que atravessam, tendo estas sido identificadas e recortadas manualmente a partir do ortofotomapa; em *Filigrana,* do conjunto dos edifícios obtidos pela selecção automática são retirados aqueles que se considerou fazerem parte de *Dissonâncias,* com base numa escolha que é sempre uma interpretação subjectiva daquela realidade.

A importância da selecção coloca-se também na escolha dos componentes a agrupar em cada um dos seis mapas temáticos. Não há aqui uma associação por meio de uma qualquer categoria taxonómica previamente determinada. Diferentes associações e modos de representação foram sendo testados até que o conjunto dos mapas parecesse capaz de oferecer uma leitura daquela realidade próxima do entendimento que dela tínhamos, ou melhor, da interpretação que dela fomos fazendo à medida que a fomos visitando e desenhando repetidamente. Assim, o desenho surge, ao mesmo tempo, como instrumento de análise e representação, de conhecimento e comunicação.

Os mapas da *Anatomia do Vale do Pele* não poderiam, por isso, resultar de um qualquer mecanismo de cartografia automática. Já em 1992, Secchi[7] chamava a atenção para o modo como os novos meios de recolha, armazenamento e mapeamento de dados davam a ilusão de ser possível descrever o todo, representar a multitude de fenómenos existentes, pela mera adição de informação, sem que, no entanto, esta soma de informações fosse iluminada por uma qualquer ordem, teoria, ou narrativa capaz de lhe conferir sentido.

Hoje, os Sistemas de Informação Geográfica oferecem-nos meios de análise do território preciosos. No entanto, quando sobre tal sucessão de dados não se produzem novas leituras, não se constrói algo de novo, eles permitem-nos apenas aceder a um desconhecimento em alta-definição que oculta a ignorância que permanece sobre a realidade do território.

Nas palavras de Manuel Solà-Morales, "*desenhar é seleccionar, seleccionar é interpretar, interpretar é propor.*"[8] Isto porque as leituras

oferecidas pelo desenho propõem novas narrativas sobre o espaço urbano que encerram, em si mesmas, caminhos para projectos de futuro. É por isso que, tal como Solà-Morales, "*procuramos um território, mais do que literal, literário.*"[9] **NT**

1 Cf. "anatomia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Em linha: http://www.priberam.pt/dlpo/anatomia [consultado em Outubro 2015].

2 STANDRING, Susan (ed.) – *Gray's Anatomy: The anatomical basis of clinical practice* (40ª edição). Edinburgh: Churchill Livingstone, Elsevier, 2008, p.xxii.

3 CERDÀ, Ildefons – *Teoría General de la Urbanización, y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona*. Madrid: Imprenta Española, 1867.

4 CHOAY, Françoise – *A Regra e o Modelo: Sobre a teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

5 BORGES, Jorge Luís – "Sobre o Rigor na Ciência", in *História Universal da Infâmia*. Lisboa: Assírio e Alvim,1982, p. 117.

6 SECCHI, Bernardo – "Urbanistica descrittiva" in *Casabella,* 588, 1992. p. 23.

7 Idem, ibid.

8 SOLÀ-MORALES, Manuel – *"La cultura della descrizione". Lotus International,* 23, 1979, p. 32.

9 Idem, ibid.

Suporte físico

Um vale é uma construção geomorfológica a partir dos processos de drenagem e erosão do solo. Seguindo as leis da gravidade e a circulação dos fluidos, a escorrência da água das chuvas e a sua organização numa rede hidrográfica vão construindo uma topografia, acumulando materiais em zonas baixas e de pouco declive; arrastando matérias soltas em encostas e ravinas; aproveitando linhas de menor resistência ao movimento; moendo lentamente rochas e materiais duros.

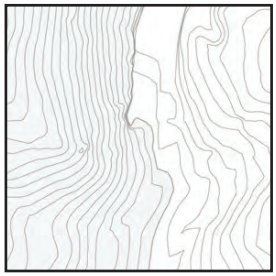
O relevo e os cursos de água que desenham o vale constituem um suporte, um conjunto de facilidades e constrangimentos à acção transformadora daqueles que o habitam.

A produção e manutenção de solo agricultável e a exploração e condução de água de rega foram particularmente importantes no tempo longo em que a agricultura familiar de subsistência foi a economia dominante, a máquina de fazer paisagem. Enxugar veigas inundáveis; construir campos em patamares artificiais; escolher os trajectos melhores para os caminhos; captar água em açudes no Pele e seus afluentes, em minas, poços e nascentes e construir levadas para chegar a todas as parcelas; construir poços para armazenar água..., tudo isso resultou de uma paciente e continuada arquitectura da paisagem que não se resumiu à acumulação de gestos individuais mas da organização concertada ao longo de gerações e da continuidade dos sistemas de regulação social.

Chaves de leitura

Rio Pele e linhas de água facilmente reconhecíveis.

Linhas de água encanadas ou pouco visíveis



Orografia: cotas acima e abaixo da cota 200 m

Infra-estruturas hídricas: tanques de rega, depósitos, ETAR, aquedutos, etc.

SUPORTE FÍSICO

Território
Casa Comum

SUPORTE FÍSICO

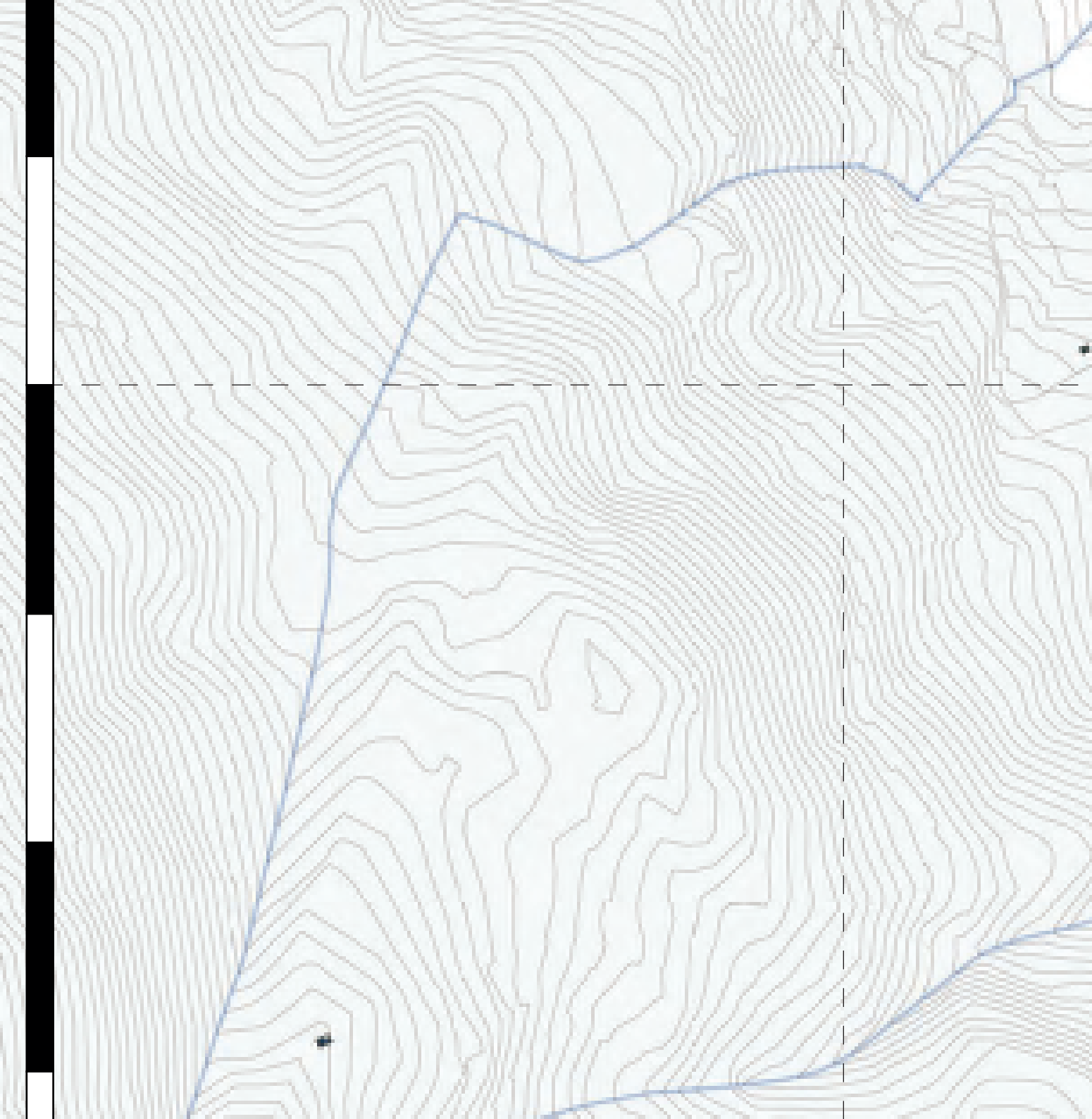
Um vale é uma construção geomorfológica a partir dos processos de drenagem e erosão do solo, seguindo as linhas gravidade e a circulação de água. Estes processos, ao longo de milhões de anos, criam uma rede hidrográfica, vão construindo uma topografia, acumulando materiais em zonas baixas e de pouco declive, arrastando matérias soltas em encostas e rochas, aprofundando linhas de menor resistência ao movimento, movendo lentamente rochas e materiais duros.

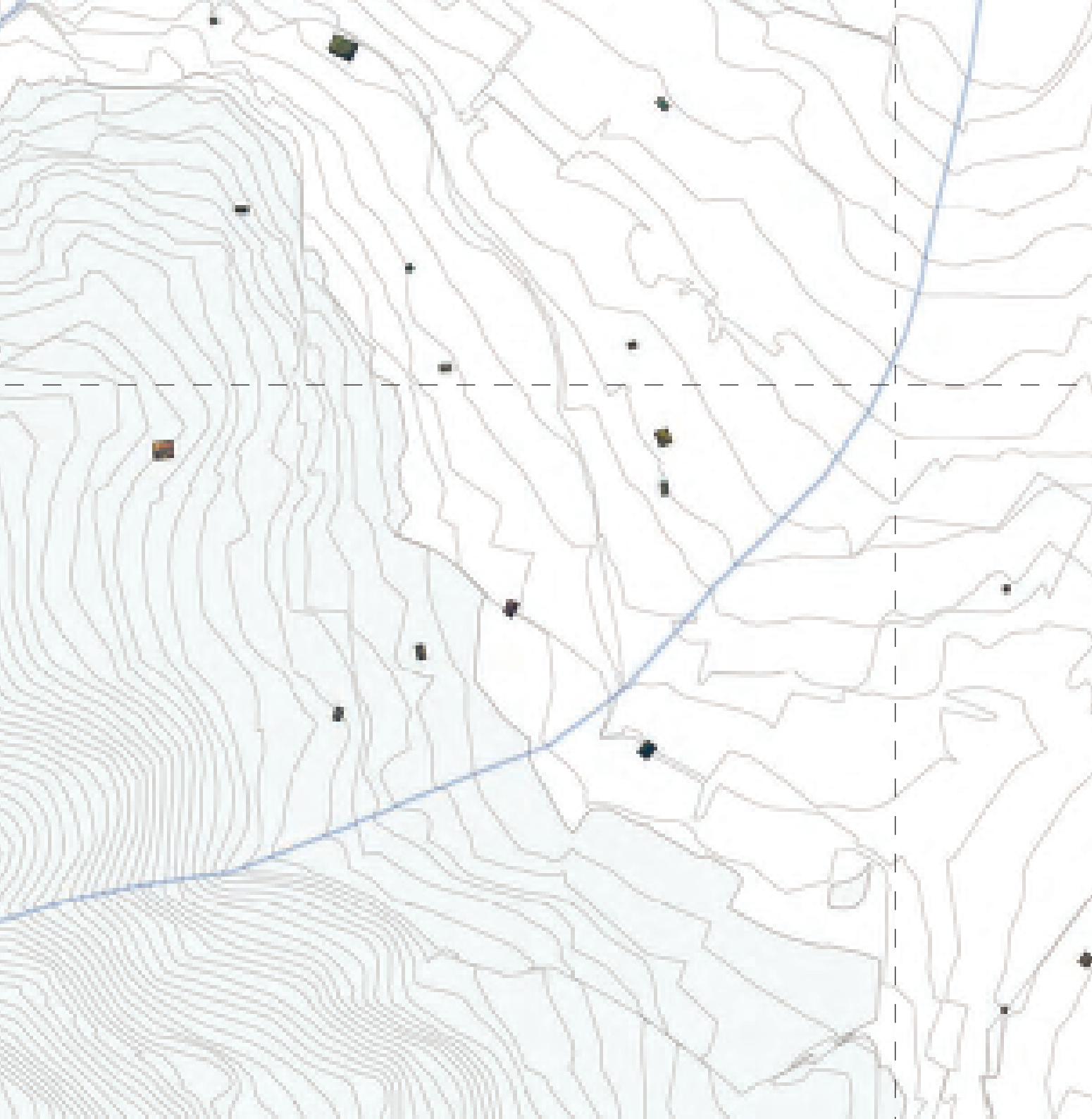
O relevo e os cursos de água que desentham o vale constituem um suporte, um conjunto de facilidades e constrangimentos à acção transformadora daquelas que o habitam.

A produção e manutenção de solo agricultável e a exploração e condução de água de rega foram particularmente importantes no tempo longo em que a agricultura familiar de subsistência foi a economia dominante, a máquina de fazer paisagem. Enxugar veigas inundáveis, construir campos em patamares artificiais, escolher as trajectos melhores para os caminhos, captar água em açudes no Pelo e seus afluentes, em minas, poços e nascentes e conduzi-la/-los para chegar a todas as parcelas, construir poços para armazenar água,... tudo isto resultou de uma paciente e continuada arquitectura da paisagem que não se resume à acumulação de gestos individuais mas da organização concertada ao longo de gerações e da continuidade dos sistemas de regulação social.

CHAVES DE LEITURA

- Rio Pelo e linhas de água facilmente reconhecíveis
- Linha de água encaixadas ou pouco visíveis
- Orografia: cotas acima e abaixo da cota 200m
- Infraestruturas hídricas: tanques de rega, depósitos, ETAR, aquedutos, etc.





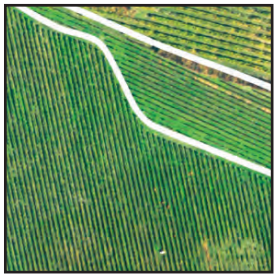
Mosaico agrícola

Subtraindo o edificado, a rede viária e as manchas florestais, observamos uma multiplicidade de parcelas agricultadas, que vão desde os pequenos jardins, hortas e pomares das habitações unifamiliares até aos campos de maior dimensão. No seu conjunto estas parcelas agrupam-se numa mancha de solo de grande expressão, que desenha o fundo do vale do Pele e acompanha os relevos mais suaves que os ribeiros afluentes modelaram nas encostas.

Como quem realça os contornos de um desenho, as peças são delimitadas por muros de granito, latadas, vinhas de enforcado ou árvores de fruto, sublinhando a pequena dimensão das parcelas que caracteriza toda a região e compondo uma manta de retalhos que tem uma importância fundamental na caracterização da paisagem e nas suas mutações sazonais segundo o tipo de culturas dominantes.

O mapa contraria os modelos técnicos de referência onde os campos, claramente separados da edificação aglomerada constituiríam contínuos de grande dimensão adaptados à agricultura de grande escala, à mecanização e à especialização. Nunca foi assim no Minho, nem quando a agricultura era o pilar fundamental da economia.

Chaves de leitura



Campos de vinha

Socalcos

Campos de milho e azevém

Logradouros das casas

MOSAICO AGRÍCOLA

Território
Casa Comum

MOSAICO AGRÍCOLA

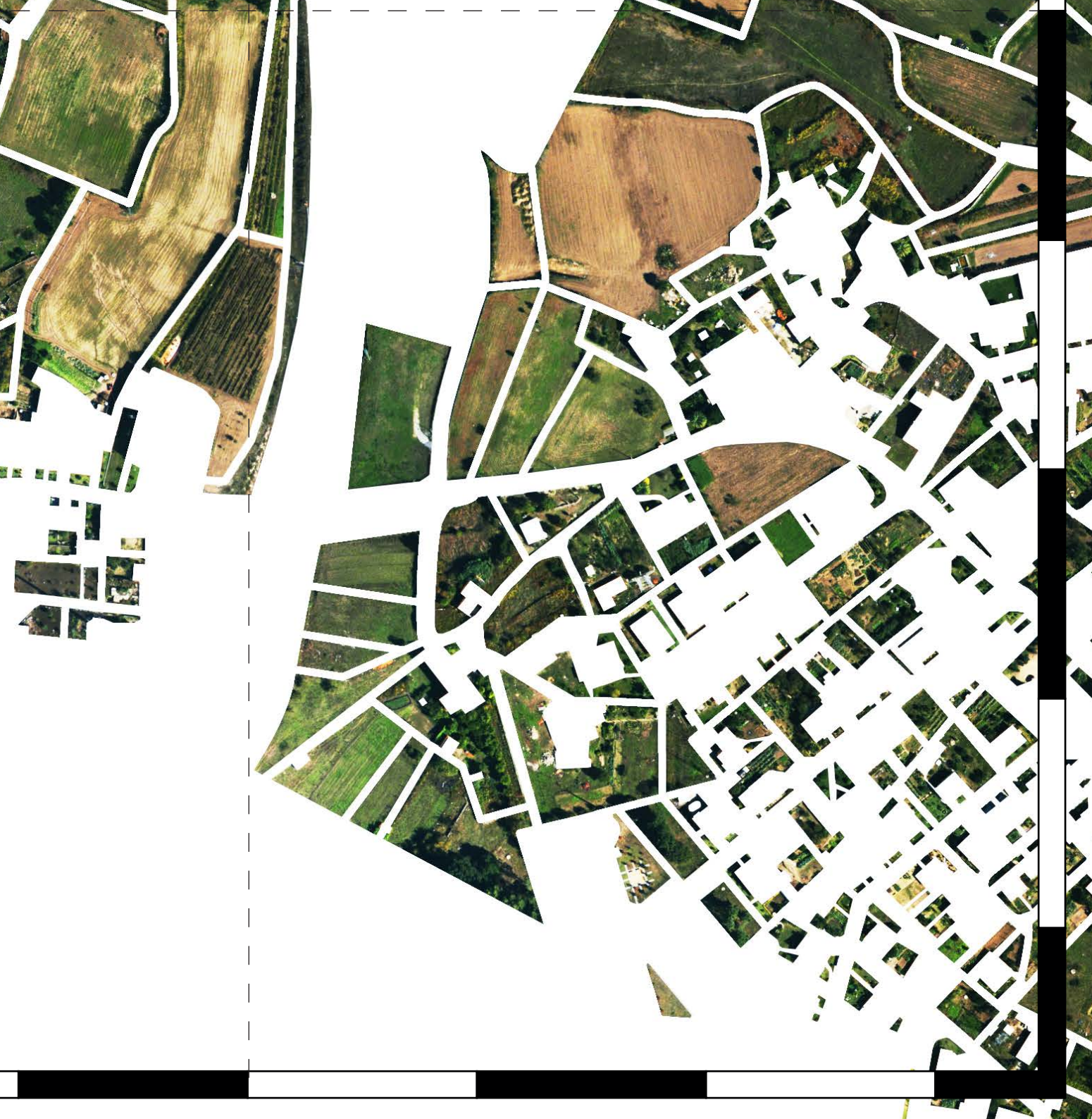
Subtraindo o edificado, a rede viária e as manchas florestais, observamos uma multiplicidade de parcelas agricultadas, que vão desde os pequenos pedris, hortas e quintais das habitações unifamiliares, até aos campos de maior dimensão. No seu conjunto estas parcelas agregam-se numa mancha de solo de grande expressão, que desenha o fundo do vale do Pele e acompanha ocorrevos mais suaves que os rilevos afluentes modelaram nas encostas.

Como quem realça os contornos de um desenho, as pregação delimitadas por muros de granito, latadas, vinhas de enforcado ou árvores de fruto, subtilmando a pequena dimensão das parcelas que caracteriza toda a região e compondo uma manta de retalhos que tem uma importância fundamental na caracterização da paisagem e nas suas mutações sazonais segundo o tipo de culturas dominantes.

O mapa contrasta os modelos técnicos de referência onde os campos, claramente separados da edificação aglomerada, constituem o contínuo de grande dimensão adaptados à agricultura de larga escala, à mecanização e à especialização. Nunca foi assim no Minho, nem quando a agricultura era o pilar fundamental da economia.

CHAVES DE LEITURA

- Campos de vinha
- Eucaliptal
- Campos de milho e cereais
- Logradouros das casas



Filigrana

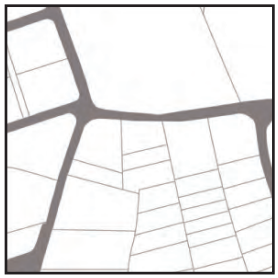
A imagem oferece-nos a ideia de um primeiro padrão de ocupação que resulta de uma lenta e continuada sedimentação de pequenas coisas: o rendilhado das parcelas, a malha fina de ruas e caminhos, as casas que ao longo deles se foram implantando. Os núcleos de aglomeração mais antigos, a importância dos percursos que cruzam o rio, as casas senhoriais e os grandes domínios agrícolas, ora são reconhecíveis, ora se diluem e misturam na construção mais recente. O desenho é o de uma rede delicada e subtil: uma espécie de filigrana.

Contrariamente ao carácter hierarquizado das redes, esta estrutura em rizoma possui uma geometria irregular, fruto de permanências, de extensões e de constantes adaptações pontuais que vão desbloqueando um ou outro conflito. O seu carácter ramificado funciona como um efeito de dissipação de congestão de fluxos e, em termos paisagísticos, participa e tira partido de uma grande diversidade de ambiências e contextos locais.

Por isso, a delicadeza deste suporte não aconselha metodologias de intervenção demasiado formatadas e normalizadas que arriscam apagar qualidades e identidades que decorrem dessa diversidade de contextos.

Chaves de leitura

Divisão das parcelas de terreno



Malha de caminhos e estradas

Rio Pele

Casas e pequenos edifícios implantados ao longo da rede

FILIGRANA

Território
Casa Comum

FILIGRANA

A imagem oferece-nos a ideia de um primeiro padrão de ocupação que resulta de uma lenta e continuada sedimentação de pequenas casas e modificado das parcelas, a malha fina de rua e caminho, as casas que ao longo deles se foram implantando. Os núcleos de aglomeração mais antigos, a importância dos percursos que cruzam o rio, as casas senhoriais e os grandes domínios agrícolas, ora são reconhecíveis, ora se diluem e esbatem na construção matricial/ortho. O desenho é o de uma rede delicada e sutil: uma espécie de filigrana.

Contrastante ao caráter fiscalizado das redes, esta estrutura em ilcona possui uma geometria irregular, fruto de permanências, de extensões e de contantes adaptações pontuais que vão desbloqueando um ou outro conflito. O seu caráter camificado funciona como um efeito de dissipação de congestão de fluxos e, em tempos paisagísticos, participa e tira partido de uma grande diversidade de ambientes e contextos locais.

Por isso, a delicadeza deste suporte não aconselha metodologias de intervenção demasiado formatadas e normalizadas que anulam aquelas qualidades e diversidades que decorrem dessa diversidade de contextos.

CHAVES DE LEITURA

- Divisão das parcelas de terreno
- Malha de caminhos e estradas
- Rio Paiva
- Casas e pequenos edifícios implantados ao longo da mata

Dissonâncias

Fábricas, edifícios comerciais, loteamentos, blocos de habitação: são peças que seguem as suas próprias lógicas de desenho, localização e relação com a envolvente, ditadas pela função, por modelos genéricos de referência e pelo mercado – lógicas estas que, por vezes, se afastam dos princípios que ao longo do tempo foram construindo a paisagem da cidade continuada. São por isso peças que surgem como momentos de dissonância.

No entanto, pela sua repetição, e pela clareza e constância das regras que as determinam, estas peças são já parte integrante desta complexa composição – como na música, são marcações sonoras e timbres que contrastam com a harmonia tonal de base.

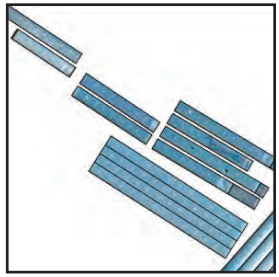
Por isso, faz sentido também questionar porque é que se usa tantas vezes a expressão "dissonância" e porque é que o seu sentido é quase sempre negativo, uma vez que não se trata de uma mera questão de sensibilidade estética à irregularidade do "grão" da paisagem.

Chaves de leitura

Loteamento de casas em banda

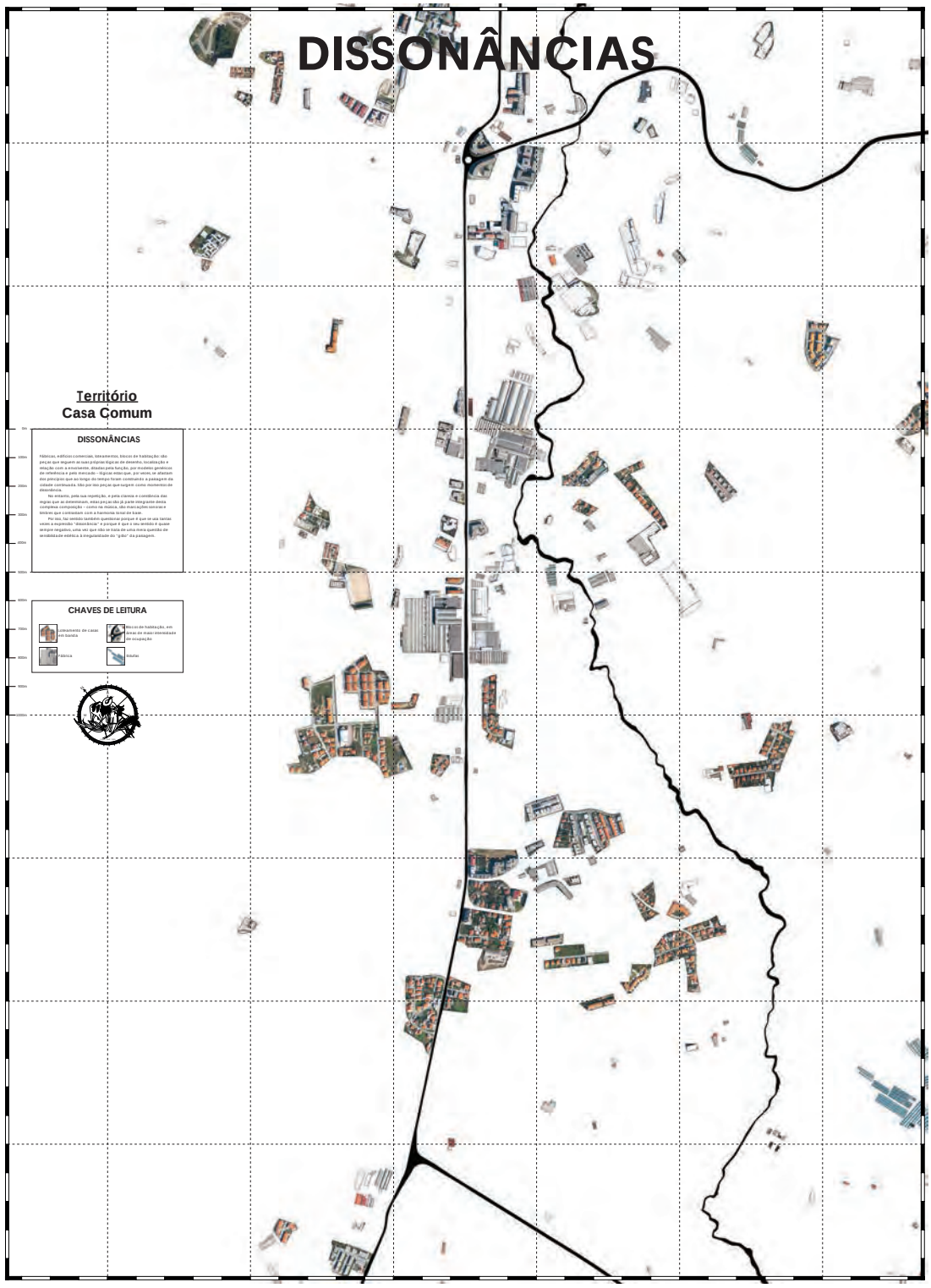
Blocos de habitação, em áreas de maior intensidade de ocupação

Fábrica



Estufas

DISSONÂNCIAS



Território
Casa Comum

DISSONÂNCIAS

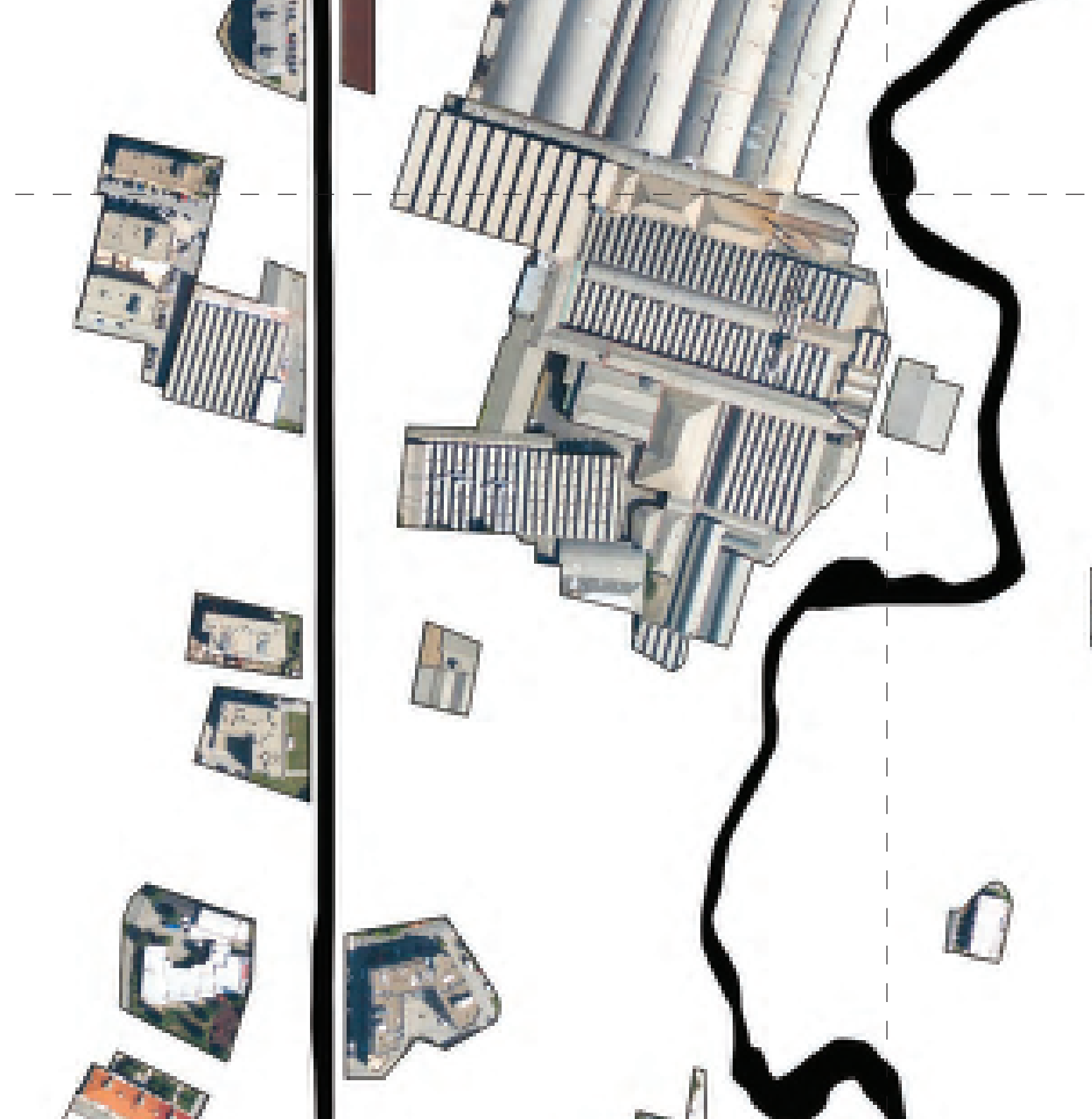
Fábricas, edifícios comerciais, loteamentos, blocos de habitação: são peças que seguem as suas próprias lógicas de desenho, localização e relação com o movimento, dotadas pela função, por modelos genéricos de referência e pelo mercado – lógicas estas que, por vezes, se afastam dos princípios que ao longo do tempo foram construindo a paisagem da cidade continuada, tão por isso peças que surgem como momentos de dissonância.

No entanto, pela sua repetição, e pela clareza e constância das regras que as determinam, estas peças são já parte integrante desta complexa composição – como na música, são marcações tonicas e timbre que contrastam com a harmonia tonal de base.

Por isso, faz sentido também questionar porque é que se usa tantas vezes a expressão "dissonância" e porque é que o seu sentido é quase sempre negativo, uma vez que não se trata de uma mera questão de sensibilidade estética à irregularidade do "grão" da paisagem.

CHAVES DE LEITURA

- Loteamento de casas em banda
- Bloco de habitação, em zona de maior densidade de ocupação
- Fábrica
- Silos



Tempo

A imagem convencional de uma cidade não é coisa que aqui tenha muito interesse explicativo. Uma cidade entende-se normalmente como uma unidade definida por um centro, uma forma articulada por traçados de ruas, avenidas e praças, e, sobretudo, um limite que define um dentro e um fora. Pensa-se também que as cidades crescem do centro para a periferia segundo manchas contínuas, mantendo a ideia do todo, da cidade-corpo, e da clareza dos limites.

Para lá desses limites haveria o campo, extenso, deslimitado, esparso de construções, contrariamente ao carácter aglomerado da cidade.

Aqui, a dicotomia cidade/campo ou urbano/rural não faz qualquer sentido, nem como grelha analítica nem como modelo prospectivo.

Usaremos então o conceito de urbanização. Por aqui, a urbanização – entendida como edificação e sua relação com suportes infra-estruturais – é difusa desde sempre e foi-se intensificando por colonização de uma malha de caminhos que, em grande medida, se mantém a mesma desde há muito. É isto que se percebe pela sucessão das cartas correspondentes a 1958, 1970, 1995 e 2011.

TEMPO

Território
Casa Comum

TEMPO

A imagem convencional de uma cidade não é coisa que aqui tenha muito interesse explicativo. Uma cidade estende-se normalmente como uma unidade definida por um centro, uma forma articulada por traçados de ruas, avenidas e praças, e, sobretudo, um limite que define um dentro e um fora. Pensa-se também que as cidades crescem do centro para a periferia segundo manchas contíguas, mantendo a ideia do todo, da coesão, coisa, e da clareza distintiva.

Para lá desses limites externos e campo, externo, descontínuo, espaço de construções, contrariamente ao carácter aglomerado da cidade.

Aqui, a dicotomia cidade/campo ou urbano/rural não faz qualquer sentido, nem cabe grelha analítica nem curso modelo prospectivo.

Usaremos então o conceito de urbanização. Por aqui, a urbanização extensão e articulação e sua relação com suportes infra-estruturais difusa desde sempre, e hoje intensificando por colonização de uma malha de caminhos que, em grande medida, se mantém a mesma desde há muito. É isto que se percebe pela sucessão das cartas correspondentes a 1958, 1970, 1998 e 2011.

1958

TEMPO

Território
Casa Comum

TEMPO

A imagem convencional de uma cidade não é coisa que aqui tenha muito interesse explicativo. Uma cidade entende-se normalmente como um conjunto de edifícios, de ruas, de praças, de monumentos, de casas de rua, avenidas e praças, e, sobretudo, um limite que define um dentro e um fora. Pensa-se também que as cidades crescem do centro para a periferia segundo manchas contínuas, mantendo a ideia do todo, da cidade-corpo, e da clareza dos limites.

Para lá destes limites haverá o campo, externo, descontínuo, espaço de construções, contrariamente ao carácter aglomerado da cidade.

Aqui, a dicotomia cidade/campo ou urbano/rural não faz qualquer sentido, nem como grelha analítica nem como modelo prospectivo.

Usaremos então o conceito de urbanização. Por aqui, a urbanização - entendida como edificação e sua relação com suportes infra-estruturais - é difusa desde sempre, e tem-se intensificando por colonização de uma malha de caminhos que, em grande medida, se mantém a mesma desde há muito. É isto que se percebe pela sucessão das cartas correspondentes a 1958, 1970, 1994 e 2011.

1970

TEMPO

Território
Casa Comum

TEMPO

A imagem convencional de uma cidade não é coisa que aqui tenha muito interesse explicitar. Uma cidade estende-se normalmente como uma unidade definida por um centro, uma forma articulada por traçados de ruas, avenidas e praças, e, sobretudo, um limite que define um dentro e um fora. Pensa-se também que as cidades crescem do centro para a periferia segundo manchas contíguas, mantendo a ideia do todo, da continuidade, e da clareza dentidade.

Para lá destas ideias comuns e o campo, externo, descontínuado, espaço de construções, contrariamente ao carácter aglomerado da cidade.

Aqui, a dicotomia cidade/campo ou urbano/rural não faz qualquer sentido, nem cabe grelha analítica com curso modelo prospectivo.

Usamos então o conceito de urbanização. Por aqui, a urbanização entendida como edificação e sua relação com suportes infra-estruturais difusa desde sempre, e hoje intensificando por colonização de uma malha de caminhos que, em grande medida, se mantém a mesma desde há muito. É isto que se percebe pela sucessão das cartas correspondentes a 1958, 1970, 1995 e 2011.

1995

TEMPO

Território Casa Comum

TEMPO

A imagem convencional de uma cidade não é coisa que aqui tenha muito interesse explicativo. Uma cidade entende-se normalmente como um conjunto de edifícios, de ruas, de praças, de monumentos, de casas de rua, avenidas e praças, e, sobretudo, um limite que define um dentro e um fora. Pensa-se também que as cidades crescem do centro para a periferia segundo manchas contínuas, mantendo a ideia do todo, da cidade-corpo, e da clareza dos limites.

Para lá destes limites haverá o campo, exterior, descontínuo, espaço de construções, contrariamente ao carácter aglomerado da cidade.

Aqui, a dicotomia cidade/campo ou urbano/rural não faz qualquer sentido, nem como ponto analítico nem como modelo prospectivo.

Usaremos então o conceito de urbanização. Por aqui, a urbanização - entendida como edificação e sua relação com suportes infra-estruturais - é difusa desde sempre, e foi-se intensificando por colonização de uma malha de caminhos que, em grande medida, se mantém a mesma desde há muito. É isto que se percebe pela sucessão das cartas correspondentes a 1958, 1970, 1994 e 2011.

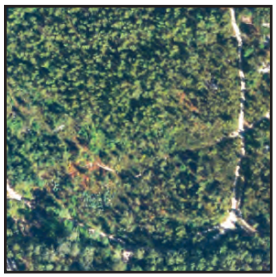
2011

Estruturas

O Monte das Eiras, com seus matos e eucaliptos verdes ou ardidos, a Estrada Nacional nº 206 e o fundo de vale do rio Pele, com suas veigas e antigos lameiros, afirmam-se como três elementos fortemente estruturantes – pela sua dimensão e continuidade, por serem determinantes no modo como o território foi sendo ocupado, por serem facilmente visíveis e reconhecíveis, por se constituírem como referências colectivas que orientam o modo como olhamos, percorremos e pensamos este espaço.

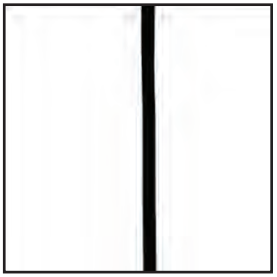
Uma paisagem claramente estruturada.

Chaves de leitura



Mancha contínua de floresta e matos nas encostas

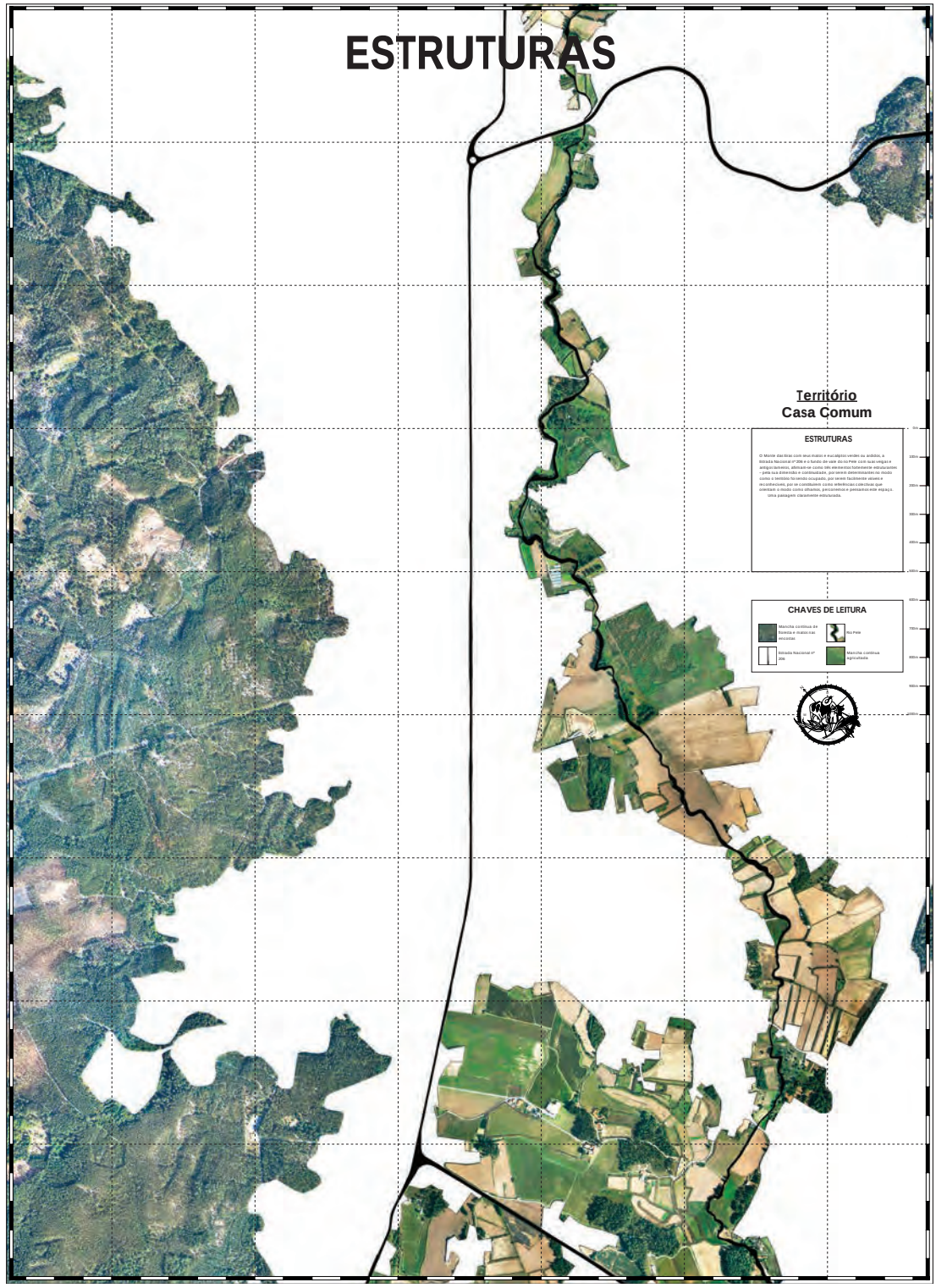
Rio Pele

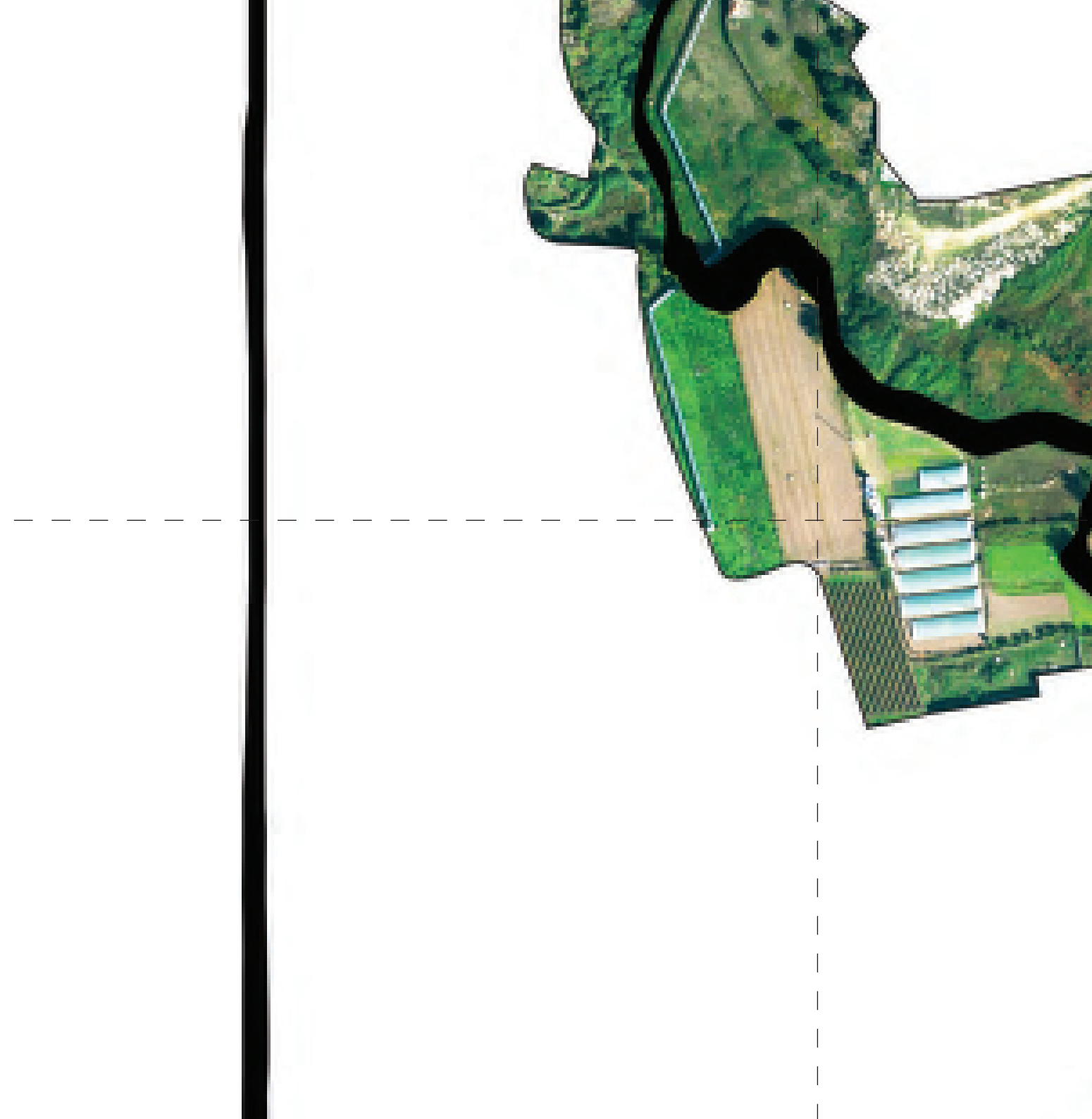


Estrada Nacional nº206

Mancha contínua agricultada

ESTRUTURAS


Território
Casa Comum
ESTRUTURAS
O Monte das Ilras com seus matos e eucaliptos verdes ou ardidos, a Estrada Nacional nº 256 e o fundo de vale do rio Pete com suas veigas e antigos lameiros, alinham-se como três elementos fortemente estruturantes – pela sua dimensão e continuidade, por serem determinantes no modo como o território foi sendo ocupado, por serem facilmente visíveis e reconhecíveis, por se constituírem como referências coletivas que orientam o modo como olhamos, percorremos e pensamos este espaço. Uma paisagem claramente estruturada.
CHAVES DE LEITURA
Mancha contínua de floresta e matos nas encostas
Rio Pete
Estrada Nacional nº 256
Mancha contínua agricultada



Quatro histór

as do território

Quatro histórias do território

Compreender o território que habitamos equivale a compreender as condições que o determinam. Como produto social em permanente transformação, as dinâmicas sócio/territoriais fazem-se de factores políticos, geo-estratégicos, económicos e sociais; de grandes interesses e pequenos poderes; de quadros legais, instituições, procedimentos regulamentares e modos de fazer; de narrativas, projectos e visões de futuro; das necessidades, anseios e afectos de cada um.

Como se a realidade fosse um imenso poliedro de que não vislumbramos todas as faces, cada uma das histórias apresentadas concentra-se numa determinada face que matiza e enriquece a visão dos assuntos territoriais, clarificando os nexos que se estabelecem entre a visibilidade da paisagem e a relativa invisibilidade do que a modifica.

As quatro histórias do território desenvolvem-se de forma autónoma acompanhando as outras estratégias narrativas, mais focadas na análise morfológica, que compõem a exposição. Cada história explora o entramado de dinâmicas e acontecimentos, processos e actores, opções e conflitos, que modelam diariamente o território, oferecendo-nos novas chaves de leitura para um melhor entendimento dos materiais e formas que aí encontramos. Cada história dá nota da complexidade e multi-escalaridade dos assuntos que subjazem ao mais simples dos fenómenos com que nos deparamos sempre que percorremos a *cidade continuada* do Vale do Ave. Percebemos que numa fábrica tanto podemos ver a dinâmica dos empresários da região, como o movimento de deslocalização da indústria têxtil inglesa de meados do século XIX, ou a recente globalização dos mercados. Percebemos que a mais simples das casas, tanto nos fala da vontade e esforços da família que a construiu, como do modelo de desenvolvimento económico do país, da desregulação dos mercados financeiros ou da crise económica e financeira internacional. Percebemos que um campo de milho é ao mesmo tempo resultado da decisão e investimento do seu proprietário, como de décadas de regulação da fileira leiteira dirigida pela Política Agrícola Comum.

Sendo impossível organizar um meta-discurso sobre o território, ou multiplicar indefinidamente o número de assuntos e olhares – todos eles pertinentes – em busca de uma completa descrição da realidade, a escolha das quatro histórias decorre da sua importância sócio-económica e da sua capacidade ilustrativa – do modo como explicam quatro dos principais motores desta urbanização.

"A Fábrica da Paisagem" explica-se pela dupla importância da fábrica: as fábricas que são marca da dinâmica industrial que é base da economia famalicense há quase um século; e a fábrica (no sentido de fabrico) da paisagem que pretende reforçar a paisagem como algo que está em permanente mudança, sobretudo nos dias de hoje, caracterizados pela instabilidade económica e pela complexidade, em parte resultante da globalização e da rapidez com que se sucedem as inovações tecnológicas. As fábricas que pontuam a paisagem do Vale do Ave são exemplo dos dois processos – são, ao mesmo tempo, motores da economia e motores da urbanização, pelo modo como

criam emprego, e atraem e fixam população, difundindo-a por todo o território, e pelo modo como se tornam pólos de fluxos de cargas urbanas várias e de diversas amplitudes. O caso da Riopele é, a este propósito, elucidativo, e bastante esclarecedor acerca da articulação de escalas local-global.

O "Território da Casa Própria" foca-se na produção imobiliária das últimas décadas e, em especial, dos anos 80 e 90 – período de maior intensidade de construção de loteamentos que tanto caracterizam a paisagem destes territórios. O súbito crescimento que então se verificou resulta em grande medida do papel central que os sectores da banca e imobiliário assumiram na economia nacional ao longo desses anos, fortemente apoiados pelas políticas públicas no favorecimento da habitação própria e do crédito hipotecário, bem como pelo investimento continuado no alargamento das redes infra-estruturais, viabilizando novas e velhas frentes de urbanização. A *cidade continuada* densifica-se até à crise internacional, iniciada em 2008 e forjada exactamente no seio dos mecanismos de crédito hipotecário, por entre escândalos financeiros, estagnação do investimento e explosão de bolhas imobiliárias.

"A Paisagem da Vaca" ilustra as metamorfoses radicais da agricultura e da pecuária e o modo como se podem ler na paisagem. Como se verifica uma certa tendência para a rigidificação do discurso e das representações quando se fala de agricultura – falando-se normalmente na agricultura pré-moderna de um modo nostálgico e algo mitificado –, nada como a fileira leiteira para explicar o que realmente se passa. Trata-se de um sector que esteve sujeito a trinta anos de regulação comunitária, que estabilizou um regime de concorrência, preços, quotas nacionais, tecnologias e sistemas de produção intensivos. O sistema de quotas terminou em Março de 2015, dando início a uma nova fase de desregulação que põe em risco essa recente estabilidade da *paisagem da vaca*. Outras mudanças bruscas se vão passando na fileira florestal e, quanto à pequena agricultura familiar, a tendência dominante é a sua cada vez maior ligação com a casa e com a auto-produção das hortas e dos pomares.

Os diferentes materiais e processos de que aqui se fala, o modo como se articulam e sobrepõem no espaço, as dinâmicas que criam, as incertezas em que agora se lançam sobre o futuro, criam sérios desafios à prática de planeamento, ou até à simples tarefa de procurar uma leitura unificadora do que seja este território. Disto fala a quarta história: "Depois das graças da bucólica ridente". A frase – de claro recorte romântico, tão típico de certa literatura de viagem – é retirada de "O Minho Pittoresco" de José Augusto Vieira (1886). O que o autor queria dizer era que a atmosfera pitoresca minhota se perdia ao atravessar a "Terra Negra" – área do sul do município de Famalicão, onde o xisto carbonífero e a luz sombria dos pinhais assombravam o viajante ali para a zona do Senhor dos Perdões, entre Lousado e Fradelos. Hoje é precisamente aí que se concentra uma enorme diversidade de actividades, desde a fileira do leite ou do eucalipto, às grandes empresas exportadoras de escala global e parques empresariais em crescimento, por entre bouças, campos estradas, caminhos-de-ferro e casario bastante. Por contraste com o lugar ermo que descrevia Augusto Vieira, este é hoje um dos pontos de mais fervilhante actividade e maior dinamismo económico desta *cidade continuada*. É também ponto de conflitos vários, onde usos de diferente convivência se sobrepõem, onde o fluxo de camiões gerado pela indústria sobrecarrega a frágil rede viária, onde os parques

empresariais crescem sobre a Rede Ecológica Nacional... O cerne da história é dar sentido à simultaneidade e aparente contradição que resulta da evolução deste padrão territorial que, à luz dos conceitos correntes, estaria no oposto de tudo aquilo que se convencionou chamar rural, urbano, industrial, florestal, etc.: em suma, uma paisagem transgénica, isto é, resultante de uma genética compósita. Por seu lado, os conflitos serão geridos face aos interesses em jogo, àquilo que estiver em causa, aos sistemas cujo funcionamento se considerar ser necessário assegurar, aos critérios de justiça e prioridades que forem estabelecidos. Algo difícil, num momento em que o Estado recua e se multiplicam os grandes conceitos vagos e os regulamentos genéricos e abstractos que encontram pouca ressonância em territórios tão alheios aos modelos canónicos nos quais os ditos regulamentos se fundam.

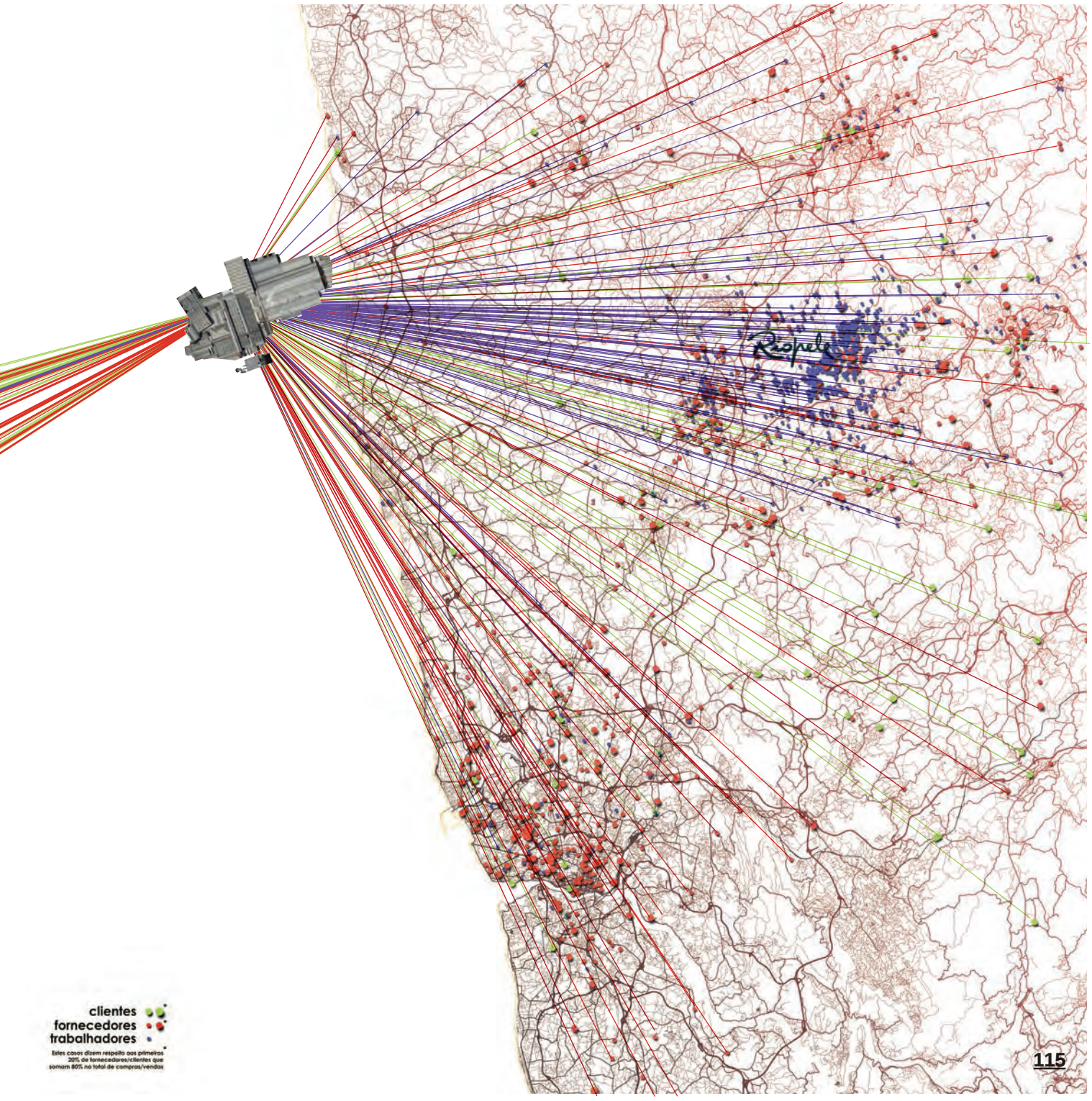
No final deste percurso em quatro etapas (e poderia haver muitas mais), pode melhor entender-se a complexidade da construção do *Comum* e da *Casa Comum*. Os processos, os actores e os colectivos que se identificam e se podem mobilizar acerca de um determinado assunto variam do global ao local, da pulverização dos indivíduos, à dimensão, por vezes enorme, das instituições. As causas comuns não existem sem sentimentos suficientes de pertença, identificações e acções que as reconheçam como tal. Entre outras, essa é a questão.

A propósito do sentido de pertença (a um grupo social, a um território, nação, etc.), afirma Bruno Latour: "*O sentido de pertença entrou em crise. Mas, para registrar esse sentimento de crise e descobrir novas conexões, teremos que conceber uma outra noção de 'social'. Essa noção tem que ser muito mais ampla do que aquilo que genericamente é chamado por esse nome (…). Essa é a razão pela qual procurarei definir o social não como um domínio especial, um contexto específico, ou um determinado tipo de coisa, mas apenas como um movimento peculiar no sentido da re-associação e re-construção.*"[1]

A relativa invisibilidade do *social* e da *sociedade* (algo vagamente dado como existente e facilmente adjectivado) só se consegue ultrapassar com a montagem deste tipo de histórias, pelo poder que têm de revelar os actores em presença, os interesses e os conflitos ou consensos, e também os contextos em que podem construir-se plataformas de conhecimento e decisão. **AD, NT**

1 LATOUR, Bruno – *Reassembling the Social: An introduction to Actor-Network--Theory*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 7.

A Fábrica da Paisagem


clientes
fornecedores
trabalhadores
Estes casos dizem respeito aos primeiros 20% de fornecedores/clientes que somam 80% no total de compras/vendas

Em 1927, José Dias de Oliveira decidiu adaptar um velho moinho do rio Pele para, com a energia hidráulica, pôr a funcionar dois teares para a produção de tecidos de algodão.

Logo em 1930, já havia dez teares e um motor a gasóleo. O tecido, com a marca J.O. vendia-se no mercado regional.

Em 1933 inauguram-se as novas instalações da "Fábrica de Tecidos do Rio Pele" com cerca de 1700 m² , organizada verticalmente, da fiação à confecção.

Depois da II Guerra Mundial, a legislação permitiu a ampliação e a modernização, e a Riopele participa também na estratégia colonial para plantações de algodão.

Nos anos 50 a empresa evoluiu nas fibras sintéticas – o Rioplex –, fruto de um contrato com a Bayer. O fundador morre prematuramente em 1953 e a empresa continua com base familiar evoluindo para grupo empresarial.

Depois das primeiras experiências de exportação para as colónias, os tecidos da Riopele são vendidos para a Noruega em 1958 e, a partir de 1960, para o mercado da EFTA, diversificando-se os produtos e surgindo outra marca sintética própria, o Texlene, agora com a inglesa ICI.

Em 1966, ano de criação da Fábrica Têxtil Riopele, SARL, haveria cerca de 1600 empregos directos e em 1972 a Riopele era a 9ª exportadora nacional e a 2ª têxtil[1]. Em 1974 tinha 4200 trabalhadores. Hoje as instalações industriais ocupam 140 000 m², e a Riopele emprega directamente cerca de 1100 pessoas, exportando praticamente toda a produção; em 2014 o volume de negócios foi de 79 milhões de euros.

Desde a Avenida da Riopele e da geografia de proximidade, onde reside a maior parte dos operários e muitos fornecedores, ao cliente mais longínquo da Califórnia ou do Japão, estende-se a geografia da história passada e recente de uma empresa que produziu uma paisagem local – uma paisagem da Riopele e uma paisagem fabricada em grande parte pelos que trabalharam e trabalham na Riopele. Território ou sociedade são, por isso, meras abstracções que só tomam sentidos claros quando definimos os âmbitos e as escalas pertinentes para perceber esta ou aquela dimensão. O território relevante para perceber a inscrição local da Riopele (o que inclui questões relevantes da historicidade da questão) inclui os territórios dos mercados onde compete, tal como inclui o território da sua rede de clientes e fornecedores ou o espaço de vida dos seus trabalhadores. Por isso se fala em multi-escalaridade.

1. Local e global – por onde se tecem as redes dos negócios

Desde muito cedo que os pequenos e grandes produtores – do trabalho ao domicílio até às grandes empresas industriais – se encontravam mutuamente dependentes através de redes de compras e vendas de produtos semi-finais e serviços e redes de sub-contratação.

O aprofundamento da divisão técnica do trabalho e a especialização produtiva foram complexificando a fileira têxtil-vestuário – uma verdadeira teia de negócios, desde o fornecimento de botões, serviços de contabilidade ou transporte de mercadorias, até às operações especializadas de produção, como a tinturaria ou confecção – e o enraizamento local/regional.

Constitui-se assim um "distrito industrial", um sistema socio-geográfico onde se foram densificando e estabilizando culturas e saberes empresariais e operários, experiência de trabalho em fábrica, instituições de formação especializada e qualificada, oportunidades de negócio e investimento, mecanismos e redes de difusão de informação e inovação, processos de imitação e emulação, vias de mobilidade social de operário a empresário, etc.

Estas redes não raro recobrem famílias e gerações – são bem conhecidas, quer ao nível dos empresários e empresas familiares, quer ao nível operário – e lugares de proximidade. Na toponímia e noutras marcas em que se manifestam ou afloram memórias e identidades, não é raro encontrar o léxico da cultura empresarial, os seus factos ou pessoas notáveis ou simples divisores comuns.

A coerência regional do distrito têxtil-vestuário do Vale do Ave desarticulou-se bastante com a recente crise e globalização dos mercados respectivos. Os grandes gigantes da fiação e da produção integrada verticalmente – do fio à confecção – são aqueles cuja aniquilação é mais visível (a Riopele é uma excepção). Menos visível é o re-alinhamento das pequenas e muito pequenas empresas, entre o desaparecimento, a reestruturação com menor dimensão ou mesmo a reconversão tecnológica e organizacional profundas. Significa isto que uma empresa ao lado da outra, na mesma fileira, podem não partilhar quase nada ao nível da transacção de mercadorias e serviços; no entanto os operários são vizinhos e parentes, os empresários e quadros conhecem-se, a contratação de serviços de transporte de mercadorias pode ser do mesmo fornecedor e a informação que genericamente circula sobre o negócio na Alemanha pode ser útil para a empresa que trabalha com os EUA ou a China.

2. Geografia do trabalho

A geografia da residência operária é o facto mais visível e comum dos territórios da industrialização, embora nem sempre bem percebida.

No pensamento genérico associa-se a Revolução Industrial a um certo tipo de urbanização: pela enorme capacidade de mobilização de força de trabalho, a indústria concentra e atrai operariado, formando grandes aglomerados urbanos industriais; o êxodo rural é o resultado da transferência maciça do rural para o urbano, aprofundando essa dicotomia e respectiva dissociação geográfica.

Aqui não é assim. A indústria dispersou-se e misturou-se desde o início e, por isso, também a habitação. Ao invés do êxodo rural, o que se verificou foi a industrialização em contexto rural e a urbanização *in situ*.

A invocação do operário-camponês – no trabalho da fábrica ou ao domicílio – é comum

desde o início da "maquinofactura" para justificar baixos custos de mão-de-obra e um certo afastamento dos movimentos operários urbanos por persistência dos traços morais e éticos da cultura camponesa. Embora hoje só uma minoria tenha acesso a uma exploração agrícola propriamente dita, é vulgar a tipologia de residência unifamiliar com jardim, horta ou pomar e, por vezes, uma pequena parcela agrícola com vinha e outras culturas.

É uma Industrialização sem "cidade"; industrialização sem fractura entre urbano e rural; e industrialização sem zonamento – para muitos, uma confusão incompreensível porque contrária aos modos de ver usados habitualmente.

A geografia da residência operária criou em Vila Nova de Famalicão a diversidade habitual que se encontra no Médio Ave, desde a habitação colectiva apoiada ou não pelas políticas públicas, e que aqui não tem grande importância estatística, àquilo que é mais corrente que são as casas e os seus quintais mais ou menos desafogados.

A distribuição pelo concelho dos serviços escolares e sociais públicos e privados e, genericamente, do comércio e dos serviços dirigidos ao consumidor final, criam as condições para se gerarem e reproduzirem espaços de vida, enraizamentos e ambiências que são favoráveis à manutenção dos laços de família e vizinhança sem aquele anonimato generalizado que genericamente é atribuído à noção vaga de urbanidade.

Em contexto de precaridade laboral e incerteza no emprego e nas relações laborais, é normal que a residência e o grupo familiar e tudo o que isso implica – amigos, redes de convivialidade, ajuda, etc. – tenda a resistir como ponto fixo a partir de onde se organizam as estratégias e decisões para a mobilidade social e espacial, incluindo a emigração que sempre ocupou um papel importante, embora pouco conhecido, no equilíbrio do rendimento das famílias.

3. Paisagem tecnológica

François Ascher[2] diz que o "sistema PIBE" (as tecnologias, infra-estruturas e sistemas que suportam a mobilidade das Pessoas, da Informação, dos Bens e da Energia) e as suas mudanças rápidas e constantes constituem uma das razões primeiras para perceber a construção do território. É de facto assim e não só em termos de mobilidade. Vivemos em sociedades intensamente tecnológicas e, se nada mais mudasse, bastava isso para se perceber muitas das razões da organização da sociedade, da economia e dos seus territórios e paisagens.

As facilidades da mobilidade, ou a constante instabilidade nas formas de organização da produção e dos mercados, são suficientes para percebermos a variabilidade das formações sócio-espaciais e o tamanho da ilusão acerca das inércias e fixismos territoriais. Na actividade industrial, onde a questão tecnológica é de primeira importância, as coisas são ainda mais claras.

A metamorfose da indústria faz-se acompanhar do fabrico da paisagem tecnológica – sem estradas, auto-estradas, energia, telecomunicações, redes… tudo entraria em colapso.

A intensidade tecnológica dos processos de fabrico e dos produtos industriais, bem como dos sistemas sócio-técnicos que organizam os mercados ao nível global, faz-se sentir a outros níveis: nos têxteis técnicos as inovações incluem as nanotecnologias e estes novos cruzamentos em áreas tecnológicas antes separadas – química, electrónica, mecânica...

– combinam-se agora em sistemas/máquinas que cruzam mecânica, electrónica, óptica, automação, telecomunicações, produção controlada por computador, etc.

O território transforma-se num conjunto de "externalidades" desigualmente apropriáveis pelos diferentes actores mas cada vez mais ubíquas. Esses recursos tecnológicos viabilizam modos de funcionamento da sociedade/território e expandem constantemente novas funcionalidades.

De tão familiares que muitas destas coisas são, muitas vezes nem se dá conta que são questões essenciais para perceber o território, a paisagem ou a economia.

Só quando falha a internet, a auto-estrada se entope, ou a corrente eléctrica se apaga, é que nos damos conta da falta que fazem. **AD,DS**

1 Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Cruzar os fios - a Fábrica Têxtil Riopele no contexto empresarial do Vale do Ave", in *Estudos do Século XX*, nº 4, 2004, p. 437-468.

2 ASCHER, François – *Metapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995.

Território da casa própria

Casa não é apenas o abrigo contra a intempérie, o espaço de construção e representação da identidade familiar, o lugar de amparo a que o indivíduo retorna no final de cada dia para restaurar forças e sonhar, com os seus. Casa é também o resultado material de um avultado investimento que mobiliza toda uma fileira produtiva, assim como um produto financeiro de alta rendibilidade.

Por isso, o acelerado crescimento urbano a que assistimos terá de ser entendido, não só como resposta às necessidades e anseios de uma população em rápido desenvolvimento, mas também como motor e como produto das reformas económicas e financeiras que conformaram o modelo de desenvolvimento económico seguido pelo país nas últimas décadas.

Agora, que a crise abala as nossas estruturas económicas e financeiras e aponta para a reformulação do modelo de desenvolvimento nacional, são os próprios mecanismos de produção de espaço urbano que se transformam radicalmente, obrigando a questionar que futuro espera este território.

1. Quando faltavam casas

Esta é uma história de reacção à escassez.

A partir de meados do século XX, assiste-se a um súbito crescimento populacional nas principais áreas urbanas do país: primeiro, fruto do abandono da agricultura em busca de melhores condições de vida; depois, resultado do abrandamento (e até inversão) da emigração provocado pela crise internacional iniciada em 1973; mais tarde, devido à chegada repentina de mais de 1,5 milhões de novos habitantes na sequência da descolonização. A estes factores, somam-se ainda a alteração das estruturas familiares – em 1950, uma família famalicense tinha em média 5 indivíduos, enquanto em 2011 tinha apenas 3 –, assim como a subida generalizada do nível de vida e das condições de salubridade e conforto exigíveis.

O resultado foi uma forte pressão demográfica: faltavam casas, muitas casas.

2. Urbanização às peças

Diziam os cânones disciplinares do planeamento urbano – filhos dos Estados fortes do pós-guerra – que a acção de urbanizar caberia exclusivamente ao poder público. No entanto, o Estado português não tinha os meios para assegurar a urbanização ao ritmo exigido pelo súbito crescimento populacional. O resultado foi a multiplicação de urbanizações informais e muita gente sem casa.

Para uma melhor resposta às necessidades da sociedade em crescimento, os privados foram sendo integrados no processo de urbanização. Em 1965, com a criação da figura do loteamento, qualquer proprietário passa a poder promover operações de urbanização nos seus terrenos. Procurava-se, assim, conter a urbanização informal e assegurar que todas as operações fossem, de alguma forma, controladas e reguladas pela administração pública. O loteamento acabaria por se transformar no principal mecanismo da urbanização – em Famalicão, entre 1965 e 2015, foram aprovados 1264 alvarás de loteamento e apenas 9 planos de urbanização e de pormenor.

A produção de espaço urbano passou, então, a fazer-se pela soma de peças autónomas, produzindo estruturas urbanas fragmentadas e de difícil compreensão. No entanto, a figura do loteamento, em si mesma, parece não trazer qualquer problema ao desenho do espaço urbano: segue preceitos e exigências similares aos dos planos públicos e oferece maiores garantias de execução célere e de adequação às dinâmicas instaladas. O problema não estará tanto no desenho de cada peça, mas na ausência de mecanismos capazes de as articular entre si.

O que se passa é que o loteamento nunca foi reconhecido como parte integrante do sistema de planeamento. Apesar dos factos, a legislação actual assume que toda a nova estrutura urbana deve ser desenhada por planos, vendo o loteamento como mero mecanismo para a sua execução. Por isso, os loteamentos são regulados como se de edifícios se tratasse, sendo o seu processo de aprovação camarária limitado à verificação da conformidade dos projectos com os regulamentos e planos vigentes. Assim, a administração local, responsável pela definição da estrutura urbana no seu conjunto, fica impossibilitada de intervir, de facto, no traçado de cada uma das peças que, na prática, a constroem.

O planeamento tem destas coisas: os modelos nem sempre batem certo com a realidade, por isso, os regulamentos nem sempre batem certo com os processos que regulam.

Pelas entrelinhas da legislação, e com grande cooperação de proprietários, promotores e projectistas, os técnicos municipais lá vão procurando, caso a caso, coser as diferentes peças que compõem esta nossa cidade continuada.

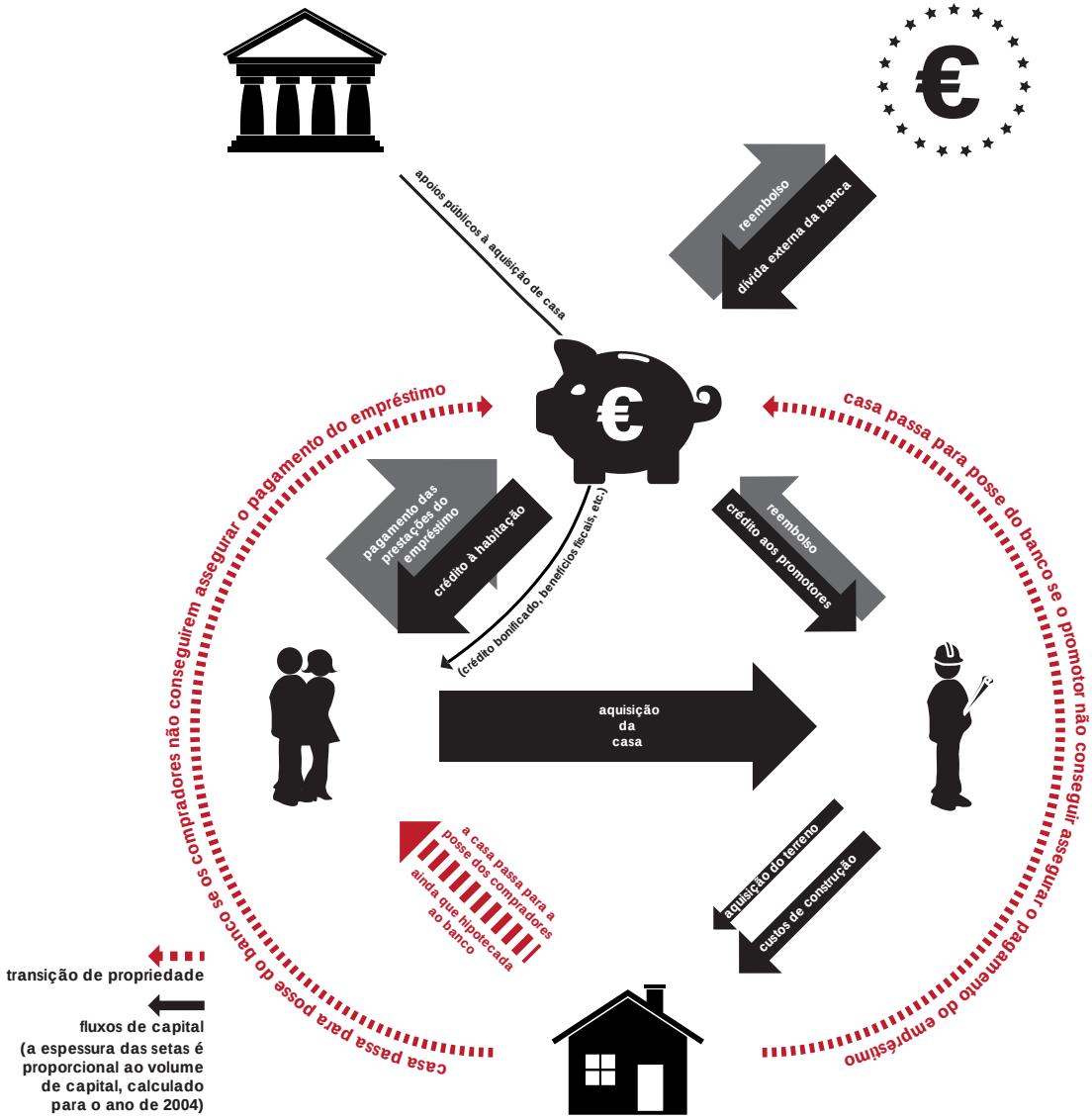
3. Paisagem da finança

Portugal fundou a sua democracia num quadro de profunda escassez. Entre muitas coisas, faltavam casas, muitas casas.

A partir de 1976 – e depois de um curto, mas intenso, tempo de investimento directo na construção de habitação – o dinheiro público transfere-se preferencialmente para o apoio aos compradores de casa própria, por via de um programa de poupanças e créditos bancários bonificados. E se, numa primeira fase, este programa visava responder de forma célere à dramática escassez de habitação, ele viria a assumir-se rapidamente como mecanismo destinado a garantir o equilíbrio da balança comercial, ameaçado pela subida dos salários e pelo fim das barreiras à importação, decorrentes da entrada na CEE.

A política de habitação era, então, vista como meio de drenar parte substancial do rendimento disponível das famílias para o sector da construção, tido como o sector da economia mais resistente à concorrência externa, e grande empregador nacional. Era também vista como forma de apoiar o sistema bancário em fase de privatização, e meio de dinamizar o mercado financeiro. Por isso, a partir de 1986, o sistema de crédito foi-se

O Motor da Urbanização



tornando sucessivamente mais atractivo – menos juros e mais bonificações – e mais abrangente – alargado à aquisição de segunda residência ou de habitação para arrendamento. Criaram-se as contas poupança-habitação, com juros altos, amplos benefícios fiscais, a garantia dada a todos os depositantes de concessão futura de crédito, e até um concurso que todos os meses duplicava o montante depositado em 10 contas sorteadas aleatoriamente. O resultado foi a explosão do crédito – concedido, ao mesmo tempo, a construtores e compradores – que coincidiu com o período de mais intensa expansão urbana a que se assistiu no país.

A partir de 2002, estes apoios públicos são sequencialmente anulados, e o sector da construção inicia uma queda continuada. Mas é também a partir de 2002 que se criam novos mecanismos financeiros, cada vez mais sofisticados e abstractos, como os fundos de investimento imobiliário e a titularização dos créditos. Por isso, os preços da habitação, o número de vendas e os montantes de crédito demonstraram uma resistência assinalável. A casa tornava-se, então, puro produto financeiro.

Resultado: um modelo de desenvolvimento económico assente no imobiliário e na banca, que deixou poucos recursos para os sectores de bens transacionáveis; e uma enorme dívida externa, requerida pelos bancos para financiar os empréstimos que concederam – irónico, pensando que se tratou de uma política criada para limitar a dependência externa do país. Ah!... e casas, muitas casas.

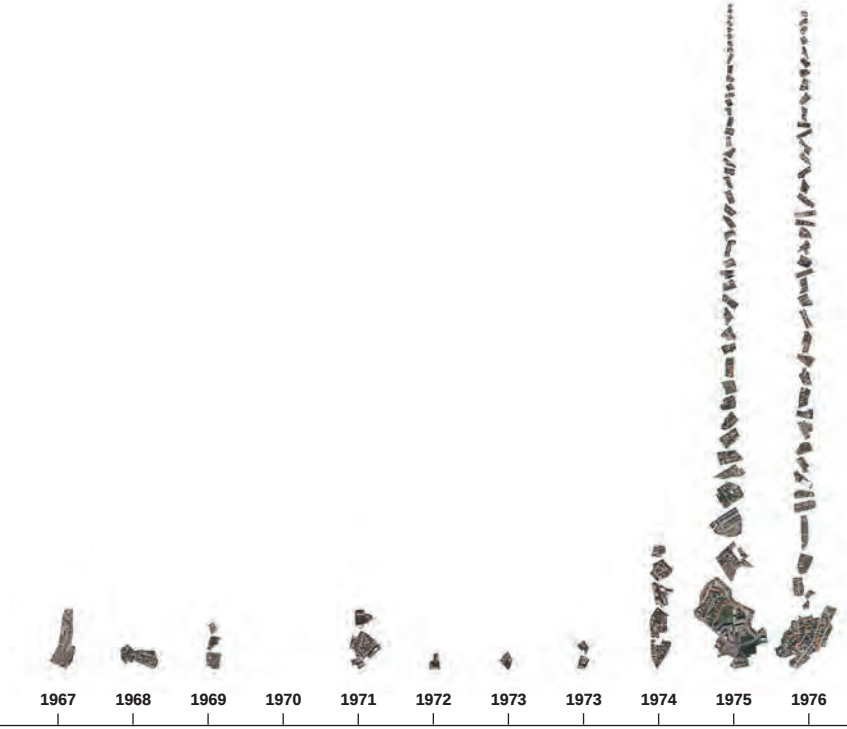
4. Um novo ciclo

A crise atacou o processo de urbanização no seu cerne. Foi forjada no seio dos mecanismos, cada vez mais complexos e abstractos, do crédito à habitação e colocou em causa todo o sistema que nele assentava: cortou o acesso da banca nacional ao crédito externo, aumentou o crédito mal-parado, aumentou juros e *spreads*, fez cair os preços do imobiliário que deixou de ser visto como produto financeiro seguro, diminuiu drasticamente a capacidade de investimento de famílias, promotores e entidades públicas.

O processo de expansão urbana estagnou, quer por falência do sistema que o alimentava, quer pelas novas narrativas que apontam o anterior modelo de desenvolvimento económico, assente no crédito e no imobiliário, como principal culpado da situação actual. A capacidade de investimento que resta é redireccionada: do imobiliário para a produção de bens transacionáveis; da construção nova para a reabilitação dos centros históricos. Os territórios da urbanização difusa, que resultaram da acelerada expansão das últimas décadas, correm por isso o risco de ser abandonados.

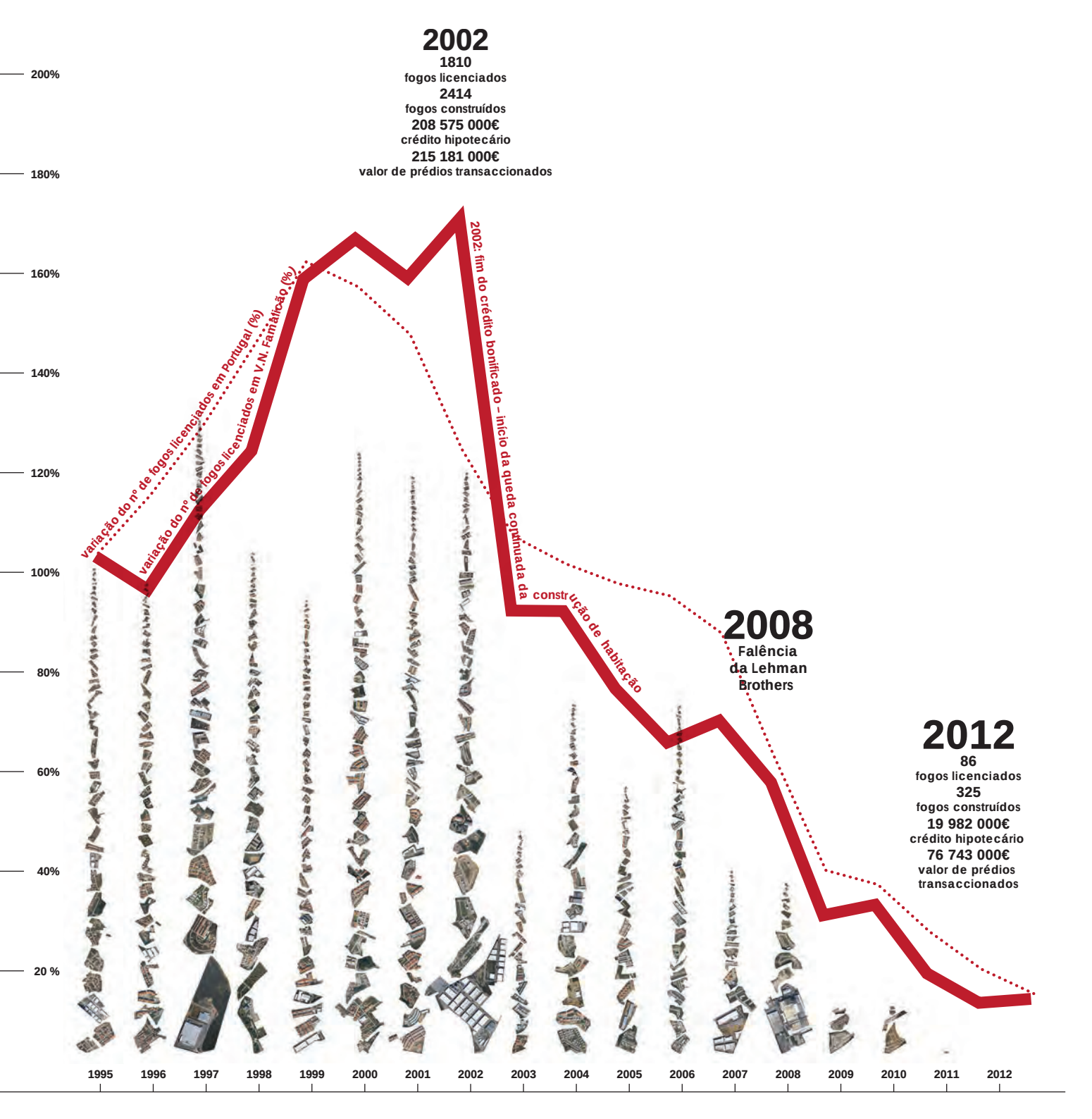
Agora, adivinha-se um novo ciclo de investimento: os juros baixos e o novo quadro comunitário de apoio empurram para a economia o excesso de liquidez acumulado. Não seguirá, no entanto, nem as mesmas lógicas nem as mesmas geografias do investimento das décadas passadas. Tudo parece difuso no que toca ao futuro desta cidade continuada: quais os novos actores e os novos modelos de negócio?, quais as novas necessidades e anseios da população?, qual o papel que se espera agora dos poderes públicos na acção de (re)urbanização destas áreas?

Sabemos muito pouco sobre o futuro deste território. Mas será aquele que, colectivamente, aí decidirmos construir. NT



Operações de loteamento licenciadas em V.N. Famalicão, por ano

1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994


2002
1810
fogos licenciados
2414
fogos construídos
208 575 000€
crédito hipotecário
215 181 000€
valor de prédios transaccionados
variação do nº de fogos licenciados em Portugal (%)
variação do nº de fogos licenciados em V.N. Famalicão (%)
2002: fim do crédito bonificado – início da queda continuada da construção de habitação
2008
Falência da Lehman Brothers
2012
86
fogos licenciados
325
fogos construídos
19 982 000€
crédito hipotecário
76 743 000€
valor de prédios transaccionados
200%
180%
160%
140%
120%
100%
80%
60%
40%
20 %
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012

Loteamentos e sua ligação ao nó da Variante Nascente de Famalicão

A Paisagem da Vaca

1. A paisagem da agricultura pré-moderna

A velha agricultura do Entre-Douro-e--Minho, longamente estabilizada depois da introdução das espécies sub-tropicais vindas das américas com os Descobrimentos – milho, feijão, abóbora, batata, tomate, etc. – atingiu a sua máxima complexidade enquanto sistema tecno-económico de base familiar em regime de auto-subsistência. A policultura intensiva durante todo o ano, o uso frequente e abundante de estrume e a rega constituíam os pilares de uma agricultura de elevadíssima produtividade, consumidora de trabalho permanente e aproveitando todas as possibilidades dos ritmos sazonais próprios dos climas atlântico-mediterânicos.

A mobilização das terras, para além dos terrenos aluvionares das veigas, dependia da construção de socalcos murados para retenção artificial de solo até onde a inclinação do terreno ou os afloramentos rochosos o permitissem. Os altos, mais frescos, ventosos, íngremes e pedregosos, tal como as encostas muito declivosas, eram o lugar para os matos usados para o fabrico do estrume pelo gado estabulado, e para o corte de árvores para lenha ou construção. Junto à casa, arrecadações e cortes, o gado miúdo, os animais de capoeira, o porco e a horta completavam o leque da produção de onde tudo se aproveitava e reciclava.

O recorte do socalco e da pequena parcela, a arquitectura da água – as levadas, os aquedutos, as fontes, os tanques, os bebedouros,… – a desmultiplicação dos caminhos para levar o carro aos campos e às casas, aos casais isolados, às grandes quintas e povoamento miúdo espalhado por todo o lado, explicam o detalhe de uma paisagem em filigrana onde a presença humana é ubíqua.

Em traços largos, e apesar da radicalidade das muitas transformações entretanto ocorridas, as características das paisagens de hoje ainda dão conta de algumas permanências que remontam ao velho país rural. A urbanização intensificou-se nas áreas agrícolas de fundo de vale e meia-encosta, colonizando o minifúndio e o sistema de caminhos; os lameiros e veigas, entretanto classificadas, ainda são as áreas onde a parcela e a propriedade agrícolas são maiores, e onde se verificam também as maiores extensões agrícolas contíguas; nas bouças, montes e matos onde antes se ia cortar o mato para o fabrico do estrume, domina agora o eucalipto. Do passado ficaram muros e socalcos, levadas de água entretanto entubadas, fontes e poços, caminhos que agora são asfaltados e infra-estruturados, campos que perderam as vinhas de arredor em latadas e enforcado…, mas, sobretudo, ficou o gosto pela horta, pelos jardins e pelos pomares.

Artur Pastor (1955-1970) Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

2. A desruralização

Esta ruralidade tradicional, que perdurou quase 400 anos, constituía um todo coerente definidor de uma forte identidade que chegou até nós – uma economia, uma cultura e uma paisagem. O período de permanência foi tão grande e aproximou-se tanto do nosso tempo, que muitos pensam que essas paisagens deviam ser para sempre, tal é a sua capacidade de produção de imaginário e de identidade. Não é assim. A persistência da subsistência, da pobreza, do escape da emigração, do atraso tecnológico e da mercantilização da produção agrícola é que foram retardando o processo de modernização e de ruptura com o sistema tradicional.

O final do Século XIX foi o tempo do crescimento da maquinofactura industrial, do crescimento do operário-camponês e da proletarização. Até hoje, o emprego na indústria e noutras actividades não agrícolas não parou de crescer e a economia mercantilizou-se e globalizou-se. Muitos emigraram em busca de maior rendimento e melhores condições de vida.

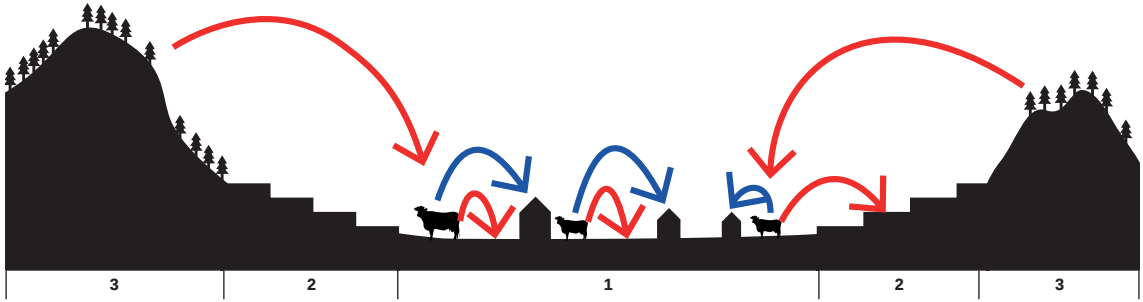
Esta combinação acelerou o processo de "desruralização", isto é, a desarticulação das condições que permitiam, ao mesmo tempo, a pequena produção agrícola familiar em regime de subsistência, os sistemas e tecnologias de produção e a gama de produtos, as práticas sociais e as visões do mundo camponês tradicional. As súbitas mudanças nas paisagens dos campos, das bouças, dos solares fidalgos ou das casas humildes, são resultado desse processo.

A economia agrícola perdeu centralidade, ocupando hoje um lugar residual no rendimento e no emprego, e o resultado dessa mutação pode claramente verificar-se por três derivas diferentes:

- Pela modernização da produção agrícola, implicando a especialização e a mudança nas tecnologias de produção e mercados. A produção leiteira integrada na fileira dos lacticínios, a viticultura e as culturas em estufa como as hortícolas, a floricultura, a groselha ou os morangos dominam estas novas tendências.

- Pela resistência da micro-agricultura nas hortas, pomares e pequenas explorações, caracterizando a urbanização dominante com o seu padrão de casas unifamiliares com terreno próprio. Intensidade, diversidade e auto-produção caracterizam esta agricultura de pequena escala que ora reproduz práticas e produções tradicionais, ora integra novas sementes, produtos, tecnologias e processos.

- Pelo abandono de terrenos onde se exploravam matos e alguma madeira, a favor do plantio intensivo do eucalipto e do pinheiro bravo ou, simplesmente, das espécies invasoras. Tratando-se de espécies florestais de baixo valor, é muito ténue a fronteira entre o abandono, a sub-exploração ou a exploração metódica. Nos terrenos mais pedregosos e íngremes, o eucalipto tende a perder interesse económico pelo custo de exploração, corte e transporte, diminuindo ou desaparecendo a manutenção florestal e progredindo o abandono. A ecologia do fogo é o resultado da fragilidade da economia. Nos terrenos pobres de xisto, mais ondulados e fáceis de trabalhar pelas máquinas, a produção industrial de eucalipto é viável e cresce em extensão.



1 - Terrenos aluvionares
2 - Agricultura em socalcos murados para retenção dos solos
3 - Matos para o fabrico de estrume pelo gado e para o corte de árvores para lenha ou construção

3. A Paisagem da Vaca

Pela sua radicalidade e clareza, a paisagem da vaca constitui o exemplo mais radical das transformações da paisagem agrícola provocadas pelo processo de modernização, i.e., pela racionalidade tecno-científica, pela mercantilização exposta a mercados e regulações não locais, pela incorporação constante de inovações tecnológicas e organizacionais, e pela integração em fileiras agro-industriais.

A paisagem da vaca é produzida pelo somatório das empresas que se ocupam da produção intensiva de leite. Diferentemente das velhas práticas agrícolas e dos seus equilíbrios em termos de uso de recursos, como água ou solo, as agriculturas intensivas envolvem ecologias e metabolismos mais problemáticos pela quantidade e qualidade das matérias que mobilizam e rejeitam. Se pensarmos nos cerca de 40 litros de leite que uma vaca leiteira produz por dia, facilmente nos daremos conta do que isso implica em termos de consumo de água e de resíduos orgânicos. Se pensarmos que o milho e o azevém são as bases da alimentação destes animais, perceberemos o porquê dessas culturas constituírem a maior produção agrícola da região e dominarem a paisagem deste território.

A paisagem da vaca é o resultado e o lugar onde esta economia e o seu sistema de produção se desenrolam – o *agro-negócio*, como se diz no Brasil. Por efeito da baixa de preços e do estímulo ao aumento da produtividade, a produção intensiva de leite implica a estabulação das vacas, a regulação e certificação dos procedimentos, a crescente integração numa fileira de actividades cada vez mais global:

- O mercado das sementes, sobretudo do milho para ensilagem cujo cultivo ocupa os campos no Verão, pertence a multinacionais como a Pioneer ou a Monsanto; o azevém, a cultura de Inverno, incorpora também uma parcela cada vez maior de sementes compradas; os adubos, herbicidas e correctores de solo são também produzidos por empresas globais.

- Cerca de metade daquilo que as vacas consomem em rações e suplementos é importado e em parte misturado e reprocessado por empresas nacionais especializadas.

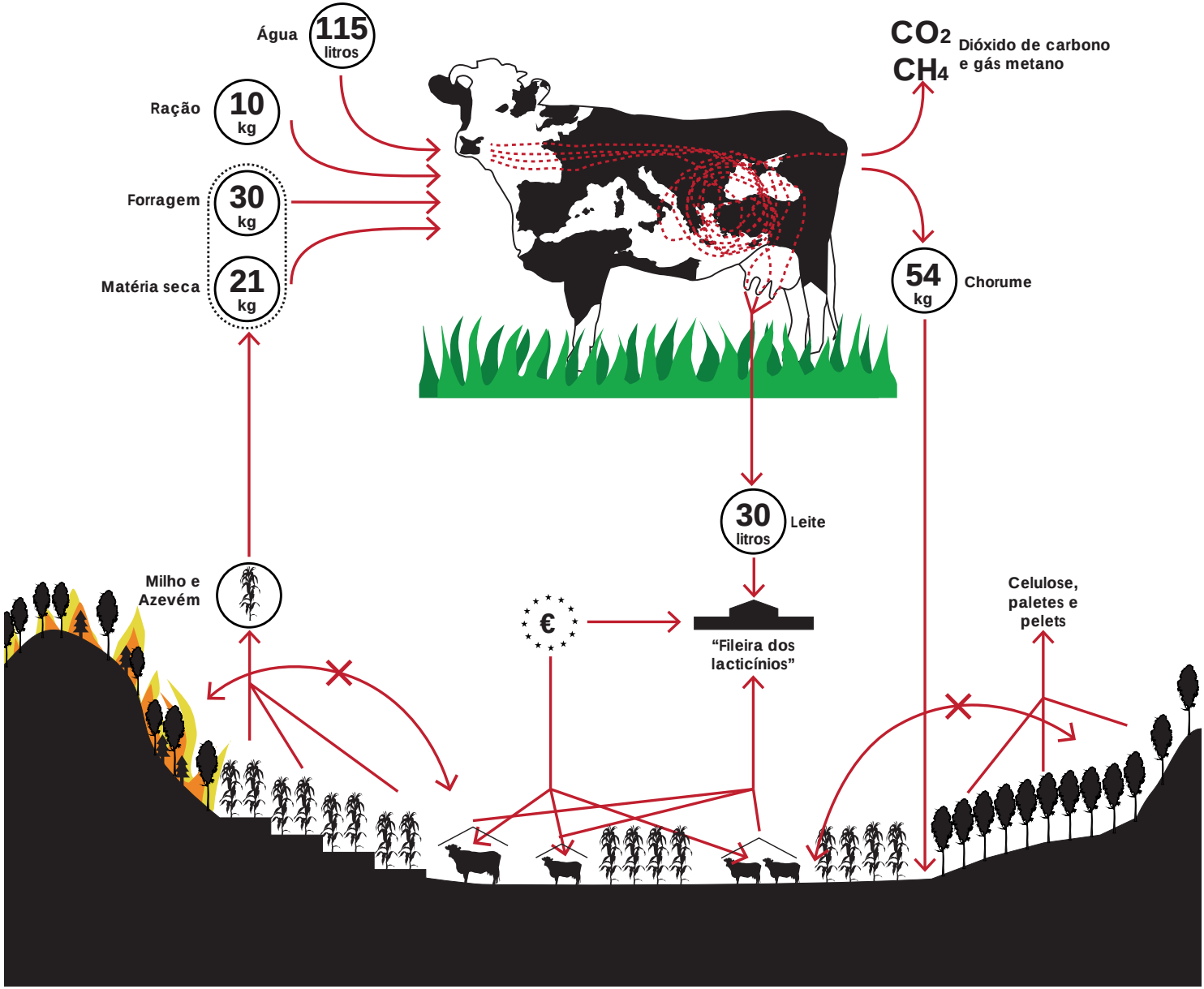
- Os animais são de raça apurada por multinacionais da especialidade – sobretudo a Holstein-Frísia – e a sua reprodução é feita por inseminação artificial usando sémen de touros cujo valor se disputa no mercado mundial e cujas características são monitorizadas através da análise permanente da performance da sua linhagem. A reprodução, a saúde e a alimentação envolvem profissionais de veterinária e procedimentos validados ao nível da UE.

- A maquinaria – tractores, misturadores de ração, ordenhas robóticas, sistemas de rega, armazenamento de leite e sistema de frio, etc. – provém de fornecedores especializados.

Na base da fileira dos lacticínios, os produtores são apenas uma peça da gigantesca engrenagem que passa pelas grandes empresas industriais de leite e lacticínios, pelos grandes distribuidores de comércio alimentar, pelas modificações na PAC e pelos interesses dos mercados globais do sector. Por isso são tão radicais as transformações da paisagem da agricultura e a forma como isso é discutido na esfera pública, trate-se de transgénicos, segurança alimentar, degradação dos solos, perda de biodiversidade, ou do fim das cotas leiteiras.

Contrariamente aos longos períodos de estabilidade da agricultura tradicional e da sua grande dependência dos factores naturais de clima e solo, a agricultura moderna segue múltiplas vias de transformação ao nível dos produtos, processos de fabrico e mercados, com uma constante incorporação de inovações e de turbulência nos mercados. A paisagem é local mas não aquilo que a constrói. AD,IPM

O que faz uma vaca europeia de 650 kg estabulada no Vale do Ave?



Depois das graças da bucólica ridente

(...) porque o viajante sobe despreocupado a colina de Ribeirão, e vai adoravelmente enfeitiçado; mas depois sahe-lhe a Terra Negra pela frente! (…) O Senhor dos Perdões, segundo a lenda, foi mandado levantar por um viajante que escapou aos salteadores, levando muito dinheiro comsigo. (...) Ora ahi tem, pois, como o terror da Terra Negra justifica o feitiço do valle de Ribeirão; de resto deve dizer-se que o scenario está perfeitamente adequado aos dramas lendários do assassinato e do roubo. O tablado do palco, de terra carbonífera, é realmente negro, no rigoroso sentido da palavra, e a massa escura do pinhal basto, encobrindo os luminosos sorrisos do horisonte, prepara uma mise-en-scene digna de salteadores à mão armada. Mas, adiante logo, o scenario muda, e os pensamentos sinistros batem em debandada, quando as quintas, as correntes de água, os campos cultivados de S. Juliao do Calendário, a que pertence já a estação da linha férrea, abrem para nós todas as graças da bucólica ridente. E estamos em Famalicão!

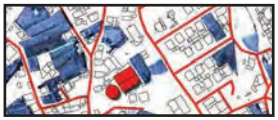
José Augusto VIEIRA (1886), *O Minho Pittoresco,* Lisboa: Livraria António Maria Pereira Editor, 1886, tomo II, p. 106.

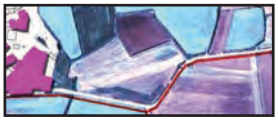
Passada a assombração da Terra Negra por caminhos de Ribeirão e Lousado, José Augusto Vieira retoma a atmosfera arcadiana do "Minho Pittoresco". Entretanto, o *scenario* também mudou muito. Nunca o Senhor dos Perdões viu passar tantos camiões e tanta gente na N14! Hoje, a Terra Negra é o contrário da imagem negativa que as lendas românticas lhe atribuíram. Entre Lousado e Fradelos vai uma dinâmica e uma diversidade de formas e funções cuja complexidade desafia qualquer sistema de ordenamento do território. Dir-se-ia que Casa Comum entrou em deriva. O mosaico territorial instável, diverso e contrastado, devolve-nos uma fisionomia de paisagem com uma genética compósita que não responde às habituais codificações do rural, urbano, industrial, natural…, e outros qualificativos que perderam a pureza da linhagem. São paisagens transgénicas onde cada coisa nova – infra-estruturas, casas, culturas agrícolas, floresta, terrenos abandonados, empresas, escolas… – vai ocupando o seu lugar, usando estruturas e serviços

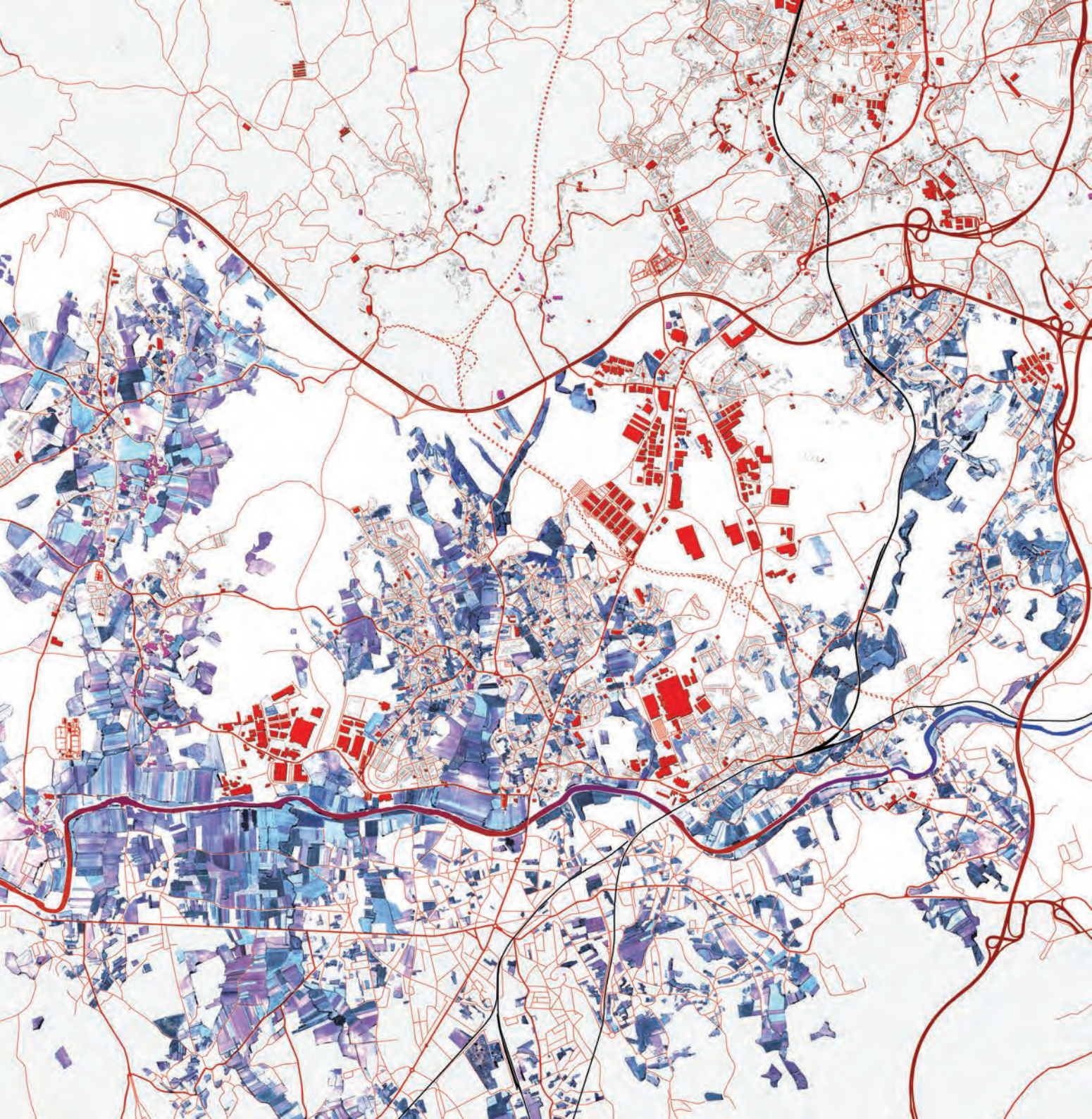
Chaves de leitura

Zonas Industriais

Lousado


Urbanização Extensiva
(Zonas Excepcionais)


Paisagens de silagem



comuns – sistemas sócio-técnicos como as redes de transporte e mobilidade de pessoas, mercadorias, informação, energia, água, esgoto, etc. – e participando de um ecossistema em construção. Os contrastes e a variedade dos mosaicos de paisagem, a alternância entre os terrenos planos de aluvião e os declives das zonas de floresta e bravio, o número e a dimensão das empresas aqui localizadas, a densidade da malha capilar viária, o caminho-de-ferro e as auto-estradas, a Rua da Estrada que é a N14, o rio Ave e os seus afluentes, a dispersão do casario…, tudo contribui para que a impressão primeira seja a de uma grande colagem, de um somatório de peças onde a ideia do comum é ultrapassada pela sensação da casuística do espalhamento das coisas pertencentes a universos distintos que entre si conflituam. Este défice de percepção e a dificuldade em equacionar uma identidade partilhada devem ser urgentemente ultrapassados. No entanto, o emprego – um bem comum fundamental – é afinal um dos trunfos presentes. O conflito, habitualmente tido como coisa negativa, é sinal claro da própria definição das coisas públicas, onde interesses distintos se sobrepõem. Por isso se diz que a sua gestão é uma das funções principais da política. É o conflito que assinala os critérios de justiça e a desigualdade dos interesses, que clarifica a identidade dos actores em jogo, que mede a sua capacidade de influência e persuasão, que expõe consensos, razões e contradições, plataformas de discussão, cedência, negociação, acordo. A tradição do planeamento nas Sociais-Democracias Europeias parte de um modelo de Estado-Nação com uma grande centralidade do Estado na regulação das coisas públicas. O cenário actual caminha inversamente: o Estado-Nação dilui-se em sistemas supranacionais como a União Europeia e num sem número de tratados e acordos mais ou menos globais; o capitalismo liberal está a colonizar o Estado e as suas funções com a rápida privatização de bens e serviços públicos misturada com uma diversidade de formas de concessão e de parceria público-privada. A mercantilização dos bens públicos – da energia às auto-estradas, à saúde ou à distribuição de água - ameaça toda a construção ideológica e jurídica contida nos pressupostos de equidade, justiça social e interesse público de que emana a legislação actual sobre solos e planeamento. Em caso de conflito, num sistema capitalista liberal, vale o que tiver maior retorno e ganha quem mais puder pagar. Fica apenas o "Estado regulador", sem se saber de quê ou como. Por sua vez, o cidadão é fatiado enquanto "utente", "contribuinte" ou "cliente" e assim se dissipam princípios de ética e política. Discutir e repetir abstracções como "desenvolvimento sustentável", "ambiente" ou "cenários articulados" não adianta muito e até esvazia o pouco sentido que essas palavras já têm de tantas vezes que são usadas como manobra de distração para o que na realidade se passa. Por isso a "Casa Comum" é tão importante – definir "o comum" e a sua expressão no quadro de vida de todos os dias é a única forma de percebermos como podemos posicionar-nos e, de facto, participar, nas decisões que estão ao nosso alcance.

Zonas Industriais

As Zonas Industriais de Lousado e Ribeirão ocupam cerca de 484 ha com possibilidade de expansão de mais 200; os valores do emprego directo rondarão os 8300 trabalhadores, com elevadas expectativas de crescimento. Existe uma enorme diversidade de actividades – fabrico de pneus, têxtil-vestuário, óptica de precisão, transformação de carnes, comércio grossista e retalho, transportes, armazenamento e outras, responsáveis pelo peso elevado que o concelho tem nas exportações portuguesas (3º lugar e 1º ao nível da Região do Norte). Esta concentração económica provoca uma sobre-pressão sobre a N14, a que se liga uma malha frágil de vias menores – passarão aí cerca de 1400 veículos pesados e 30 000 ligeiros (tráfego médio diário. Torna-se, assim, urgente a construção de uma variante à N14 e de uma ligação à A7 e, indirectamente, à A3. De resto, foi essa expectativa que explicou a procura desta localização e a sua elevada atractividade. São comuns no planeamento estes desacertos entre instituições que regulam o uso do solo e o investimento público, neste caso o município e o Ministério das Obras Públicas.

Lousado

Em 1875 é inaugurada a estação ferroviária sobre a linha do Minho entre Porto e Nine (incluindo o ramal de Braga); em 1883 abre à exploração a ligação Trofa-Vizela pertencente à Linha de Guimarães.

A reduzida importância do comboio em termos de transporte de mercadorias e passageiros não favoreceu Lousado como seria de esperar, mas quando em finais dos anos 40 o regime de Salazar pretendia substituir importações e dinamizar a economia das colónias através da transformação do algodão e da borracha, foi em Lousado que se localizou a MABOR, Manufactura Nacional de Borracha e a ITA, Indústria Têxtil do Ave. Foi na terra do Cardeal Cerejeira que, com borracha e telas, se começou então a fazer pneus. Na cabeça do Cardeal e do regime da ditadura, seria a industrialização nos campos sem consciência operária e sindicatos, segundo os preceitos do modelo corporativo e a mitologia ruralista de Salazar: "*aqueles que não se deixam obcecar pela miragem do enriquecimento indefinido, mas aspiram, acima de tudo, a uma vida que embora modesta seja suficiente, sã, presa à terra, não poderiam nunca seguir por caminhos em que a agricultura cedesse à indústria*"[1].

Urbanização Extensiva – lugares excepcionais

Os lugares de memória – igrejas, capelas e pequenos monumentos religiosos, esculturas e memoriais, cemitérios –, as escolas, equipamentos desportivos, centros de saúde, juntas de freguesia, jardins…, são os condensadores mais distintos da urbanização extensiva. Esta urbanização de pequena escala suportada por uma malha fina e ramificada de vias, distingue-se dos grandes volumes edificados da indústria e logística, e separa-se nitidamente das terras de bravio e floresta e das veigas agrícolas de maior expressão. Apesar da densificação recente, notam-se ainda as velhas lógicas do povoamento rural que distribuía as casas no limite entre agras e terrenos de lavoura e montes. Contando com o nível de infra-estruturação e diversidade de funções de proximidade, é de manter este equilíbrio de densidade e uso do solo, onde abundam quintais e hortas. Santa Ana, em Ribeirão, é um dos lugares excepcionais que pontuam a geografia da urbanização extensiva que se espalha por Fradelos, Ribeirão e Lousado.

Paisagens de silagem

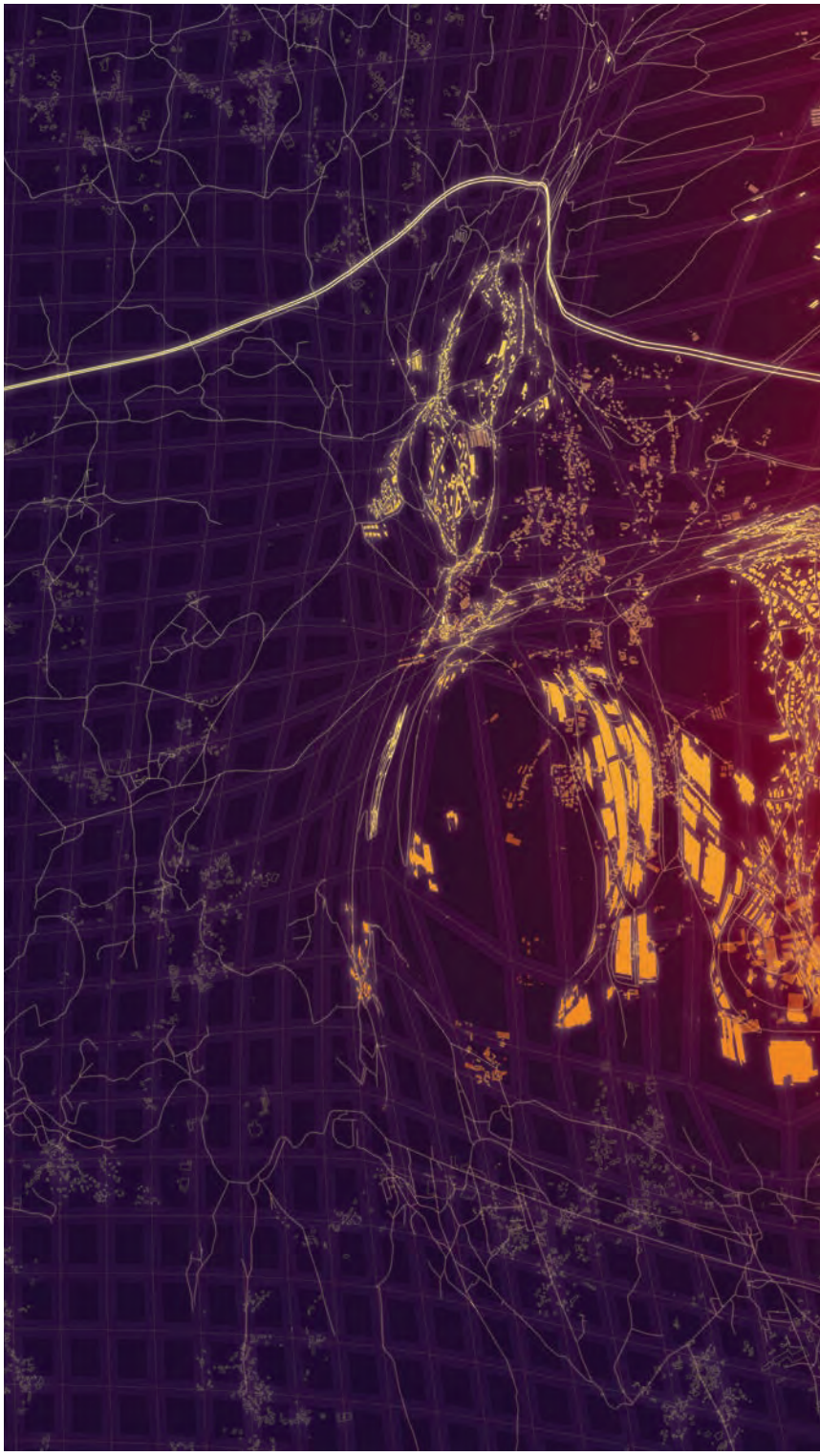
O sistema de estabulação associado à produção intensiva do leite está a produzir uma nova paisagem que parte dos imperativos económicos e tecnológicos que regulam o mercado leiteiro. e as tecnologias e sistemas de produção. Os produtores directos estão na base da pirâmide do negócio do leite e derivados, com preços cada vez mais esmagados. O aumento da incorporação de silagem produzida directamente é uma forma de diminuir custos de produção e aumentar a qualidade e quantidade de leite. Enquanto isto, e por razões distintas, o licenciamento de uma vacaria pode tornar-se um labirinto burocrático onde participam o município, as delegações regionais de saúde, veterinária, ambiente e ordenamento do território, agricultura… Se o estábulo está na Reserva Agrícola ou na Ecológica e perto de uma habitação ou aglomerado, as coisas complicam-se ainda mais.

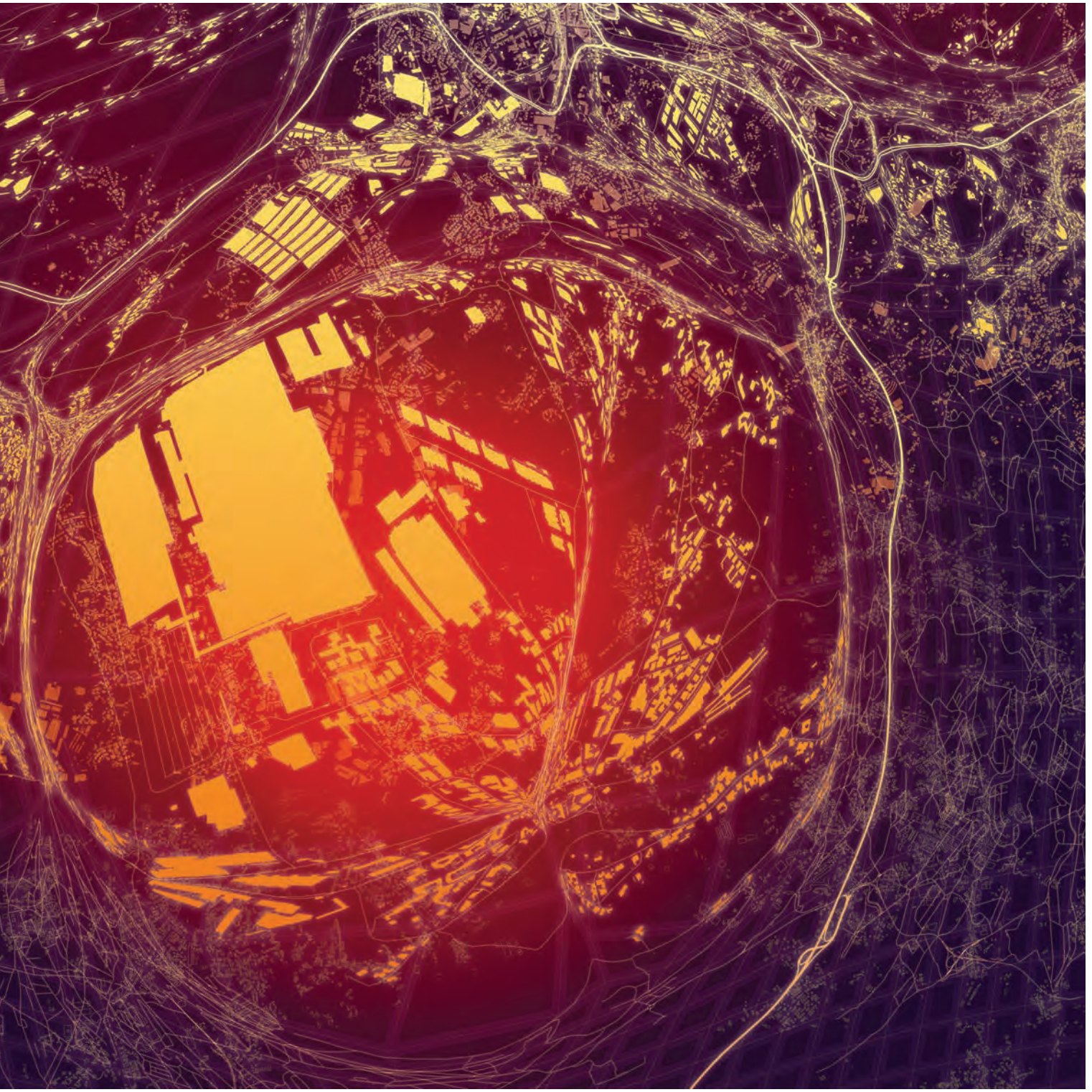
Talvez não seja mau rever a questão.

1 Discurso de Oliveira Salazar, 1953, citado em ROSAS, Fernando (2001), "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo", *Análise Social,* vol. XXXV (157), 2001, p. 1031-1054.

Vila Nova de Famalicão - Emprego em empresas privadas com mais de 150.000€ de facturação em 2012

A distorção deste mapa obtém-se a partir de uma quadrícula regular que é deformada proporcionalmente à importância do volume de emprego aí localizado. Junto com a quadrícula, aquilo que está representado – neste caso a rede viária e a planta do edificado – ficará também distorcido. Não se trata por isso de uma representação distorcida da realidade mas de uma ficção gráfica que constrói a assimetria da real distribuição geográfica do emprego em empresas privadas que se localizam na parte Sul do concelho de Famalicão (veja-se o mapa não distorcido que representa a mesma área). Salientam-se duas questões importantes: a importância da concentração do emprego de um lado e de outro da N14 nas zonas industriais de Lousado e Ribeirão; a pouca expressão da área central do Município de Vila Nova de Famalicão-cidade. Esta última questão explica-se facilmente pelo facto do emprego público não estar registado neste mapa. A centralidade urbana, que explica os efeitos de polarização, aglomeração e atração, deve-se à quantidade e diversidade de funções de comércio e serviços onde os equipamentos públicos ganham uma relevância especial. A dimensão da importância do emprego em Lousado/Ribeirão é concordante com a percepção que habitualmente se tem da questão – trata-se de uma zona fortemente pressionada com elevadas cargas urbanas que complicam a mobilidade de pessoas e mercadorias. Resolvida esta questão, no futuro, o desafio é o da qualificação urbanística, evitando a convencionalidade e a pobreza do desenho que habitualmente se usa nos espaços industriais, e favorecendo a diversidade de funções, paisagens e ambiências que estes lugares contêm. AD,DS





VALE DO GUISANDO
VALE DO PELHE
POR ENTRE MO
Por entre mo

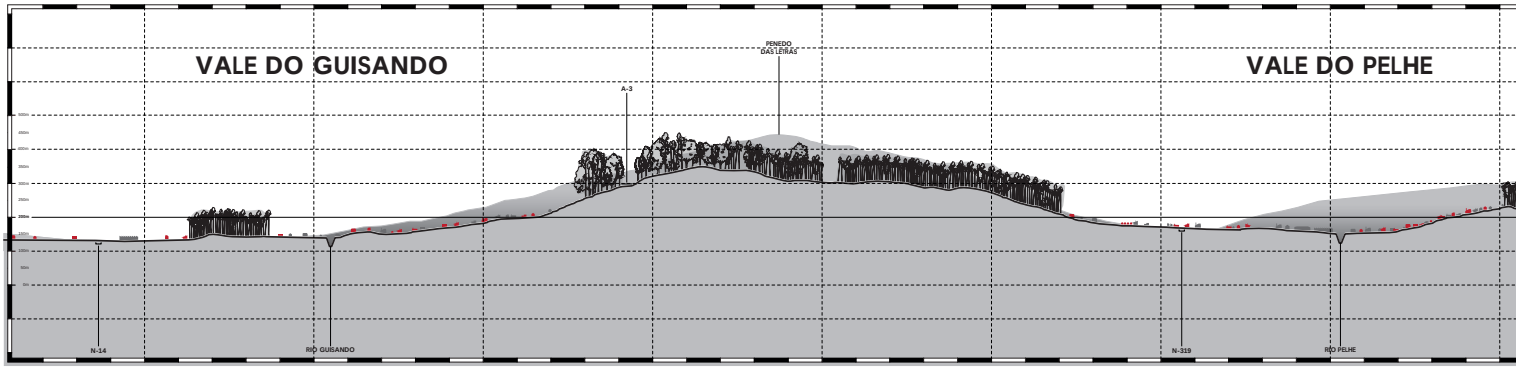
ontes e vales

Por entre vales e montes

O território da cidade continuada é produto da sobreposição e inter-relação de materiais múltiplos e díspares – casas, loteamentos e fábricas; ruas, estradas e auto-estradas; jardins, hortas e pomares; estufas, campos de milho e de vinha; rios, ribeiros e grandes manchas de eucaliptos.

Esta simultaneidade de coisas é também produto de dinâmicas, processos e actores, das mais variadas naturezas e escalas, que todos os dias transformam este território desde há muito tempo. Mudam-se os tempos, mudam-se as paisagens, diria Camões.

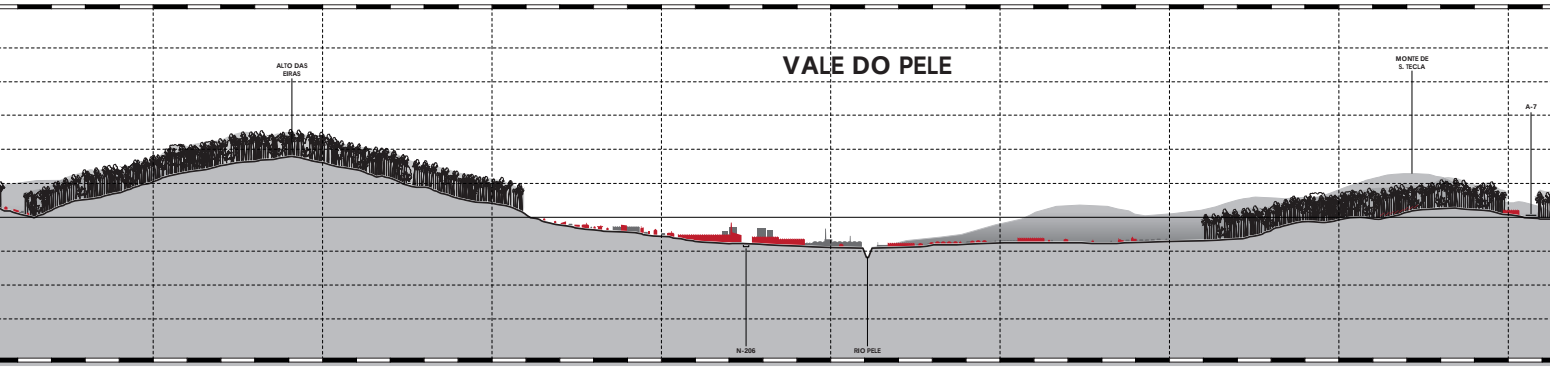
A imagem que aqui se apresenta serve de exemplo e pretende dar nota desta diversidade: uma tentativa de síntese. Ao mesmo tempo que representam os múltiplos materiais físicos que compõem este fragmento de território, dá-se nota de algumas das dinâmicas que o produzem. Quantificam-se vacas leiteiras, incêndios florestais, fogos licenciados em loteamento, emprego e facturação do sector privado e os veículos que atravessam diariamente as principais vias. Pretende-



-se, deste modo, ilustrar o modo como as diferentes dinâmicas tratadas ao longo da exposição aqui se espacializam e entrecruzam.

E no entanto, desta sobreposição e multiplicidade emerge uma estrutura evidente, uma espécie de teclado que alterna vales e montes. Quatro rios paralelos definem quatro vales, divididos entre si por extensas manchas arborizadas que cobrem quase todos os terrenos localizados acima da cota 200 m, onde ocorrem afloramentos de rocha e declives acentuados. À cota baixa, os terrenos cultivados de pequena dimensão alternam com o edificado de grão miúdo, do qual se destacam os grandes contentores fabris. Uma densa malha viária, apoiada nas estradas principais que correm paralelas aos rios, suporta esta ocupação e organiza os principais sistemas e redes infra-estruturais necessários às funcionalidades simples de uma casa ou à complexidade de uma fábrica.

Tudo é claro e tudo tem ordem, portanto.



Números espacializados

Área ardida em incêndios florestais (dados de 1999 a 2013)

Trânsito diário de veículos pesados

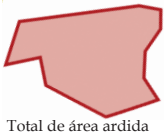
Trânsito diário de veículos ligeiros

Número de fogos em operações de loteamento (dados de 1965 a 2013)

Número de empregados em empresas com facturação superior a 150 000€ (dados de 2012)

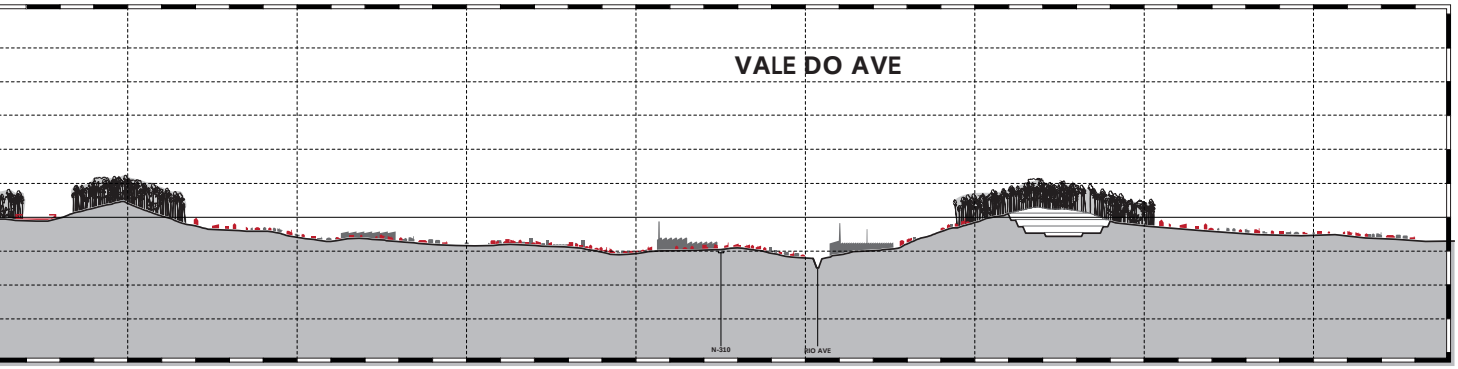
Facturação em empresas com facturação superior a 150 000€ (dados de 2012)

Vacarias com mais de 20 cabeças



Total de área ardida (dados de 1999 a 2013)

Perímetro de operações de loteamento licenciadas (dados de 1999 a 2013)

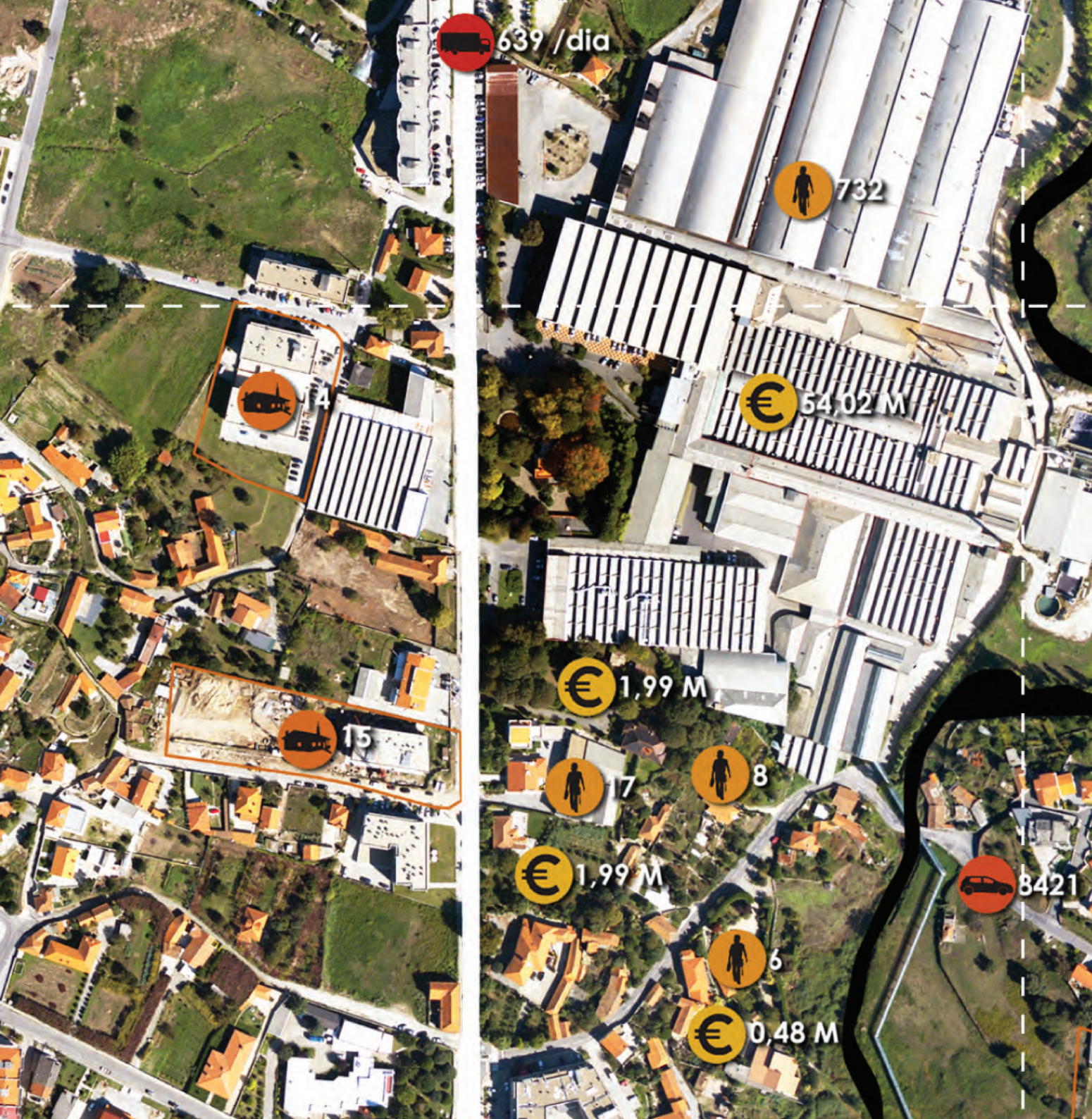


A-3
BRAGA
N-101
BRAGA
PINHEIRO
PINHEIRO
DAS LEIRAS
Território
Casa Comum
POR ENTRE MONTES E VALES
NÚMEROS ESPACIALIZADOS:
RIO
VELHO
N-14
PORTO
A-3
PORTO
N-319
PORTO

POR ENTRE MONTES E VALES
N-206
GUIMARÃES
ALTO DAS
BRÃS
RIO
PELE
N-206
NOVIDA V.
A-7
V. DO CONDE

A7
GUIMARÃES
VIM
VIZELA
VIM
VIZELA
RIO
AVE

2


639 /dia
732
4
54,02 M
1,99 M
15
7
8
1,99 M
8421
6
0,48 M

Postais d

o território

Postais do Território

Desde meados do século XIX, quando o caminho-de-ferro começa a facilitar as viagens, as estradas se melhoram e as viagens marítimas de longo curso se tornam regulares, que o postal ilustrado é um meio popular de circulação de imagens e recordações de outras paragens.

Basta consultar revistas como o *Archivo Pittoresco* (publicado entre 1863 e 1867) para entender a origem das imagens que povoavam os primeiros postais ilustrados. Seguindo o gosto do romantismo europeu, as gravuras e fotografias dos monumentos, das ruínas, das paisagens e cenas pitorescas, do trabalho dos campos, das termas, das estâncias balneares, das feiras ou das romarias…, eram usadas para dar a ver os locais para onde o *touriste* viajava. A popularização do bilhete-postal tornou-se assim um veículo importante para fixar e divulgar identidades e ambientes locais, através da construção de um imaginário colectivo facilmente partilhável.

Hoje o postal é menos utilizado – a fotografia e a circulação de imagens produzem-se e divulgam-se intensamente por outros suportes de comunicação, difundindo uma variedade enorme de motivos, desde os que revisitam as coisas de sempre, à subjectividade das *selfies* e tudo o que alimenta o regime caudaloso das redes sociais.

Os postais da exposição "Território: Casa Comum" pretendem retomar a tradição do velho postal ilustrado: dar a ver coisas novas. Trata-se de construir discursos visuais e narrativas sobre a outra Vila Nova de Famalicão, a que fica para lá dos parques e jardins, monumentos notáveis ou edifícios icónicos – afinal, a maior parte do território e o quadro de vida da maioria dos famalicenses.

A falência da velha dicotomia cidade/campo deixou uma espécie de trauma de perda – aprecia-se a cidade antiga, um velho moinho junto ao rio ou uma casa solarenga – que em tudo que é recente vê estragação e caos e por isso mitifica o passado como um paraíso perdido. As fábricas, as estufas, os campos de azevém ou de milho entre casas e vacarias, tudo o que se pode imaginar ao longo das estradas, os nós de auto-estrada, os parques empresariais..., em suma, a banalidade de quotidiano, deixou de ser legível enquanto factor de auto-estima e de construção de uma identidade colectiva – caminha-se a passos largos para um certo desencantamento ou indiferença.

O estranhamento ou, muitas vezes, a total incompreensibilidade sobre o que se está a passar mesmo ao lado, não é uma base de partilha para uma sociedade se reconhecer no território que se constrói todos os dias e que todos os dias dá sinais do movimento do mundo e das suas marcas locais.

Os novos postais pretendem reconstruir imagens e códigos de leitura dessa indiferença ou banalidade. São instantâneos da diversidade que se dá a ver e a conhecer e que pertencem a uma realidade que é inabarcável como um poliedro de infinitas faces que só se desvendam quando se iluminam. A função do postal, electrónico ou analógico, mantém-se, por isso, a mesma: dar a ver aquilo que queremos partilhar, as coisas de todos os dias

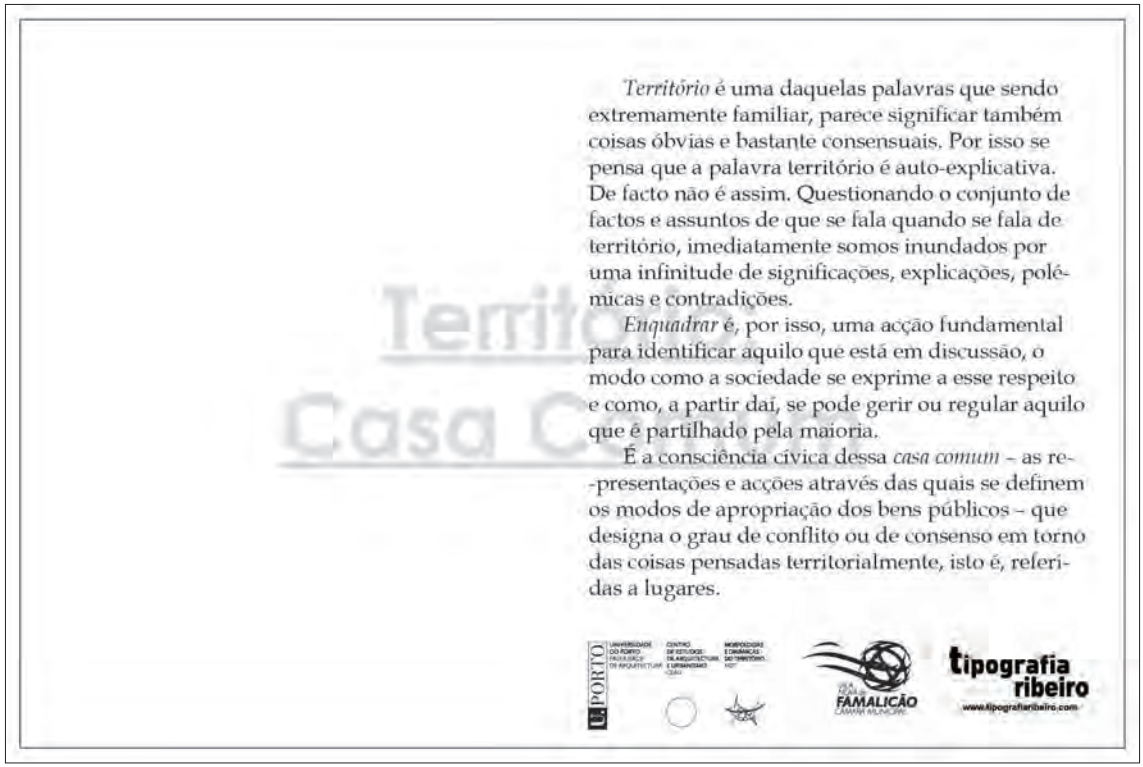
e, sobretudo, as coisas extraordinárias que aí se escondem – retratos da casa comum.

De seguida, apresentam-se oito dos postais que acompanham a exposição e que ilustram algumas faces visíveis desse poliedro. O que se pretendia com os postais era exactamente captar aquele registo muito afectivo de quem envia um postal de uma paisagem a alguém com quem gostava de ali estar para, decididamente, a paisagem ser um estado de alma. Assim, o registo colectivo e político da *casa comum* expande-se também para o universo mais subjectivo, podendo enriquecer-se de outros sentidos e experiências. **AD**

1. Território: Casa Comum

"Território: Casa Comum" é o primeiro postal. Trata fundamentalmente de *enquadrar*, de dar legibilidade e inteligibilidade a coisas e assuntos referidos a lugares e circunstâncias. Dentro da infinidade de coisas que se podem dizer acerca do que é o território e a paisagem, o acto de enquadrar corresponde a uma intenção de dar a ver, explicitar aquilo que se pode reconhecer e que constituirá uma base comum, partilhada e argumentada e que só assim poderá ser objecto de deliberação. Diz Jacques Rancière, a propósito da estética e da política como partilha do sensível:

"Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. (…) A partilha do sensível é um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem a competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo."[1]



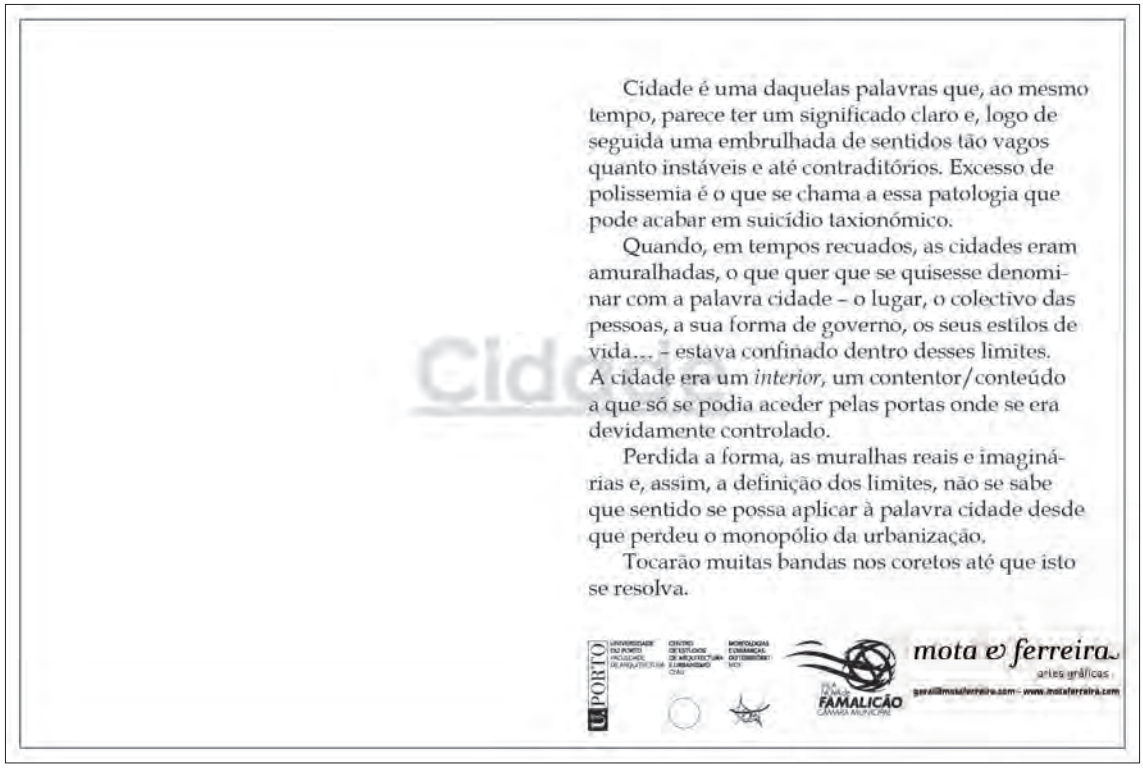
No discurso e na representação da paisagem, é também de construção e partilha do sensível que se trata; da tomada de consciência cívica dessa "casa comum" – os factos, os assuntos, as narrativas, as representações e acções através das quais se definem os modos de apropriação daquilo que é percebido como colectivo. A maior ou menor dificuldade em organizar um discurso sobre a paisagem é um bom indicador para designar o grau de conflito ou de consenso em torno das coisas pensadas territorialmente/ paisagisticamente, i.e., referidas a lugares e a modos de os experienciar.

1 RANCIÈRE, Jacques – *Estética e Política: a partilha do sensível*. Porto: Dafne, 2010, p. 15.

2. Cidade

Cidade e rural (o postal seguinte) apresentam-se com um duplo objectivo: esclarecer algumas questões recorrentes acerca desses dois conceitos opostos e extremamente confusos; e ultrapassar uma espécie de trauma da perda de imaginários de campos e de cidades ideais que nunca existiram mas que estão constantemente a aflorar para exprimir incompreensões e contrariedades sobre os lugares onde se vive.

O principal obstáculo ao entendimento da urbanização contemporânea é a dificuldade de a desligar da ideia de cidade enquanto ideal-tipo. A cidade enquanto forma, centro e limite – enquanto aglomerado denso, contido no interior da muralha ou de outro limite nítido de lugar – deu lugar à urbanização extensiva com a variedade de morfologias e descontinuidades que a caracteriza. A cidade perdeu o monopólio da urbanização. A *civitas*, a *urbis* ou a *polis* deixaram de ser um "interior" nitidamente confinado no seu limite – a urbanização há muito que é um "exterior", um processo que ocorre nos mais variados contextos, formas e extensões.



No entanto, em vez de se procurar saber porque é assim a nova urbanidade, repisa-se o trauma da perda da velha cidade, idolatram-se os centros históricos, transformam-se em destinos turísticos e quase parques temáticos, e condena-se tudo o resto ao caos, à banalidade e à anomia. Estes são poderosos entraves culturais que enviesam completamente qualquer tentativa de compreensão das paisagens da urbanização extensiva.

3. Rural

Do mesmo modo que há uma nostalgia da cidade velha, haverá a nostalgia de uma ruralidade mítica; uma espécie de uma saudade de algo que não se conheceu, que nunca foi experienciado e que se "perdeu".

Entretanto, sobretudo a partir da década 1960, a desruralização, i.e., o desaparecer ou a mutação dos três pilares da ruralidade (a economia agrícola, a cultura camponesa e a paisagem rural), deixou a palavra órfã. Ficou apenas a retórica da ruralidade a flutuar, descolada da realidade que designava. O efeito é duplamente negativo: constroem-se discursos e representações completamente enviesadas da realidade e fica muito pouco espaço para entender a mutação acelerada que vai entre o abandono total e as agriculturas hiper-modernas, (bio)tecnológicas e movidas por mercados globais.

Quando o sentido desta palavra era claro, o "rural" designava três questões em simultâneo:

- A base da economia do rural era a agricultura familiar de subsistência. Predominava a policultura, associada com a criação de animais domésticos e com a exploração de recursos florestais; a gestão da escassez explicava engenhosos processos de com o menos, fazer mais. O fabrico artesanal de roupas, alfaias agrícolas e outros objectos de uso corrente, dominava, face àquilo que era comprado no mercado.

- Por cultura rural entendia-se normalmente a cultura camponesa com os seus tradicionalismos, o fechamento sobre si, a forte religiosidade, a importância da família e dos valores do trabalho e de uma visão do mundo limitada pela experiência quotidiana. Prevaleciam os traços de pré-modernidade, do sentido da comunidade e de um certo afastamento face ao exterior e ao estranho. A estabilidade dessas culturas criou traços identitários fortes e contrastados.

- A paisagem, a fisionomia do território, completava esta triologia, funcionando como uma espécie de registo cruzado entre determinadas características naturais (clima, solo, topografia, hidrografia, vegetação natural, etc.), e as transformações resultantes dos processos e tecnologias de produção de plantas e animais. Tecnologicamente pouco avançada, esta agricultura tinha uma forte dependência das condições naturais, contrariada pela persistência de séculos a construir e manter socalcos, sistemas de rega, enriquecimento de solos, adaptação de espécies, etc. As casas e outras construções revelavam os mesmos traços de tradicionalismo e permanência, reproduzindo arquitecturas, formas de construir e materiais que resistiram até à banalização dos produtos e técnicas de construção modernos e à possibilidade de os adquirir no mercado. Os agricultores eram os jardineiros da paisagem.

Por aqui se pode aquilatar o carácter "totalizante" do sentido da palavra rural. Qualquer elemento desta triologia de assuntos facilmente bastaria para designar o todo. Uma árvore bastaria para evocar toda a floresta.

mota e ferreira
artes gráficas

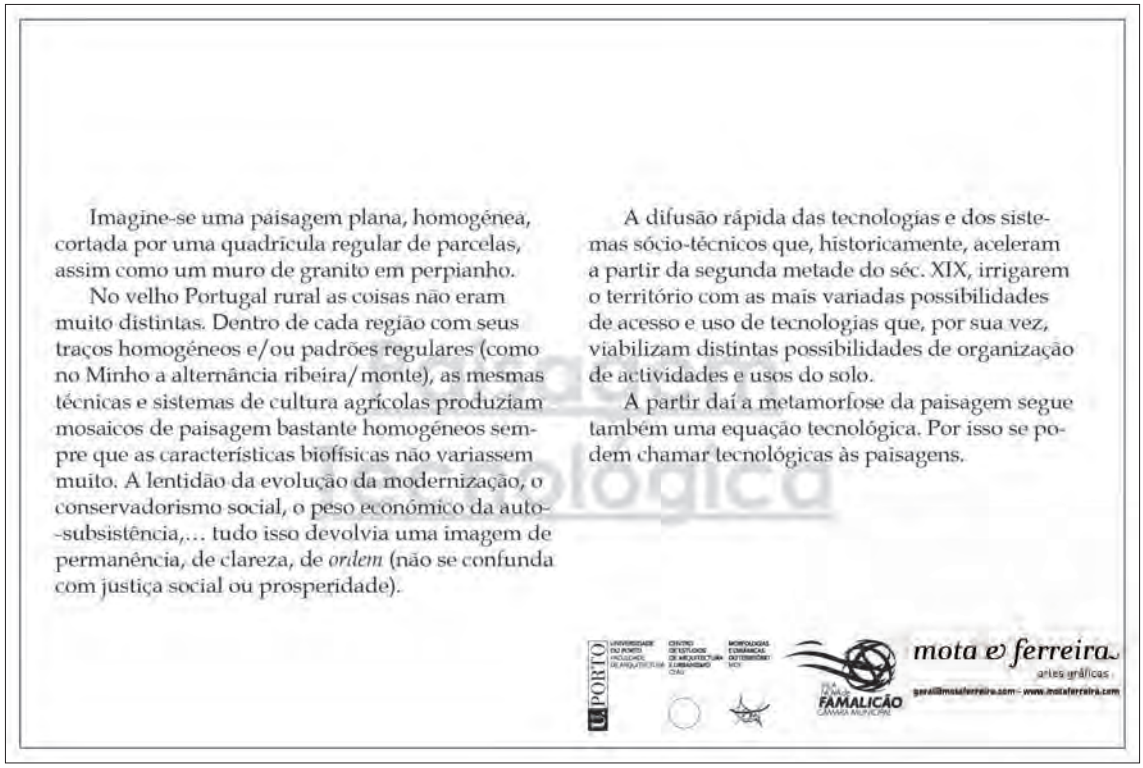
Está por inventar uma forma de ultrapassar a dicotomia urbano/rural como categorias hegemónicas e mutuamente exclusivas de categorização das paisagens. Transgénicas é uma forma de designar paisagens compósitas onde se reconhece ADN das mais diversas proveniências e temporalidades.

4. Paisagem Tecnológica

Paisagem Tecnológica é um conceito que serve sobretudo para falar da modernização.

As visões mais comuns de paisagem estão conotadas com o passado e, no caso de Portugal, com um contexto de pré-modernidade. A resistência da ruralidade tradicional até ao início da década de 1960, juntamente com a propaganda do regime salazarista sobre o país rural dos brandos costumes, deixou um legado tradicionalista persistente sobre as paisagens.[1]

O processo de modernização (tardio em Portugal e muito assimétrico territorialmente), nas suas várias facetas de intensificação tecnológica, racionalidade, mercantilização, corte com a tradição…, implica um entendimento próprio do território. Onde antes dominavam os factores biofísicos e actividades muito relacionadas, como a agricultura, existem hoje os mais diversos sistemas sócio-técnicos – redes de comunicação de pessoas, mercadorias, informação, energia – sistemas infra-estruturais convencionais como uma rede de água ao domicílio, ou sistemas avançados como uma rede de telecomunicações em fios. A mercantilização traz consigo a concorrência ao nível global e acelera a intensificação tecnológica nos vários processos de



produção, desde a pecuária intensiva às culturas forçadas ou à automação industrial.[2] O território e a sua transformação são cada vez mais função dessa intensificação.

Agora a modernização vai distribuindo e acumulando próteses tecnológicas cada vez mais variadas e estendidas por territórios vastos. Desse sistema de próteses depende muito aquilo que pode viabilizar novas economias e processos de territorialização.

1 DOMINGUES, Álvaro - *Vida no Campo.* Porto: Dafne, 2012
BAPTISTA, Fernado Oliveira - "Declínio de um Tempo Longo", in BRITO, Joaquim Pais de, BAPTISTA, Fernado Oliveira e PEREIRA, Benjamim Enes (Coord), *O Voo do Arado*, Lisboa: MNE, 1996, p. 35-75.

2 Cf, sobre a paisagem tecnológica do Alto Douro Vinhateiro, MACEDO, Marta – *Projectar e Construir a Nação: engenheiros, ciência e território em Portugal no século XIX*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2012.

5. Desencantamento

A construção de um regime de visibilidade de uma paisagem exige a construção de representações escritas e visuais que não se esgotam na produção dentro dos campos científicos que habitualmente se ocupam da paisagem. Aí residem processos de construção de conhecimento, de legitimação e de divulgação, que são importantes, mas que não se bastam a si próprios quando o desafio é estender essa visibilidade para o campo social mais vasto.

Aí, seja através dos meios de comunicação de massas, seja através da propaganda turística, a construção da paisagem *in visu*, como diria Alain Roger[1], apela para o vasto campo semântico da paisagem e dos mundos que ela habita, incluindo a propaganda nacionalista e as ambiências românticas do Minho Pitoresco ou dos Guias de Portugal.[2] As paisagens extraordinárias convocam mitologias e memórias igualmente extraordinárias.

Acerca das paisagens banais, ao contrário, é o desencantamento e a amnésia que mais dominam. A banalização, em si mesma, produz essa esterilidade cultural e fecha-se assim o ciclo.

1 ROGER, Alain – *Court traité du paysage*. Paris: Ed. Gallimard, 1997.

2 LEAL, João – *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional, Portugal de Perto*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000.
ALVES, Vera Marques – *Camponeses Estetas no Estado Novo : Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*. Lisboa: ISCTE Departamento de Antropologia, 2007.

6. Encantamento

O encantamento das coisas banais é o desafio mais estimulante para "magificar" o quotidiano e instaurar um regime de visibilidade diferente que produza, ao mesmo tempo, conhecimento das coisas e auto-estima.

A questão é tanto mais pertinente quanto a banalidade das paisagens ordinárias não estimula interesse e curiosidade mas, ao contrário, a sua estigmatização. É aqui que começa o ciclo vicioso: pensa-se que é banal e sem interesse e por isso não se estuda. A banalidade, por ser assim chamada, talvez não tenha afinal um conteúdo tão pobre quanto o que é sugerido. O problema é mesmo o processo de banalização e a sua capacidade em retirar o interesse das coisas, reduzi-las a superficialidades que, aparentemente, não colocam qualquer tipo de questão ou interesse; tudo é absolutamente comum, indiferenciado.

É falso.

Um portal é muito mais do que a marcação de uma entrada ou o limite entre a esfera pública e a privada.

No pensamento mágico a porta é ao mesmo tempo obstáculo e passagem e por isso se pode entender como um limiar que separa dois espaços que se podem opor e comunicar ao mesmo tempo.

Este é um portal para uma casa, um refúgio, um pequeno mundo que acolhe e protege das inseguranças do grande mundo. Diferentemente dos portais desmesurados e intimidatórios das fortalezas, dos castelos e dos palácios com a sua imensa parafernália de símbolos e formas, este é um portal quase miniaturizado que impõe ao formalismo do seu arco ogival um efeito simples de dignidade de acolhimento.

Em vez de leões ou de outros animais ferozes, aqui não existem guardiões mas dois fogaréus simplificados que, mais que vigiar, protegem e demarcam o "fora" e o "dentro" para quem chega ou parte. Há falta de outra solução, a cor e o brilho do azulejo interrompem e enquadram a porta; separam a rudeza e a opacidade dos muros da transparência da passagem. Entre quem vier por bem.

U.PORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO FACULDADE DE ARQUITECTURA
CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA E URBANISMO CEAU
MORFOLOGIAS E DINÂMICAS DO TERRITÓRIO MDT
VILA REAL DE FAMALICÃO CÂMARA MUNICIPAL
papelmunde

7. Hipertexto

Nos idos de 1913, falando da inquietude dispersiva das formas, Georg Simmel dizia que:

"Para que haja uma paisagem, a nossa consciência tem de adquirir uma totalidade, uma unidade acima e abaixo dos elementos que a compõe, sem estar vinculada às suas especificidades ou mecanicamente composto por eles. Se eu não me engano, raramente estamos conscientes de que uma paisagem seja formada a partir da percepção imediata de um conjunto de vários tipos de coisas espalhadas lado a lado ao longo de um pedaço de terra."[1]

Parece pois que é o sentido do "todo" que cada vez mais nos falta (também nunca ninguém perguntou se esse "todo" alguma vez existiu ou se foi apenas invenção forçada para racionalizar o mundo). O "todo", qualquer que ele seja, tem que ser suficientemente estável para se considerar como tal. São as permanências no tempo longo que caracterizam os traços identificadores de paisagem. Ora, num tempo em que tudo muda a uma velocidade imprevisível, não é fácil reconhecer o "todo" como um texto claro, sequencial, ordenado, fechado. Por isso a metáfora do hipertexto como dispositivo de leitura e de produção de sentido.

1 SIMMEL, Georg (1913) – *"The philosophy of Landscape"* in Theory Culture Society,http://tcs.sagepub.com/content/24/7-8/20.full.pdf, 2007, p. 20-21.

Imagine-se um livro, um romance clássico devidamente encadernado, paginado, dividido por capítulos, povoado por um conjunto de personagens entramados numa narrativa que se vai des-vendando por um fio condutor de acontecimentos e relações; como se costuma dizer, uma coisa com princípio, meio e fim que se deve ler sequencialmente sem saltar páginas até que tudo termine e o enredo finalmente adquira sentido.

Imagine-se agora que esse livro foi guilhotinado, tendo-se perdido o título e a numeração das páginas, e que depois se embaralharam as folhas e se meteram numa caixa. Está lá tudo mas perdeu-se o fio à meada. A leitura de cada página parece remeter para uma casuística caótica, sem sentido, onde nada parece ter a ver com coisa nenhuma. Dividido em unidades erráticas, o texto converteu-se num hipertexto – um texto a n dimensões – que se torna indecifrável se não se descobrirem os nexos que unem e dão legibilidade à história.

Assim parece aqui. A paisagem como "texto" onde tudo parece estar no seu lugar – isto é, fazer sentido – transformou-se num somatório visual de peças identificáveis: socalcos com centeio maduro, poste de electricidade, casa, telhados, empena pintada com uma casa na montanha, chaminés, fábricas, armazéns, campos, casas pela encosta acima, eucaliptos.

No entanto, tudo funciona; nada se estorva mutuamente e de certeza que a narrativa que explica tudo isto não é nem mais nem menos familiar do que a familiaridade que temos com cada um destes objectos. De certeza que há um romance neste lugar.

hipertexto

FAMALICÃO
tipografia ribeiro
www.tipografiaribeiro.com

8. Utopia

Vivemos um tempo em que o presente e as suas contingências ocupam quase todo o cenário. O real parece opaco e indiscernível e a complexidade do mundo produz excesso de acontecimentos e de razões todas embrulhadas umas nas outras. Na política, abunda o sentido prático do capitalismo liberal, do dinheiro e do lucro; tudo é mercadoria e o preço é a única medida do valor.

Utopia, como sentido de algo desejável e realizável, é coisa que deve acompanhar-nos constantemente para ultrapassar a desesperança dos dias. Não a utopia no sentido que muitas vezes, e erradamente, se lhe confere como algo irrealizável e fantasioso, mas sim como um mundo que quer nascer, como disse Fernando Birri acrescentando mais sobre o modo de o fazer:

Depois de Thomas Moore, o sentido da utopia – não lugar – cristalizou-se na ideia de um lugar feliz, na possibilidade de se ter uma vida melhor numa sociedade mais justa do que aquela em que se vive. A esperança é a chama que mantém essa aspiração e a utopia é também o género de literatura que lhe dá corpo. Nusquam – em lugar nenhum – era a palavra latina que Moore usava antes de publicar a Utopia (1516), mas este neologismo seria mais adequado para designar uma outra coisa verdadeiramente nova – a de que o futuro não era um fado, mas algo que se podia construir sobre um sonho ou um desejo de transformação.

Como isto nos faz falta para o desencantamento que se vive nesta cegarrega delirante onde a regra crua do dinheiro convive com as palavras amorfas e gastas, as ideologias mornas, a natureza, a sustentabilidade, o ciclismo, as saladas, a resiliência, os mercados, o empreendedorismo, a casa dos segredos, o rigor ou o défice.

E contudo há utopias bem simples..., pomares, hortas, casas, emprego, carrito, e uma roseira à porta, muita saúde, algumas rotinas e centelhas de alegria da pimenta da vida. O resto não importa muito, a rua pode ficar mais uns tempos sem asfalto, a rede eléctrica funciona, as telecomunicações também, a água corre serena nas torneiras, e dos autoclismos se desprende em golfadas sonoras para aliviar certas coisas com as quais não se pode mais.

"Ela está no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela afasta-se dois passos. Caminho dez passos e o horizonte foge dez passos mais. Por muito que eu caminhe, nunca a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para me fazer caminhar."[1]

1 GALEANO, Eduardo – *Las palabras andantes*. Buenos Aires: Catálogos SRL, 2001, p. 230.

3

CONSTRUIR A CASA COMUM

Construir a

casa comum

Construir a casa comum

O território é uma construção política: exige avaliação, decisão e legitimação sobre o modo de pensar territorialmente, sobre quais são os assuntos relevantes e as prioridades.

Na cidade continuada faltam leituras consensuais do território que possam estabelecer-se como uma arena que suporta esse debate; tal como faltam objectivos comuns a perseguir que orientem a acção de todos aqueles que todos os dias participam na transformação do lugar que habitam.

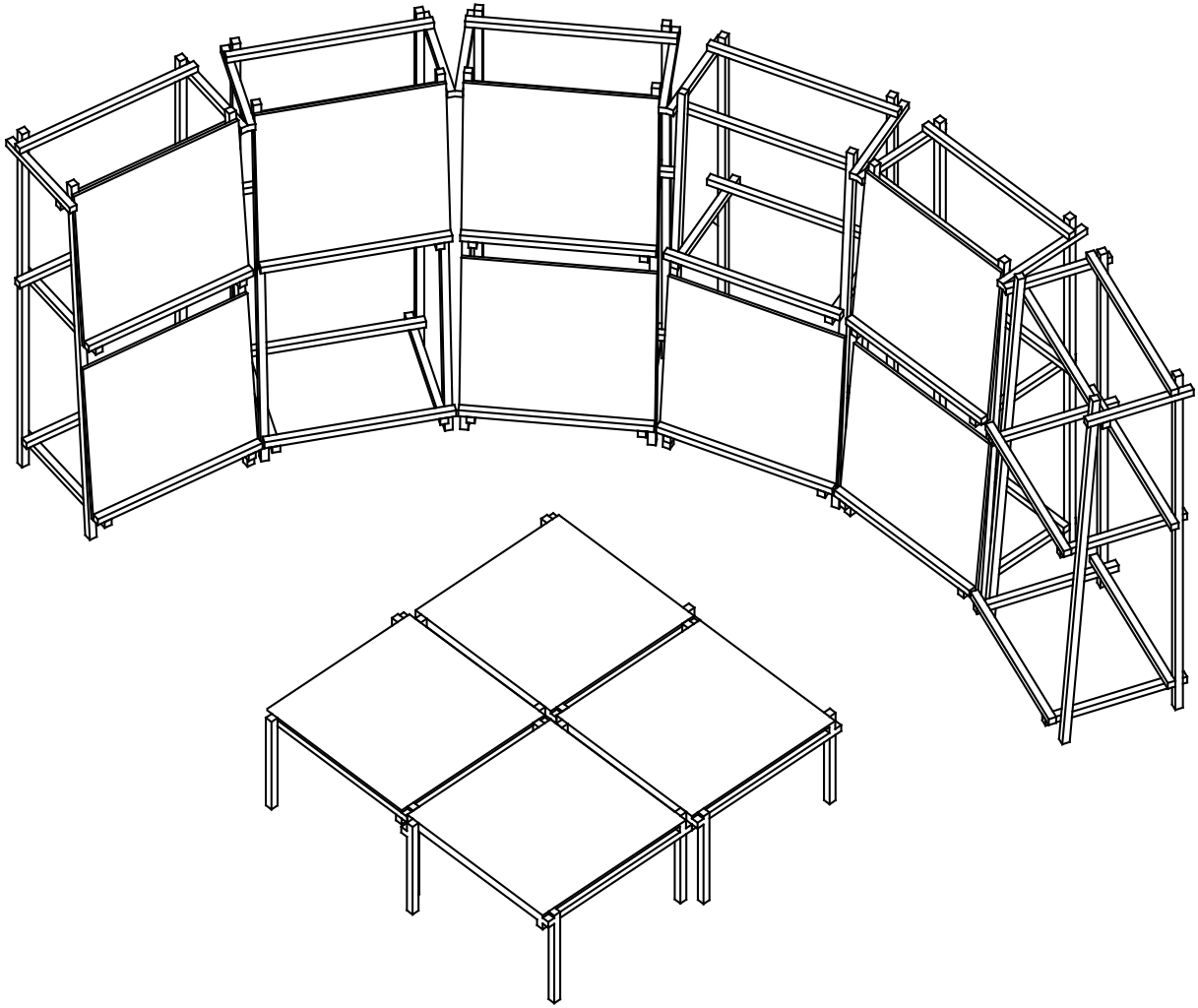
Uma acção transformadora que se quer colectiva e coerente terá de se alicerçar numa visão partilhada do que o território é, e do que se deseja que venha a ser. E essa visão não pode resultar nem de uma decisão técnica nem de uma imposição do poder político. Terá de emergir de uma construção plural, de um debate abrangente, aberto e contínuo, que envolva todos os habitantes – a invenção colectiva de uma casa comum.

Se entendermos a condição de cidadão como algo mais do que um conjunto abstracto de direitos e deveres que regulam o lugar do indivíduo na sociedade, será fácil entender que esse envolvimento começa nos nossos espaços de proximidade, aqueles em que melhor sentimos a nossa implicação directa no colectivo social. Chamemos-lhe território de interacção, lugar comum que habitamos e que por isso é uma construção em ajuste permanente. O sentido do comum, já se sabe, só se adquire praticando.

Aqui, abre-se um espaço dedicado à necessária invenção da casa comum. As mesas estão disponíveis para que todos possam conversar, debater, escrever, desenhar, pintar, recortar, colar, cartografar, representar. Os painéis estão livres para que todos aí deixem o modo como vêem o território que habitam e como desejam que ele venha a ser.

Incentiva-se todos os habitantes desta cidade continuada a ocupar – individualmente ou em grupo – as mesas do território e reclamar o seu direito a participar activamente nesta construção colectiva.

Imaginar o território, construir a casa comum.



Imaginar o território, construir a casa comum

"A realidade é aquilo que a nossa imaginação percebe que a realidade é", diz Oswald Mathias Ungers[1]. E, de facto, a realidade é muito mais do que o amontoado de coisas que existem à nossa volta, mais do que a matéria física em si mesma. A realidade, tal como a percebemos e habitamos, é a leitura que fazemos do meio que nos envolve e através da qual lhe conferimos sentido. Sem esta produção de sentido, a realidade surgir-nos-ia como um caos incompreensível, mera amálgama de materiais díspares com a qual não nos conseguiríamos relacionar, porque não encontraríamos aí nenhuma lógica que nos orientasse, nenhum significado que pudéssemos habitar.

Sobre a matéria existente, os homens constroem a sua própria ordem. É assim desde o princípio. Fazem-no transformando directamente a conformação física do espaço – abrindo clareiras na floresta para os seus assentamentos; construindo edifícios para os mais variados fins; rasgando caminhos, ruas e estradas; arroteando terras, redesenhando-as com muros e socalcos, dominando as águas que irrigam os terrenos férteis. Mas fazem-no também criando novas narrativas – os mitos, as lendas e as religiões, tal como os romances, os guias turísticos e a legislação, oferecem ao espaço novos significados, fazendo com que cada elemento físico ou acontecimento passe a fazer parte de uma ordem superior, redigida segundo as lógicas próprias dos homens, conferindo-lhe sentido.

Percebe-se, assim, que uma *casa* seja mais do que o conjunto de materiais que a compõem, muito mais do que o sistema organizado de paredes, chão, tecto, portas, janelas, camas, sofás, mesas, cadeiras. A *casa* – *a nossa casa,* tal como a habitamos – é, antes de mais, o nosso espaço, o nosso domínio. É o lugar ao qual recolhemos no fim de cada dia para repousar; o espaço onde nos sentimos seguros, protegidos dos humores do clima e das pressões do exterior público; é onde nos sentimos à nossa vontade.

A *casa* é também o domínio da família, do grupo de pessoas que aí habita em conjunto. E é a série de regras e protocolos que permitem que esse grupo conviva sem grandes conflitos: os lugares marcados no sofá, os horários das refeições, a negociação do comando do televisor.

A *casa* será ainda o espaço da construção e representação desse colectivo. Decisões tão difíceis quanto a selecção do local onde habitar, ou a definição da imagem exterior pretendida para uma nova casa a construir, ou decisões tão simples quanto a escolha de um novo tapete ou televisor para a sala de estar, são momentos de negociação, não só dos gostos, hábitos e práticas quotidianas da família, mas também do modo como ela se vê a si mesma e do modo como se deseja apresentar aos outros. O constante processo de construção da *casa* será, então, plataforma de negociação da identidade do colectivo que a habita e da sua representação.

Também o *território* não se limita ao espaço físico a que está associado. Desde logo porque, por definição, *território* é uma área definida por uma determinada ordem ou domínio – o território de um animal, o *território* de um

país ou município, o *território* de actuação de uma empresa ou instituição. Daí que um *território* seja sempre a leitura de um espaço feita a partir dessa ordem e do modo como ela estabelece limites, hierarquias e poderes, grupos, relações e identidades.

Territórios são, portanto, representações. E são essas representações que estabelecem os protocolos que nos permitem conviver pacificamente e mediar os conflitos sempre existentes. De facto, a legislação – que estabelece as regras de convivência e os mecanismos de mediação de conflitos – é, ela mesma, uma representação colectivamente partilhada daquilo que determinada sociedade pensa ser o seu espaço, e aquilo que ele deveria ser, daquilo que uma sociedade pensa que ela mesma é, e daquilo que pensa que deveria ser.

À semelhança da *casa*, também no *território* estas representações corresponderão, em grande medida, ao modo como um determinado colectivo – o grupo daqueles que habitam esse território e se sentem fazer parte dele – se vê a si próprio, como se pretende apresentar ao outro, e como imagina o seu futuro. A representação colectiva de um território define, assim, um projecto de futuro partilhado capaz de guiar e dar coerência à acção de todos aqueles que, diariamente, participam na sua construção.

Na *cidade continuada*, tais representações parecem ser frágeis. Face a um discurso público que se foi polarizando entre a "cidade histórica" e a "aldeia típica", ou face a um discurso disciplinar circunscrito a uma série de modelos urbanos pré-formatados que lhe servem de referência, as representações relacionadas com a ocupação difusa parecem estar ausentes, ou então fazem-se pela negativa: nem cidade nem campo, nem rural nem urbano, uma espécie de não-coisa da qual se insiste em sublinhar os desvios e perdas face aos supostos modelos urbanos ideais[2].

Thomas Sieverts explica que estes territórios se têm mantido no domínio do não-estético[3]. São analisados quantitativamente – na sua demografia, tráfego, desempenho económico, etc. – mas não são olhados nas suas qualidades estéticas e formais, nas sensações que transmitem a quem os percorre, nas estruturas e padrões que definem e no modo como estes podem guiar a leitura que fazemos destes espaços. Sobretudo não se procura perceber como estas qualidades se encontram profundamente relacionadas às lógicas que, ao longo dos tempos, as foram modelando; como estas qualidades são a expressão física das lógicas de organização e dos modos de habitar do colectivo que aí habita. É que é exactamente esta relação – ou melhor, a inteligibilidade desta relação – que, segundo Kevin Lynch, confere sentido aos espaços[4].

Esta falta de atenção às qualidades próprias da *cidade continuada* faz com que se torne difícil encontrar critérios para intervir nestas áreas, princípios que orientem o desenho dos novos espaços urbanos. Faz também com que a integração destes espaços na nossa cultura colectiva ou no debate político seja muito limitada, porque eles nos surgem sempre como entidades abstractas ou demasiado fragmentárias.

A fragilidade na representação destes territórios torna-se clara nos mais simples processos de urbanização. Analisando os processos de licenciamento de operações de urbanização correntes[5], percebe-se a falta de coincidência existente entre as leituras que os diferentes intervenientes – técnicos municipais, promotores imobiliários, moradores, etc. – fazem de um mesmo território; percebe-se que, grande parte das vezes, não há qualquer consenso sobre o que entendem ser o espaço em que

actuam e sobre o que pretendem que ele venha a ser. Não há, por isso, um entendimento mínimo que sirva de base ao diálogo e ao compromisso entre os diferentes actores, o que acaba por resultar na soma de incoerências na construção do espaço urbano.

Torna-se, assim, evidente a necessidade de construção de novas representações dos territórios da *cidade continuada*: narrativas capazes de conferir sentido à multiplicidade de elementos e espaços que a compõem, imaginários capazes de se estabelecerem como base da relação entre os seus espaços e quem os percorre e habita.

Tal necessidade é ainda mais premente hoje, num momento em que a tradição do planeamento moderno se dissolve definitivamente – seja porque os princípios de previsão e de bem-comum em que assentava se mostraram incapazes de lidar com a incerteza que marca os processos de urbanização contemporâneos e com a multiplicação de interesses legítimos neles envolvidos; seja porque a administração pública não dispõe já dos recursos necessários para assegurar directamente a execução dos seus planos. O planeamento e a produção do espaço urbano são, cada vez mais, processos resultantes das inúmeras acções de múltiplos agentes distintos que importa coordenar. Daí a importância da criação de condições para o diálogo entre os vários intervenientes.

Neste âmbito, Patsy Healey defende que a criação de *"concepções de lugar e de território"* é essencial a um tal processo de urbanização entendido enquanto acção colectiva – narrativas e leituras que ofereçam sentido à realidade e gerem uma aura de identidade com a qual as pessoas se possam relacionar e que sejam, por isso, capazes de mobilizar, envolver e articular os diferentes actores envolvidos[6].

E se se pretende que estas representações do território sejam amplamente partilhadas por todos os agentes, se se pretende que, por essa via, elas possam guiar activamente a transformação do espaço urbano, então tais representações não podem resultar da soma de decisões tecnocientíficas, tal como não podem ser impostas pelo poder político. Devem, sim, emergir de um processo de construção colectiva, um debate abrangente, aberto e contínuo, envolvendo todos os intervenientes no processo de urbanização e todos os habitantes.

No entanto, este debate não poderá ter por objectivo a definição de uma identidade única ou de uma leitura unânime do que esta *cidade continuada* possa ser. Não é necessário acenar com os fantasmas da Segunda Guerra Mundial ou do Estado Islâmico para demonstrar que processos de construção de identidades unitárias e simplistas não dão bom resultado. Todos somos diferentes, acumulamos múltiplas filiações identitárias, temos interesses distintos e diversas leituras do que cada território é e do que deveria ser. A definição de identidades singulares contraria esta variedade e torna-se excludente e opressiva para quem nelas não se reveja, assim como se torna incapaz de uma evolução futura[7].

Por isso, Healey defende que o necessário processo de construção colectiva procure concepções de território abertas a múltiplas possibilidades de interpretação e cultive uma *"prática partilhada de reconhecimento das qualidades do lugar"*[8], em vez de tentar fixar uma imagem única e consensual.

Aliás, o próprio processo de debate não aponta para consensos. Ao contrário, tende a evidenciar as diferenças e conflitos latentes. No entanto, tal como explicam *Balducci et al.*, é este mesmo processo de debate que – através do diálogo continuado que promove entre os

diferentes intervenientes – acaba por conduzir ao estabelecimento de uma linguagem comum que permite o entendimento, e à definição de uma arena partilhada que possibilita a troca de ideias, leituras, visões.

E será também através deste processo de debate que as pessoas que nele se vão envolvendo – aquelas que, de alguma forma, se sentem fazer parte deste território –, se vão começando a reconhecer a si mesmas enquanto grupo, se vão definindo enquanto entidade política.

Tal como na *casa*, ao mesmo tempo que negoceiam uma representação do *território* no qual habitam, estarão também a negociar a sua própria identidade enquanto colectivo, o modo como se querem apresentar e representar, os seus objectivos futuros.

Neste sentido, o processo de invenção colectiva de imaginários de um *território* será também o processo de definição do colectivo que nele habita – será a construção de uma *casa comum*. **NT**

1 UNGERS, Oswald M. – *Morphologie: City Metaphors*. Köln: Verlag der Buchhandlung Walther König, 1982, p. 10.

2 Cf. DOMINGUES, Álvaro – "Transgénicos" in TAVARES, André, OLIVEIRA, Ivo (ed.) – *Arquitectura em Lugares Comuns*. Porto: Dafne Editora, 2008, p. 27-33.

3 Cf. SIEVERTS, Thomas – *Cities without cities: An interpretation of the Zwischenstadt*. London: Spon Press, 2003 [1997], p. 93 e ss. Sieverts retomou o tema recentemente na sua conferência "*What happened since the Zwichenstadt*" no seminário The Horizontal Metropolis: A radical project, EPFL, Lausanne, 14 de Outubro 2015.

4 Cf. LYNCH, Kevin (1981) – *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.

5 No quadro de uma investigação em curso, temos levado a cabo a análise detalhada e sistemática de um largo conjunto de processos de licenciamento de loteamentos residenciais aprovados em V.N. Famalicão.

6 Cf. HEALEY, Patsy – "Spatial planning as mediator for regional governance: Conceptions of place in the formation of regional governance capacity" in FÜRST, Dietrich, KNIELING, Jörg (eds.) – *Regional Governance: New models of self-government in the European Community*. Hannover: Verlag der ARL, 2002, p. 13-25. (p. 17 e ss).

7 Cf. SEN, Amartya – *Identity & violence: The illusion of destiny*. London: Penguin Books, 2006.

8 HEALEY, Patsy, op. cit., p. 19.

Obra aberta

Fomentar um processo de construção colectiva de uma *casa comum* em torno dos territórios da *cidade continuada* que se estende pelo Vale do Ave é o principal objectivo da exposição que aqui se apresenta. Trata-se de um processo essencial para uma mais consciente e coerente transformação destes territórios, tal como para a definição e representação da sua identidade e da identidade daqueles que aí habitam. Importa, por isso, promovê-lo e dinamizá-lo.

No entanto, este processo não terá aqui qualquer início, tal como não encontrará aqui qualquer tipo de conclusão. De facto, tanto pela reconfiguração do seu espaço físico como pela criação de narrativas que lhe conferem sentidos – dois movimentos que se alimentam mutuamente –, o território é entidade em permanente construção. É-o desde o início e assim permanecerá. A exposição *Território: Casa Comum* pretende apenas ser mais um passo neste percurso, participar nele, simbolizá-lo.

À imagem do território, também a exposição se quer *obra aberta*[1]. Desde logo porque o olhar que apresenta da *cidade continuada* não visa uma análise completa, fechada ou unívoca. Ao contrário, ao chamar a atenção para alguns dos materiais e relações que a compõem, ao evidenciar algumas das suas qualidades próprias e dos processos e actores que a produzem, procurou-se oferecer chaves de leitura para novas interpretações e incentivar um debate alargado em torno da criação de imaginários partilhados associados a estes territórios.

A terceira e última parte da exposição é um espaço dedicado a este debate. Espaço de produção que se organiza em torno de quatro mesas, onde todos são convidados a sentar-se, conversar, debater, escrever, desenhar, pintar, recortar, colar, cartografar, representar o que é, para si, este território e aquilo que deveria ser. Os contributos irão sendo afixados nos painéis vagos que conformam o espaço e que, desta forma, se vão transformando numa extensão da exposição. Um fim em aberto.

Em paralelo é proposto um conjunto de iniciativas dedicadas a apoiar o desejado processo de construção colectiva. A um programa de conferências e visitas guiadas à exposição, junta-se o ciclo *Passeio e Conversa*. Tendo por base os temas das *quatro histórias* apresentadas na exposição, organizam-se quatro excursões pelo território do Médio Ave. Cada excursão é seguida de uma conversa com alguns dos principais actores locais e especialistas sobre o tema em análise.

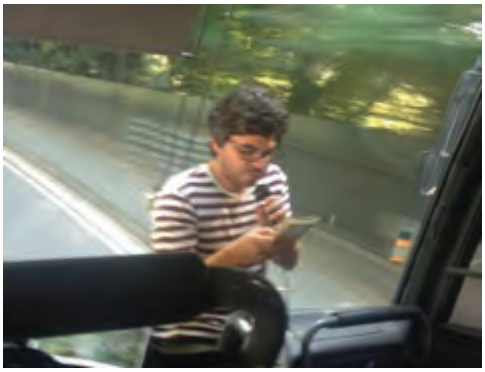
Mas estas iniciativas visam apenas alargar e alimentar o debate. A maior expectativa é a de que os habitantes desta *cidade continuada*, individualmente ou em grupo, ocupem as mesas e reclamem as mesas e reclamem o seu direito a participar activamente neste contínuo processo de construção colectiva, deixando nos painéis em aberto a sua visão do território que habitam.

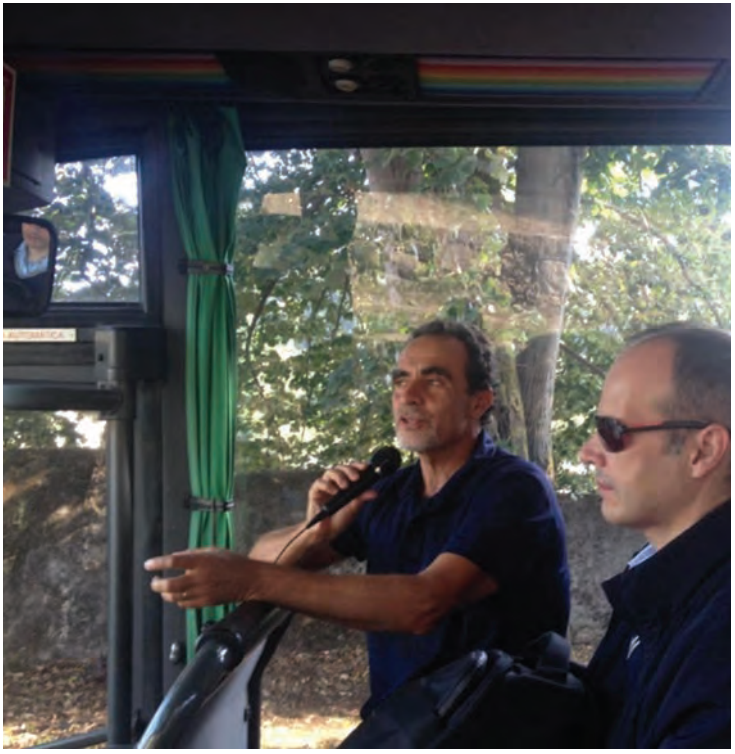
No final, a verdadeira exposição será aquela que surgir aí, fruto do contributo de todos, porque será ela a simbolizar o necessário processo de construção colectiva da *casa comum.* NT

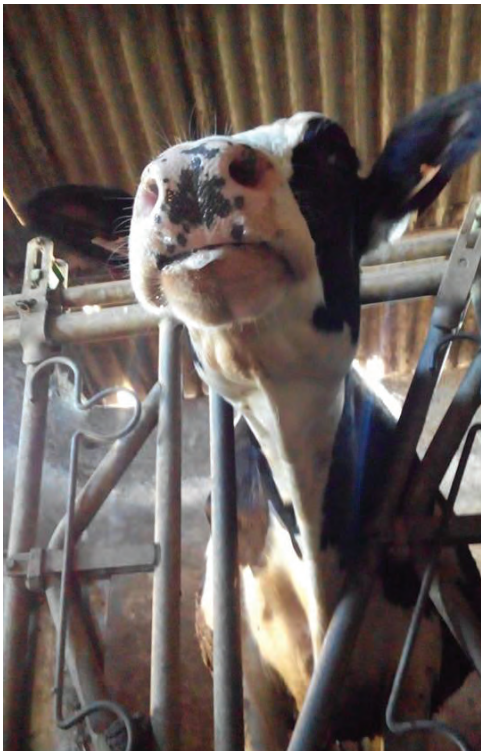
1 Segue-se aqui a noção apresentada por Umberto Eco em: ECO, Umberto (1962) – *Obra Aberta.* Lisboa: Difel, 2009.

asa Comum

uma Cidade Continuada







FICHA TÉCNICA DO LIVRO

Título
Território: Casa Comum

Coordenação científica
Álvaro Domingues
Nuno Travasso

Desenho do catálogo
Ivo Poças Martins

Textos
Álvaro Domingues AD
Nuno Travasso NT
Ivo Poças Martins IPM
Daniel Screpanti DS
Teresa Calix TC
Paulo Cunha
Francisca Magalhães
Manuel Fernandes de Sá

Revisão
Teresa Godinho

Fotografia de Exposição
Alexandre Delmar - A Caixa Negra

Execução gráfica
Mota e Ferreira, artes gráficas

Tiragem
700 exemplares

Edição
FAUP, 2015

ISBN
978-989-8527-07-3

Depósito Legal
403035/15

Organização

U.PORTO UNIVERSIDADE DO PORTO FACULDADE DE ARQUITECTURA
CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA E URBANISMO CEAU
MORFOLOGIAS E DINÂMICAS DO TERRITÓRIO MDT
VILA NOVA DE FAMALICÃO CÂMARA MUNICIPAL
CASA DO TERRITÓRIO

Apoio Institucional

COMPETE 2020
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FICHA TÉCNICA DA EXPOSIÇÃO

Título
Território: Casa Comum

Coordenação científica
Álvaro Domingues
Nuno Travasso

Desenho de exposição
Ivo Poças Martins

Produção
Álvaro Domingues
Nuno Travasso
Ivo Poças Martins
Daniel Screpanti
Jacopo Feslikenian
Daniel Casas Valle

Montagem de exposição
Tommasino Design

Contributos para a investigação
Nuno Portas
Manuel Fernandes Sá
Teresa Calix
Ana Fernandes
Marta Labastida
Helena Amaro
Marta Martins
Francisco Lourido

Apoio técnico
Manuela Sampayo

Apoio Câmara Municipal V.N. Famalicão
Francisca Magalhães
Ana Pinto Tsou
Raquel Bragança
Filipe Silva

Apoio Casa do Território
Inês Carvalho
Clara Lemos

Patrocínios
Riopele, têxteis S.A.
Mota e Ferreira, artes gráficas
Tipografia Ribeiro, Lda
Papelmunde, Lda

PATROCÍNIOS

Riopele
SINCE 1927

U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

ISBN 978-989-8527-07-3
9 789898 527073